

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO:
A ATUAÇÃO DA TERNIUM CSA – COMPANHIA
SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, EM SANTA CRUZ,
RIO DE JANEIRO – RJ**

André Luiz do Nascimento Germano

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**NOVO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DA
TERNIUM CSA – COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, EM
SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO – RJ**

ANDRÉ LUIZ DO NASCIMENTO GERMANO

Sob a Orientação do Professor

Dr. Leandro Dias de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Seropédica, RJ

Dezembro, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G373n Germano, André Luiz do Nascimento, 1995-
Novo desenvolvimentismo brasileiro: a atuação da
Ternium CSA - Companhia Siderúrgica do Atlântico, em
Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ / André Luiz do
Nascimento Germano. - Rio de Janeiro, 2020.
131 f.: il.

Orientador: Leandro Dias de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, 2020.

1. Novo desenvolvimentismo brasileiro. 2. Ternium
CSA . 3. Santa Cruz. I. Oliveira, Leandro Dias de,
1979-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 81 / 2020 - PPGGEO
(12.28.01.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.064136/2020-22

Seropédica-RJ, 01 de dezembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDRÉ LUIZ DO NASCIMENTO GERMANO

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO OU TESE APROVADA EM 30/11/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Leandro Dias de Oliveira. Dr. UFRRJ

(Orientador[a] ou Coorientador[a], presidente da banca)

Denis Castilho. Dr. UFG

(membro da banca)

Pablo Ibañez. Dr. UFRRJ

(membro da banca)

Marcio Rufino Silva. Dr. UFRRJ

(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 01/12/2020 23:00)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 1286368

(Assinado digitalmente em 01/12/2020 22:20)

MARCIO RUFINO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 2141297

(Assinado digitalmente em 02/12/2020 18:26)

PABLO IBANEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 2126864

(Assinado digitalmente em 02/12/2020 00:02)

DENIS CASTILHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 010.518.791-75

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **81**,
ano: **2020**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão:
01/12/2020 e o código de verificação: **93d470eb66**

Dedico este trabalho ao meu terreiro e a tudo que envolveu crescer e ser civilizado, ao som de atabaques, pela macumba.

AGRADECIMENTOS

À minha família e à Tenda Espírita Mãe Yemanjá: fui criado ao som de atabaques, no terreiro que é justamente na minha casa. Desde bem pequenininho, semana sim, semana não, levei baforada de preto velho e toquei para vê-lo jogar capoeira e transformar a fumaça de seu cachimbo em potente oração. Quase todas as minhas lembranças da infância têm ligação com o que acontecia num ritual altamente sofisticado e repleto de conhecimentos encantadores, da mesma forma como boa parte do que sei e vivo, aprendi atrás de atabaques, vendo caboclo dançar, bradar, encantar a sucuri e fazer sua flecha desatar nó dado por burro brabo. Senti meu corpo virar tambor e tambor virar meu corpo; por isso os couros da minha casa falarão até meus últimos minutos de vida, aonde eu estiver, porque vou continuar vendo nossos povos massacrados pelo projeto de aniquilação de saberes firmarem seus pontos repletos de belezas e sabedorias que encantam as ruas desses brasis, transformando-as em terreiros com cantos arrebatadoramente insubmissos. Eles falam aqui. Assim como costume ouvir do historiador Luiz Antonio Simas, a macumba me civilizou e, por isso, vejo e atuo no mundo a partir dela. Portanto, é impossível iniciar os agradecimentos por esta dissertação sem falar de tudo que vi, vivi e vivo na T.E.M.Y. desde meu terceiro dia de vida. Foi nela que aprendi boa parte do que sei e onde minha sagrada e inexplicável família se formou. Adaptando o que dizia minha amada Tia Nadir, um ninho de amor e carinho imensurável que tento representar e agradecer aqui, citando as pessoas deste chão que assinam a dissertação comigo: Tia Nadir, minhas mães Regina e Catinha, meus pais Joaquim e Ninho, Vô Edvaldo, Vô Edna, Mukemba, Kellynha, Janaína, Raphael, Germano, Catharina, Lucas, Dica, Anderson, Tia Marli, Fabiana, Thiago, Tio Kessinho, Tia Conceição, Tio Gê, Tia Antônia, João, Guilherme, Juan, Maria e Suzana. Neste trabalho há a marca especial de tudo que vivemos e aprendemos juntos.

À Glorinha, minha amada companheira, que, inesquecivelmente, quando mal nos conhecíamos, acordou cedo e me desejou boa prova, no dia da seleção do mestrado. Uma mulher especial, que está presente em vários momentos e reflexões deste texto, até porque a história dela na minha vida e a história desta dissertação se confundem completamente. Além do mais, enquanto aos trancos e barrancos eu desenvolvia o trabalho, nós fizemos política, nos divertimos, dividimos milhares de músicas, autores(as), leituras, aflições, profundas análises, segredos, macumbas e doloridas derrotas. Nos momentos mais difíceis desta pesquisa, fui reerguido pelo gigantismo do colo e do olhar dessa mulher que divide a vida comigo.

Ao Daniel, que é companheiro das horas amargas, homem sábio, inteligente, engraçado e único. Esta dissertação é também fruto de nossas conversas sobre política, economia, religião, vida, futebol, filmes, séries, animes, videogames, livros, autores, ou do simples olhar de um para o outro. São mais de 15 anos dividindo sentimentos que envolvem a vida de dois rapazes das ruas cariocas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ e a todo seu quadro de profissionais, por terem me dado a oportunidade de ingressar no mestrado e por me reafirmarem que ensino e pesquisa, principalmente por estarmos acoplados às dinâmicas do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, devem ser vinculados à efetiva transformação da realidade. Lembro aqui, aliás, de todos(as) os(as) dedicados(as) professores(as) que tive durante minha vida no ensino público, que com todos os percalços, faziam o máximo pela educação de uma geração.

Aos companheiros e companheiras do grupo de estudos REEC – Reestruturação Econômica-Espacial Contemporânea, do Laboratório de Geografia Econômica e Política da UFRRJ, no qual foi possível realizar diversas e importantes reflexões que elevaram a qualidade

deste material que está sendo entregue; especialmente ao Miguel e à Letícia; o primeiro, porque conheci no processo seletivo do PPGGEO e acompanhou cada passo do que foi construído nesta dissertação, com pitacos, críticas, piadas sensacionais e indicações indispensáveis; a segunda, por todo carinho de sempre, conselhos oportunos, incentivos e ajuda essencial em ajustes importantes.

Às amigas e amigos que fiz na FEUC, onde descobri o quão incrível pode ser ler o mundo a partir da Geografia. Me recordo do primeiro dia de aula da graduação: breve apresentação das potencialidades do curso, no auge dos meus 18 anos, olhos arregalados e medo estampado na cara. Não sabia o que estava por vir. Ali fiz importantes amizades que acompanharam meus primeiros passos enquanto pesquisador e professor: Marcelle, que dividiu comigo as alegrias e angústias deste mesmo caminho vinculado à pesquisa; Anderson, grande amigo e companheiro durante todo o curso; Thaynan, que me aproximei nos momentos derradeiros e se tornou um importante aliado; Clauber, parceiro de análises e referência indiscutível; Paulo, que além de orientar no primeiro artigo e no TCC, me apresentou à leitura de Milton Santos; Artur, que não só participou da banca, mas foi o grande mestre, conselheiro e amigo após o término da graduação; além do Heleno, que me acolheu na sua casa em algumas oportunidades e, com livros e palavras, me incentivou a seguir o caminho de pesquisar a Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Aos amigos e amigas, *crias* desta Zona Oeste, de Bangu, Campo Grande, Realengo, Sepetiba, Guaratiba, Santa Cruz, Paciência, da Urucânia, do Beira Rio, do Barro Vermelho, do Saquassú, da minha área, que, como eu e comigo, viram, sentiram e viveram o mundo global pelo lado de cá, com todas suas mazelas e maravilhas impressas em cada esquina: Dona Cristina, Vitória, Thais Rocha, Olegário, Úrsula, Adriano, Izabela, Thais Duarte, Aroldo, Iago, Lais, Diego, Marley, Gilberto, galera do Coletivo Tudonumacoisá, entre tantas pessoas queridas que estiveram ao meu lado durante este longo percurso em busca de conhecimento, inclusive alunos e alunas. Me ensinaram muito.

Por fim, com muito carinho, ao meu Orientador (com letra maiúscula), Leandro, especialmente pela confiança, atenção e generosidade, além de magnífico e profundo conhecimento e profissionalismo, sem o qual a realização desta dissertação seria absolutamente inviável. Reflexões e apontamentos sobre geografia econômica, dinâmicas espaciais das indústrias, desenvolvimento sustentável e geografias da borda metropolitana fluminense que nenhum outro professor teria tamanha sagacidade para invocar. Imensa gentileza, sensibilidade e precisão nas análises são difíceis de serem encontradas combinadas em um só indivíduo. Sem dúvidas, além de exímio professor e pesquisador, é uma das melhores pessoas que cruzaram meu caminho, contribuindo não somente para a realização deste trabalho, mas para meu amadurecimento enquanto indivíduo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **Novo desenvolvimentismo brasileiro: a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, Rio De Janeiro – RJ.** 2020. 131p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Durante um período em que o contexto político-econômico brasileiro foi marcado pelo chamado novo desenvolvimentismo, os governos municipal, estadual e federal, em conjunto com o empresariado nacional e internacional, construíram um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015). O primeiro empreendimento desse polo industrial neste período mais recente foi a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Ternium CSA. O Distrito Industrial de Santa Cruz, onde se instalou a empresa, foi inaugurado nos anos de 1970, como consequência de projetos que calcaram na indústria e no desenvolvimentismo a política nacional. A CSA iniciou suas obras neste distrito industrial em 2005, entrando em funcionamento a partir de 2010 e se juntando às outras empresas que atuam na região. Assim, o objetivo central desta pesquisa é compreender a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico e suas implicações em Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ. Tal exercício geográfico, em especial sob a perspectiva da geografia econômica e da indústria e suas conexões com a economia política e a ecologia política, foi metodologicamente estruturado a partir da interpretação do novo desenvolvimentismo brasileiro, apontado por Mercadante (2010), como uma proposição de nova esperança na construção do desenvolvimento no espaço estudado; além de contar com interpretações sobre as facetas do fenômeno técnico em sua totalidade, tratados por Santos (1996; 2000) e Santos e Silveira (2001), que se mostram indispensáveis para operacionalização e aprofundamentos nas análises geográficas presentes aqui. Assim, o diagnóstico da atuação da CSA revela contradições do novo desenvolvimentismo brasileiro, ao prometerem desenvolvimento com preocupações socioambientais e entregarem conflitos entre os empresários e os moradores locais, violações no trâmite do licenciamento ambiental, complicações de saúde, alagamentos de casas, poluição atmosférica, um sistema educacional precário e excludente, além de tantos problemas vividos, na borda metropolitana, advindos das atividades industriais impulsionadas por esse modelo de desenvolvimento. A análise do novo desenvolvimentismo brasileiro representou, acima de tudo, a oportunidade de avaliar o próprio conceito de desenvolvimento que, mesmo sob o signo de governos progressistas, permaneceu aprisionado aos interesses do capital, não rompendo com os fortes elos de um modelo profundamente segregador e baseado, no último tacho, em crescimento econômico. O estudo sobre a atuação da Ternium permitiu interpretar, em última instância, o próprio capitalismo brasileiro e suas nuances e inserções na economia mundializada. Portanto, não coube aqui fazer julgamento de políticas governamentais específicas, mas apontar contradições e limites do modelo “empresa-esperança”, da “indústria redentora”, contribuindo, ao nosso olhar, para colocar em questão a avaliação positiva e automática que se tem em relação às fábricas, geralmente vistas, por suas ações calcadas na racionalidade técnico-científica, altíssima produtividade e circulação de mercadorias, como percursoras da felicidade e do bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades.

Palavras-Chave: Novo desenvolvimentismo brasileiro; Ternium CSA; Santa Cruz.

ABSTRACT

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **New Brazilian development: the performance of Ternium CSA - Companhia Siderúrgica do Atlântico, in Santa Cruz, Rio De Janeiro - RJ.** 2020. 131p. Dissertation (Master Science in Geography). Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

During a period in which the Brazilian political and economic context was marked by a new developmentalism, the municipal, state and federal governments, together with the national and international business community, built an immense industrial pole and a port complex for the export of mineral commodities and steel products in the Rio de Janeiro state's west end metropolitan area (OLIVEIRA, 2015). The first venture of this industrial center in this recent period was Companhia Siderúrgica do Atlântico - Ternium CSA. The Industrial District of Santa Cruz, where the company was established, was inaugurated in the 1970's, as a consequence of projects that based national policy on industry and development. The CSA began its work in this industrial district in 2005, entering into dynamic operation in 2010 and joining the other companies that operate in the region. Thus, the central objective of this research is to understand the performance of Ternium CSA - Companhia Siderúrgica do Atlântico and its implications in Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ. This geographic exercise, especially from the perspective of economic geography and industry and its connections with political economy and ecology, was methodologically structured from the interpretation of the new Brazilian developmentalism, pointed out by Mercadante (2010), as a proposal of new hope in the construction of development in the space studied; in addition to having interpretations on the facets of the technical phenomenon in its entirety, treated by Santos (1996; 2000) and Santos and Silveira (2001), which are indispensable for operationalization and deepening in the geographic analysis present here. Thus, the diagnosis of CSA's performance reveals contradictions of the new Brazilian developmentalism, when they promise development with socio-environmental concerns and deliver conflicts between entrepreneurs and local residents, violations in the process of environmental licensing, health complications, flooding of houses, atmospheric pollution, a precarious and excluding educational system, in addition to so many problems experienced, at the metropolitan edge, resulting from industrial activities driven by this development model. The analysis of the new Brazilian development model represented, above all, the opportunity to evaluate the very concept of development that, even under the sign of progressive governments, remained imprisoned to the interests of capital, not breaking the strong links of a model deeply segregating and based on economic growth. The study of Ternium's work allowed us to interpret, in the last instance, Brazilian capitalism itself and its nuances and insertions into the globalized economy. Therefore, it was not up to us to make a judgment of specific governmental policies, but to point out contradictions and limits of the "company hope" model, of the "redemptive industry", contributing, as we see it, to put into question the positive and automatic evaluation that we have in relation to the factories, generally seen, for their actions based on technical-scientific rationality, very high productivity and circulation of goods, as precursors of the happiness and well-being of the populations directly impacted by their activities.

Keywords: New Brazilian developmentalism; Ternium CSA; Santa Cruz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Santa Cruz no município do Rio de Janeiro.....	4
Figura 2: Mapa da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com os limites conforme o tombo dos jesuítas, de 1731 (indicando sua área sobre os municípios já no Século XX).....	11
Figura 3: Limites aproximados da Fazenda de Santa Cruz em relação ao traçado dos Caminho Velho e Caminho Novo.....	12
Figura 4: Canais e caminhos construídos pelos jesuítas na Fazenda de Santa Cruz durante o século XVII.....	13
Figura 5: Vista lateral da Ponte dos Jesuítas.....	15
Figura 6: Imagem litografada do castelo imperial de Santa Cruz, incluída no livro Viagem pitoresca, publicado em 1839, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).....	16
Figura 7: Estação ferroviária de Santa Cruz, em 1881.....	17
Figura 8: Hindenburg e o famoso hangar.....	19
Figura 9: Tabela de situação do Distrito Industrial de Santa Cruz em 1977.....	28
Figura 10: Baía de Sepetiba, com destaque para o eixo Santa Cruz – Itaguaí.....	32
Figura 11: Revista Manchete destaca presença do presidente Figueiredo na inauguração do Porto.....	34
Figura 12: Revista Manchete destaca píer de 540m, presença do presidente Figueiredo e do então presidente da Petrobras na inauguração do Porto.....	35
Figura 13: Obra em algum trecho da rodovia Rio-Santos.....	36
Figura 14: Mapa com os projetos industriais, portuários e rodoviários planejados para a Baía de Sepetiba, no eixo Santa Cruz – Itaguaí.....	44
Figura 15: Gráfico da evolução de desembolso do BNDES em bilhões de reais.....	46
Figura 16: Desembolso regional 2008-2011 (em R\$ bilhões).....	46
Figura 17: CSA, em Santa Cruz, ainda em construção.....	50
Figura 18: Autoridades presentes na inauguração da CSA em Santa Cruz.....	51
Figura 19: Autoridades presentes na inauguração da CSA em Santa Cruz.....	51
Figura 20: Estrutura da siderurgia vista pelo alto.....	53
Figura 21: Alto forno da CSA em Santa Cruz.....	54
Figura 22: Termelétrica da CSA em Santa Cruz.....	54
Figura 23: Sinterização da CSA em Santa Cruz.....	55
Figura 24: Coqueria da CSA em Santa Cruz.....	55
Figura 25: Ferrovia usada pela CSA, em Santa Cruz, para receber minério de ferro.....	56

Figura 26: Um dos terminais portuários usados pela CSA em Santa Cruz.....	56
Figura 27: Vizinhança da TKCSA em Santa Cruz.....	60
Figura 28: A Nebulosa Metropolitana Rio de Janeiro – São Paulo.....	65
Figura 29: Localização dos Megaempreendimentos no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí-RJ.....	67
Figura 30: Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: mapa de convecções econômicas e linkages territoriais-produtivos.....	68
Figura 31: Três episódios marcantes de interação entre TKCSA e movimentos de resistência.....	72
Figura 32: Imagem da poluição do ar em Santa Cruz.....	73
Figura 33: Telhado Verde.....	83
Figura 34: Sala de reuniões.....	83
Figura 35: Parte do pátio.....	84
Figura 36: Biblioteca.....	84
Figura 37: Laboratório de bioquímica.....	84
Figura 38: Laboratório de Informática.....	85
Figura 39: Sala de artes.....	85
Figura 40: Porta do auditório.....	85
Figura 41: Piscina com borda equipada com tecnologia sustentável que aquece a água.....	86
Figura 42: Quadra poliesportiva coberta.....	86
Figura 43: Entrada da escola.....	86
Figura 44: Cineclube.....	87
Figura 45: Maquete digital Escola Estadual Erich Walter Heine.....	87
Figura 46: Pais se revezam em fila para conseguirem vaga no colégio.....	89
Figura 47: Print de site da Ternium.....	94
Figura 48: Chuva de Prata e problemas de saúde.....	98
Figura 49: Na casa de Caram Nicolau Jorge, em Santa Cruz, fuligem se espalhou pela piscina.....	99
Figura 50: Pó prateado é mostrado por morador de Santa Cruz.....	100
Figura 51: Pescador próximo à CSA, em Santa Cruz, após anúncio de indenizações.....	101
Figura 52: Aba “Sustentabilidade”, no site da Ternium.....	102
Figura 53: Aba “Desenvolvimento Social”, no site da Ternium.....	103
Figura 54: Aba “Meio Ambiente”, no site da Ternium.....	103

Figura 55: Aba “Eficiência Energética”, no site da Ternium.....104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – UMA METAMORFOSE TÉCNICA EM SANTA CRUZ: DO RURAL À NOVA CENTRALIDADE PRODUTIVA.....	7
1.1. Centralidade no fenômeno técnico.....	7
1.2. Um esboço de presença técnica em Santa Cruz.....	10
1.3. Racionalidade, desenvolvimentismo e mecanização do espaço.....	16
1.4. A Implantação do Distrito Industrial de Santa Cruz.....	26
1.5. O sistema técnico atual e a consolidação das atividades portuárias na Baía de Sepetiba.....	29
CAPÍTULO II – A INSTALAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO E CONSOLIDAÇÃO DA BORDA METROPOLITANA.....	39
2.1. “Novo desenvolvimentismo” e os projetos para a região.....	39
2.2. A instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico e a guerra dos lugares.....	44
2.2.1. Objetos e ações: a siderúrgica e sua potencialidade técnica.....	52
2.3. O eixo Santa Cruz – Itaguaí: a metropolização do espaço e a consolidação do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.....	60
CAPÍTULO III – NOVO DESENVOLVIMENTISMO A CONTRAPELO: A EXPERIÊNCIA DA TERNIUM CSA EM SANTA CRUZ.....	70
3.1. Ouvir impactados? A imposição do megaprojeto.....	70
3.2. A “Sociedade do conhecimento” e sua concretude em Santa Cruz.....	75
3.3. Da lama ao caos do pó prateado: Desenvolvimento Sustentável?.....	89
3.4. Pilares crivados pelo lucro a qualquer custo.....	105
CONCLUSÕES.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
SITES CONSULTADOS.....	117

INTRODUÇÃO

No ano de 2010, foram iniciadas as atividades da indústria siderúrgica Ternium CSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ. Contudo, também neste ano, no início da década tão difícil que vivemos, o economista e político brasileiro Aloizio Mercadante, fundador do Partido dos Trabalhadores e líder do Governo Lula (2003-2010) no Senado Federal, defendeu sua tese de doutoramento em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coincidentemente no mesmo ano do término de seu mandato. Nesta tese, Mercadante fez um amplo balanço político do governo que se findou e aprofundou reflexões sobre a experiência recente do Brasil. Entre as principais reflexões teóricas, apontou que durante o Governo Lula iniciou-se no país um novo padrão de desenvolvimento, no qual o social era o eixo estruturante do crescimento econômico.

O objetivo essencial de sua tese era demonstrar que havia bons indicadores, singularidades históricas perceptíveis, que permitiriam falar de um novo desenvolvimentismo brasileiro. Somando elementos, como a ruptura paradigmática com a agenda neoliberal, com fortes investimentos sociais, o fortalecimento do estado democrático de direito, a inserção internacional soberana, o advento da descoberta das reservas do pré-sal, o amplo investimento em educação e ciência e a liderança no desenvolvimento sustentável, haveria tido início um processo de desenvolvimento que se distinguiu, segundo o autor, não apenas do que se convencionou chamar de modelo neoliberal dos anos de 1990, mas também do antigo nacional-desenvolvimentismo que caracterizou as primeiras ondas da industrialização brasileira. Mercadante (2010) salienta que o Brasil começou a gerar o que ele denominou de “novo desenvolvimentismo” centrado na distribuição de renda, inclusão social e combate à pobreza, porém com todos os fatores anteriormente citados indissociáveis de um mesmo projeto.

Durante este período em que o contexto político-econômico brasileiro foi marcado pelo novo desenvolvimentismo, os governos municipal, estadual e federal, juntamente com o empresariado nacional e internacional, construíram um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015). O primeiro grande empreendimento desse complexo industrial neste período mais recente – afinal, tanto o Distrito Industrial de Santa Cruz quanto o Porto de Itaguaí [no início, Sepetiba] foram construídos décadas antes – como mostra o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (2012), foi a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Ternium CSA. Inicialmente, a CSA pertencia à empresa alemã Thyssenkrupp, no entanto, em 2017, a Ternium comprou a siderúrgica por 1,5 bilhão de euros¹. Destaca-se, portanto, que este texto, ao tratar da Companhia Siderúrgica do Atlântico, usará o nome de sua atual proprietária: Ternium.

Para se ter uma ideia inicial das proporções do projeto, o PACS (2012) informa que somente o canteiro de obras da empresa, durante sua construção, correspondia à área de dois bairros do Rio de Janeiro, a saber, Ipanema e Leblon, juntos. Além da CSA, havia variados projetos, como expansão portuária e rodoviária e outros grandes empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, caracterizando um momento atrativo para grandes empreendimentos ao que se identifica como eixo Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ – Itaguaí-RJ.

A atuação da Ternium se deu especificamente no Distrito Industrial de Santa Cruz, transformando ferro em aço bruto e depois em placa de aço, um produto siderúrgico

¹ Conforme: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/02/22/internas_economia,849399/socia-da-usiminas-ternium-compra-a-siderurgica-csa-por-1-5-bilhao-de.shtml>. Acesso em 06/11/2019.

semiacabado, de baixo valor agregado, com elevada capacidade poluidora durante sua fabricação. O Distrito Industrial de Santa Cruz, onde se instalou a empresa, foi inaugurado nos anos de 1970 (DAMAS, 2008), como consequência de projetos que calcaram na indústria e no desenvolvimentismo a política nacional, além de forte influência do contexto global de expansão geográfica do capitalismo. Na mesma conjuntura, para atender, principalmente, o distrito industrial, criou-se também o Porto de Sepetiba (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.62), mais um importante investimento em infraestrutura daquele momento, na busca de facilitar as dinâmicas de expansão do capital e da globalização que estava a se consolidar.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico iniciou suas obras neste distrito industrial em 2005, entrando em funcionamento a partir 2010 e se juntando às outras empresas que atuam na região. Esta pesquisa, que nasceu com a intenção de continuar os estudos iniciados na graduação sobre o bairro Santa Cruz, se debruça sobre o que o mesmo, levando em conta o contexto de políticas calcadas no novo desenvolvimentismo, na borda da metrópole, ganhou com a presença de uma indústria siderúrgica, como a Ternium, em seu território. O megaempreendimento, que é um conglomerado industrial, siderúrgico e portuário, contou com amplo apoio dos governos por meio de financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e isenções fiscais. O estado do Rio de Janeiro negociou a chegada da siderúrgica em Santa Cruz depois do fracasso, devido a pressões, da tentativa de instalar o mesmo empreendimento em São Luís do Maranhão (PACS, 2012).

Por conseguinte, esta pesquisa se debruça em compreender e tensionar o chamado novo desenvolvimentismo e sua materialidade em Santa Cruz – para isso, utilizaremos as pistas metodológicas com base nos escritos de Mercadante (2010) –, cientes, entretanto, que nenhum autor-obra seria capaz de dar conta do momento político-econômico brasileiro analisado, nem de captar todas as complexidades do novo desenvolvimentismo. O debate ainda carece de interpretações mais profundas, pois se trata de um período histórico recente, repleto de nuances, mas a tese do autor, defendida em seu último ano de mandato como líder do Governo no Senado Federal, ofereceu condições para uma análise estruturada e caminhos claros do que seria este modelo de desenvolvimento. Importante destacar que não estaremos aqui colocando em julgamento os governos Lula-Dilma (2003-2016) e tão pouco o plano de ação do Partido dos Trabalhadores. A intenção é analisar, a partir da Geografia, os movimentos territoriais do capitalismo contemporâneo nas periferias de um país periférico. Estudar o novo desenvolvimentismo representa a oportunidade de avaliar o próprio conceito de desenvolvimento que, mesmo sob o signo de governos progressistas, apresenta contradições, além de a atuação da Ternium em Santa Cruz, como faceta deste novo desenvolvimentismo, permitir uma análise, em última instância, do próprio capitalismo brasileiro.

Sabendo, aliás, da complexidade da sociedade contemporânea e do objeto examinado, o eixo conceitual central desta dissertação necessita de diálogos com outros autores. Sendo assim, conta-se com interpretações sobre as facetas do fenômeno técnico em sua totalidade, tratados por Santos (1996; 2000) e Santos e Silveira (2001), que se mostram indispensáveis para a operacionalização e aprofundamentos nas análises geográficas presentes aqui. Milton Santos (1996), fazendo uso do fenômeno técnico como centralidade na apreensão das dinâmicas do espaço, aponta três períodos marcantes: dos meio natural, técnico e técnico-científico-informacional, além de propor o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996: p.62), destacando que tal interpretação não deve ser considerada de forma separada, mas indissociável, visto que a intenção é justamente espantar dualidades e consolidar um sistema para o estudo da geografia, configurando um quadro único no qual o tempo se manifesta no espaço.

Além de tais arcabouços teóricos destacados, esta dissertação faz uso dos trabalhos de Sandra Lencioni (2008; 2015) e suas contribuições sobre o fenômeno da metropolização do espaço como uma nova fase da urbanização, pois tais discussões da autora basearão a percepção do bairro perante as lógicas urbano-regionais; Henri Lefebvre (1968; 1970; 1972), com suas análises sobre a produção do espaço; David Harvey (1989; 2005; 2013), a partir de suas discussões sobre os caminhos do capitalismo pós-1970 e a consolidação do neoliberalismo; Celso Furtado (2000), com seu profundo e importante debate sobre desenvolvimento, dialogando com Porto-Gonçalves (1992) no que tange à Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável; Leandro Dias de Oliveira (2015; 2019), que aponta, contribuindo com o debate da Lencioni (2015), para um Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, além de suas discussões sobre desenvolvimento sustentável e as questões ambientais.

No que tange ao Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, isto é, o recorte regional onde o eixo Santa Cruz – Itaguaí-RJ se localiza, será tratado com ênfase no final do segundo capítulo, mas importante já salientar que viveu, neste contexto de novo desenvolvimentismo, um processo de industrialização com características bastante peculiares da borda metropolitana, como área de expansão, influência e como polo de propagação da própria metrópole (OLIVEIRA, 2015). Essa região é cortada e integrada a outras regiões do estado e do país por diversas vias expressas, se redimensionou, apresentou grande área disponível, infraestrutura e capacidade logística rodoviária, ferroviária e portuária, agilidade na implantação do projeto, menores custos operacionais e incentivos fiscais (OLIVEIRA, 2015), se colocando, na borda da metrópole, como área de atração de investimentos num contexto de “guerra dos lugares” (SANTOS, 1996) da globalização contemporânea.

Sendo assim, essa discussão que coloca seu enfoque central no bairro de Santa Cruz e na atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, no contexto do novo desenvolvimentismo brasileiro apontado por Mercadante (2010), permite entender e contribuir em ações no campo da sociedade e das políticas públicas com relação aos modelos de desenvolvimento que o bairro foi exposto, além de elevar e contribuir para expansão do conhecimento sobre um recorte espacial que hoje tem um importante polo industrial e participa ativamente da economia mundializada, o que determina, inclusive, algumas contradições locais. Se levarmos em conta, por exemplo, o ranking do Índice de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro de 2010, apresentado pelo Instituto Pereira Passos, que é o instituto de pesquisa do Governo da Cidade do Rio de Janeiro, Santa Cruz, com o IDS de 0,527, é um dos bairros da cidade com os piores índices de desenvolvimento humano entre os 162 bairros oficiais da cidade. Isso aponta, entre outras questões, que essa lógica de uso industrial do espaço, com todas as mudanças sociais e produtivas inerentes a ela, iniciada em meados do século passado, ocasionou problemas e desequilíbrios que precisam ser plenamente entendidos e solucionados, considerando seus aspectos político-econômicos.

No mais, tendo a atuação da CSA em Santa Cruz como objeto empírico, já nas primeiras leituras sobre o tema, durante a graduação, foi possível constatar conflitos e contradições socioambientais que emergiram desde a chegada da empresa e o início das obras de instalação, ainda em 2005. Houve ampliação da destruição do potencial turístico da região, impactos nas atividades pesqueiras, além de crimes ambientais e falhas no processo de licenciamento. A empresa transformou canais que chegam na Baía de Sepetiba em efluentes de dejetos advindos do processo de dragagem, fazendo com que os metais pesados, oriundos de outros processos industriais, que estavam no fundo do oceânico, retornassem para a água. Sem contar os

problemas derivados da famosa chuva de prata² e a contaminação do ar quando estrearam as atividades de transformação de ferro em aço bruto e depois em placas de aço. Tudo isso ocorrendo com apoio e investimento de variadas instâncias do Estado brasileiro, no contexto do que foi chamado novo desenvolvimentismo.

Portanto, colocar uma firma com atuação internacional, sendo uma indústria siderúrgica, que produz em grande escala, com elevado grau de poluição e está presente e exerce atividades no bairro há mais de uma década, em evidência, no âmbito acadêmico de uma instituição próxima à localidade analisada, como é o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é relevante e necessário não só para os habitantes de Santa Cruz, de Itaguaí, da Zona Oeste da Cidade carioca ou do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, mas para toda a sociedade fluminense, pois possibilita vislumbrar caminhos de enfrentamento às deficiências sociais, ambientais e econômicas, vividas pela população em consequência destas transformações do modelo calcado na indústria e no desenvolvimentismo que imperam na região. Além de perceber que o período analisado por Mercadante (2010) permite ainda amplos debates sobre suas contradições.

O bairro, aliás, que já foi sede da fazenda da Companhia de Jesus e acolheu, como espaço de veraneio, a família real (MANSUR, 2009), se localiza na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e possui uma das maiores extensões territoriais do município, além de ser banhado pela Baía de Sepetiba, o que possibilitou as atividades portuárias e a chegada de indústrias com suas logísticas voltadas para o mercado global, como se verá ainda no primeiro capítulo. Observe, inicialmente, na Figura 1, a localização do bairro no município do Rio de Janeiro-RJ:

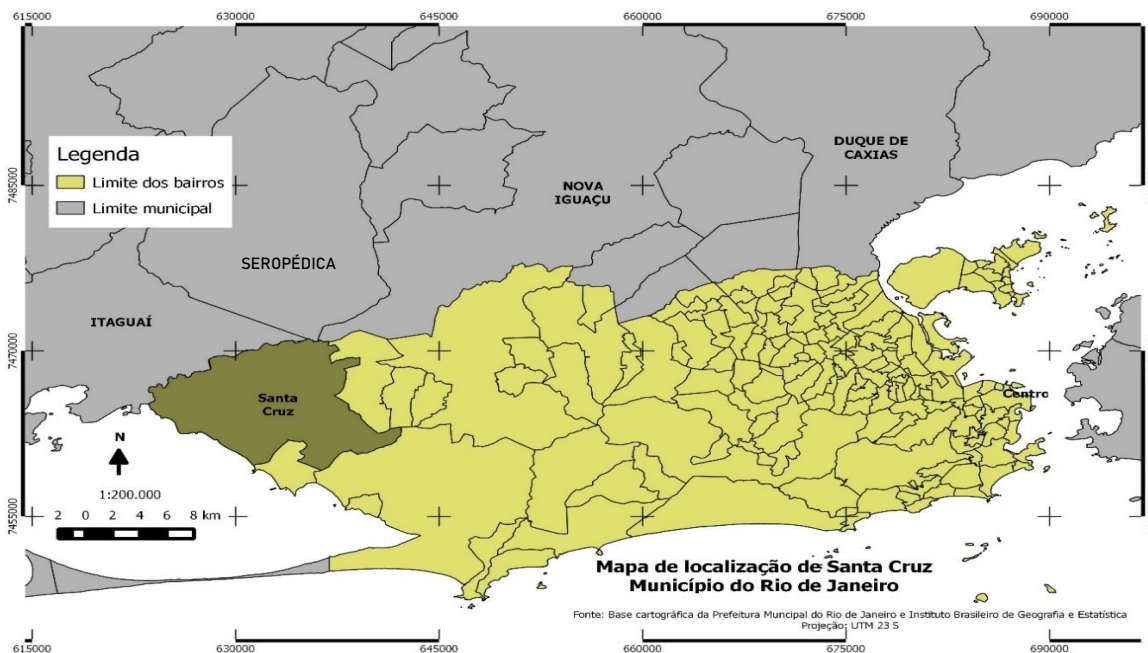


Figura 1: Mapa de localização de Santa Cruz no município do Rio de Janeiro. Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e IBGE; elaborado pelo Autor, 2016.

² Um pó prateado expelido pela fábrica que caiu, em algumas oportunidades, sob as casas de moradores em Santa Cruz. Conforme: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/chuva-de-prata-cai-sobre-casas-em-santa-cruz-no-suburbio-do-rio.html>>. Acesso em: 30/09/2020.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é compreender a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico e suas implicações em Santa Cruz. Tal exercício geográfico, em especial sob a perspectiva da geografia econômica e da indústria e suas conexões com a economia política e a ecologia política, será metodologicamente estruturado a partir da interpretação do novo desenvolvimentismo brasileiro, apontado por Mercadante (2010), como uma proposição de nova esperança na construção do desenvolvimento no espaço estudado. Este objetivo central se desdobra nos seguintes objetivos específicos: analisar a consolidação de Santa Cruz em meio técnico e seu processo preambular de industrialização; desvendar o processo de chegada da siderúrgica em Santa Cruz e a consolidação do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense; compreender os impactos sociais e ambientais causados pela Ternium CSA, analisando contradições e limites nas políticas do novo desenvolvimentismo.

Os procedimentos metodológicos adotados para alcançar tais objetivos serão o levantamento e a revisão bibliográfica acerca do tema, tanto no aspecto teórico, visitando autores como Mercadante (2010), Santos (1996; 2000); Santos e Silveira (2001); Lencioni (2008; 2015) Lefebvre (1968; 1970; 1972), Harvey (1989; 2005; 2013), Furtado (2000); Porto-Gonçalves (1992) e Oliveira (2015; 2019), quanto no foco da análise empírica, fazendo um levantamento de informações sobre o bairro e sobre a instalação e atuação da Ternium CSA, incluindo o uso da própria página eletrônica da empresa, jornais, relatórios e revistas *on-line*, além de investigação por meio de trabalhos de campo na região de estudo e uso de recursos fotográficos, de modo a proporcionar uma maior exemplificação da realidade empírica.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, intitulados da seguinte forma: I – Uma metamorfose técnica em Santa Cruz: do rural à nova centralidade produtiva; II – A instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico: novo desenvolvimentismo e consolidação da borda metropolitana; III – O novo desenvolvimentismo a contrapelo: a experiência da Ternium CSA em Santa Cruz.

O primeiro, fazendo uso de formulações de Milton Santos (1996), tem como objetivo analisar as metamorfoses ocorridas no espaço de Santa Cruz, do período natural ao técnico e ao técnico-científico-informacional, que chega ao processo de industrialização, do contexto nacional de políticas desenvolvimentistas dos anos de 1960 e 1970. Uma das preocupações centrais é destacar o fato de que após alguns anos da região de Santa Cruz passar a conviver, mesmo que de forma pontual, com aeronaves, estrada de ferro e energia elétrica, o Estado brasileiro, na época – final da década de 1960 e início da década de 1970 – sob comando dos militares, planejou e instalou o Distrito Industrial de Santa Cruz, trazendo novas, absolutamente racionais, artificiais e radicais, configurações espaciais. A fim de que as atividades industriais fossem exercidas, muitas obras precisaram se desenrolar, como drenagem dos lotes industriais, instalação de vias, de rede de distribuição de água potável, de sistema de energia elétrica e de telecomunicações amplos, atendendo, desta forma, as demandas de uma atividade econômica tão extravagante e complexa, em que a ciência e a informação estão a serviço e produzem um espaço global com fluxos de informações e capital bem mais intensos que cinquenta anos antes.

O segundo capítulo debruça-se sobre a discussão do *novo desenvolvimentismo brasileiro* e a conseqüente instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ, pois durante este período o Estado brasileiro, juntamente com o empresariado nacional e internacional, construiu um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015). O primeiro empreendimento desse polo industrial, neste período, foi a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Ternium CSA. Esse enfoque, analisando o contexto de tais políticas e ações do Estado, ajuda a entender e evidenciar as vantagens oferecidas à empresa; as mudanças nas dinâmicas espaciais do bairro

e os investimentos em infraestrutura para as atividades do conglomerado industrial, siderúrgico e portuário; além debater a consolidação da borda metropolitana e do que se identifica como eixo Santa Cruz – Itaguaí.

No terceiro e último capítulo, o objetivo será analisar, de forma indissociável, os problemas socioambientais local-regionais acarretados pela presença do megaempreendimento siderúrgico. Por meio da interpretação de indicadores, da reflexão sobre a questão ambiental, do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras e da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável, torna-se possível pensar a mudança da vida local e os reais “ganhos” do bairro e da região com a atuação territorial desta empresa global. Dessa forma, esse capítulo contribuirá para a compreensão das contradições que emergiram mesmo ainda no processo de instalação da CSA no bairro e a atuação dos movimentos sociais contrários ao grande empreendimento, além de averiguar se pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontados por Mercadante (2010) e destacados aqui, como democracia, sociedade do conhecimento e desenvolvimento sustentável, estiveram presentes de fato neste processo.

CAPÍTULO I

UMA METAMORFOSE TÉCNICA EM SANTA CRUZ: DO RURAL À NOVA CENTRALIDADE PRODUTIVA

Este capítulo, fazendo uso de formulações de Milton Santos (1996), tem como objetivo analisar as metamorfoses ocorridas no espaço de Santa Cruz, do período natural ao técnico e ao técnico-científico-informacional, que chega ao processo de industrialização, do contexto nacional de políticas desenvolvimentistas dos anos de 1960 e 1970. Uma das preocupações centrais é destacar o fato de que após alguns anos da região de Santa Cruz passar a conviver, mesmo que de forma pontual, com aeronaves, estrada de ferro e energia elétrica, o Estado brasileiro, na época – final da década de 1960 e início da década de 1970 – sob comando dos militares, planejou e instalou o Distrito Industrial de Santa Cruz, trazendo novas, absolutamente racionais, artificiais e radicais, configurações espaciais. A fim de que as atividades industriais fossem exercidas, muitas obras precisaram se desenrolar, como drenagem dos lotes industriais, instalação de vias, de rede de distribuição de água potável, de sistema de energia elétrica e de telecomunicações amplos, atendendo, desta forma, as demandas de uma atividade econômica tão extravagante e complexa, em que a ciência e a informação estão a serviço e produzem um espaço global com fluxos de informações e capital bem mais intensos que cinquenta anos antes.

1.1. Centralidade no fenômeno técnico

Henri Lefebvre (1972, p.62) afirma que o espaço é um produto da história e, por conseguinte, há a necessidade de indissociabilidade na interpretação das noções de tempo e espaço, conforme Milton Santos (1996), mediante a centralidade no fenômeno técnico:

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento da sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. (SANTOS, 1996: p. 171)

Desta forma, a fim de entender a atual configuração espacial de determinado recorte de estudo, em qualquer momento que seja, é imprescindível ter-se conhecimento sobre os seus processos históricos de articulação do território, percebendo os períodos técnicos associados às relações sociais e produtivas constituintes das dinâmicas estruturais deste recorte, pois entende-se, inclusive, que a evolução histórica, a modernização e os avanços tecnológicos periodizam o espaço geográfico. Destarte, ele, o espaço, se apresenta como condição e produto para sua concreta realização, influenciando os momentos seguintes dos passos históricos. A partir da construção da linha férrea que ligou o centro da cidade do Rio de Janeiro a Santa Cruz, por exemplo, modificações e reconfigurações do espaço-tempo se consolidaram, assim como a paisagem e a rotina da população local se transformaram, firmando uma base para as profundas modificações que ocorreram posteriormente no bairro e na região.

Santos (1996), fazendo uso do fenômeno técnico como centralidade na apreensão das dinâmicas do espaço, como já apresentado na introdução deste trabalho, destaca três períodos marcantes: dos meios natural, técnico e técnico-científico-informacional. Propõe também o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, configurando um quadro único no qual o tempo se manifesta no espaço. Santos (1996, p. 63), ao colocar a centralidade de sua análise do espaço no fenômeno técnico em sua totalidade, aponta, por exemplo, que

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 1996: p. 63)

Nesta periodização de Santos (1996), o que ele chama ainda de natural, alguns autores preferem chamar de *pré-técnico* (SANTOS, 1996: p. 234), mas, segundo ele, a noção de técnica é inseparável à ideia de meio geográfico. Portanto, a não-existência de objetos mais complexos e/ou robotizados, no período que ele chama de natural, não determina que dada sociedade não possua técnicas. Ele apenas reserva o termo “técnico” à fase posterior a invenção e o uso de máquinas. O período do meio natural corresponde ao período que os seres humanos viviam com menores transformações na natureza, em que o emprego das técnicas esteve diretamente vinculado à dependência sobre o ambiente, sem propiciar grandiosas metamorfoses artificiais no que se convencionou denominar de natural. A pesca e a agricultura, por exemplo, não precisavam de objetos técnicos sofisticados para serem exercidas e não divergiam com as leis naturais do planeta, caracterizando-se, então, como técnicas oriundas de um momento marcante, no qual o ser humano começa a mudar essa natureza, *impondo-lhe leis* (SANTOS, 1996, p. 235).

Com a emergência da mecanização do espaço e a introdução de objetos e sistemas que provocaram a inserção das técnicas mecanizadas ao meio produtivo, objetos técnicos passaram a substituir os objetos naturais e culturais do período anterior, criando uma nova hegemonia das técnicas. Os instrumentos deste período passam a ser não somente prolongamentos dos corpos humanos, mas sim do território, pois são verdadeiras próteses. As áreas, os espaços, as regiões, os países, passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos (SANTOS, 1996: p. 236).

Devido a esta não homogeneidade e diferenciação de densidade dessas técnicas pelo espaço global, a divisão internacional do trabalho se intensificou, junto da dependência das atividades humanas sobre o uso de objetos mecanizados. As motivações de uso dos sistemas técnicos fora do centro político-econômico do globo são crescentemente estranhas às lógicas locais e até nacionais, além do crescimento da importância de aumentar as relações de troca, a fim de manter a sobrevivência de determinados grupos. Como para que o comércio dê certo, necessita-se de sistemas técnicos mais eficazes (SANTOS, 1996, p. 237), cresce a presença, destes, em territórios variados, mas presididos pela razão do comércio, não mais pela natureza, com os tempos sociais dirigindo-se a se contrapor aos tempos naturais.

No terceiro período, denominado de técnico-científico-informacional, os objetos técnicos tendem a ser científicos e, ao mesmo tempo, informacionais, devido à intencionalidade de sua criação, de sua localização e da inseparabilidade de ambos os conceitos e suas práticas. Essa relação cada vez mais íntima da técnica com a ciência multiplicou, desta maneira, o processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais e novas apropriações das virtualidades da natureza (SANTOS, 1996: p. 177); *a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato* (SANTOS, 1996: p.238).

Destarte, criou-se um ciclo no qual a ciência, junto das técnicas e da informação, com um método de invenção, produz um novo espaço, que caracteriza a globalização contemporânea. Essas novas técnicas, diferentes das oriundas do período natural, agem sob a influência de um mercado global, de forma absolutamente artificial, criando leis contrárias às da natureza e se instalando, de forma vertical, em territórios espalhados por todo globo. Porém, a exemplo de como ocorreu nos períodos anteriores, não de forma homogeneia, se diferenciando por densidade, que é um fator primordial na divisão do trabalho, pois facilita a cooperação. Este período caracteriza a globalização do capitalismo contemporâneo e marca, em nossa compreensão, as configurações recentes no bairro de Santa Cruz.

Tal esforço interpretativo vai ao encontro da contribuição de Lefebvre (1972, p.61), na qual o autor afirma que *o espaço é político*, comportando indispensavelmente ideologias e intencionalidades. Segundo ele, o espaço compreende o conjunto de elementos materiais remodelados pelas práticas políticas e seus interesses sociais. Portanto, o espaço também é um campo de ação, uma ferramenta absolutamente política, um produto social que se faz na reprodução da sociedade e na reprodução das relações sociais de produção, sendo, então, como anteriormente destacado, produto e condição.

O Espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do Espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriariam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (LEFEBVRE, 1972: p. 62)

Neste nosso esforço de diálogo entre as obras de Milton Santos (1996) e Henri Lefebvre (1972), percebe-se que o espaço não é somente reflexo social, porque também é resultado de contextos específicos do passado, que se tornam determinantes e mediadores em relação aos fatos que estão se construindo. Desta maneira, ao analisar o território do bairro com tais métodos e a partir de tais interpretações, notando que *técnica é tempo congelado e revela uma história* (SANTOS, 1996: p. 48), têm-se a percepção de como os processos históricos anteriores e atuais, levando em conta os contextos nacionais e regionais, (re)organizam o espaço de Santa Cruz, com ações que num período se espacializaram com determinada configuração, n'outro configuraram outra espacialidade.

1.2. Um esboço de presença técnica em Santa Cruz

As terras do atual bairro de Santa Cruz faziam parte da antiga sesmaria de Guaratiba, que foi desmembrada, em janeiro de 1567, a fim de gratificar Cristóvão Monteiro, como mérito por ter participado ativamente na fundação da cidade do Rio de Janeiro, combatendo franceses e tupinambás na luta sanguinária pelo território carioca. Segundo Fridman (1999), a extensão de terras estendidas de Itacuruçá até Guaratiba e Santa Cruz era uma área estratégica, já naquela época, devido ao acesso à capitania de São Vicente e à rota da prata, servindo, mais tarde, para o escoamento também de ouro. Cristóvão Monteiro foi o primeiro proprietário oficial das terras que originaram a conhecida Fazenda Santa Cruz, além de ser nomeado Ouvidor-mor do Rio de Janeiro, também como gratificação por seus serviços prestados na guerra já citada (MANSUR, 2009). Quando Cristóvão Monteiro morreu, as terras foram herdadas por sua esposa, Marquesa Ferreira, e por sua filha, Catarina Monteiro. No ano de 1589, a viúva, herdeira e proprietária de parte das terras, doou sua fração aos jesuítas, o que foi seguido por sua filha, que fez o mesmo no ano seguinte. Adquirida e constituída a sesmaria de seis léguas, agora unida às doadas anteriormente, os jesuítas promoverem juridicamente sua posse definitiva que selou o divino nome de sua propriedade, que é sustentado nos dias de hoje: Santa Cruz (FREITAS, 1985: p. 36).

A sesmaria passou a ser a Fazenda de Santa Cruz, de propriedade dos padres da Companhia de Jesus, organizada e administrada conforme a burocracia e hierarquia dos religiosos europeus, sendo ampliada e totalizando, segundo Pedroza (2018), já nos anos de 1700, dez léguas em quadra – conforme visto na figura 2, com o mapa da Fazenda Nacional de Santa Cruz e os limites conforme o tombo dos jesuítas, de 1731 (indicando sua área sobre os municípios já no Século XX). Sobre os religiosos europeus, a mesma autora (2018, p. 125) salienta que eles sujaram suas mãos de sangue, no processo de dominação do território junto dos portugueses, para tirar proveito e montar a eficiente estrutura de produção (nos aldeamentos, nas fazendas e nos engenhos sob sua direção) pela qual ficaram conhecidos posteriormente.

A Companhia de Jesus não se interessou pela área por acaso. Não era de seu desconhecimento o potencial fluvial-marítimo da Fazenda e sua localização estratégica devido, até mesmo, aos caminhos e rotas aqui já citadas. Pedroza (2018) destaca o “planejamento estratégico” dos jesuítas e a forma com que inseriam a Fazenda de Santa Cruz na geopolítica dos caminhos e rotas daqueles tempos. Segundo o mapa na figura 3, que foi apresentado pela autora, na Fazenda de Santa Cruz passava o Caminho para São Paulo e o caminho de São João Marcos. É importante notar também que a Fazenda era costeada a oeste pelo Caminho Velho (criado em 1695) e a leste pelo Caminho Novo para as Minas (criado em 1707). Já no século XVIII, nos domínios de Santa Cruz, havia, portanto, um porto para o mar, rios navegáveis, caminhos para as províncias vizinhas, além de estrada ligando à cidade do Rio de Janeiro.

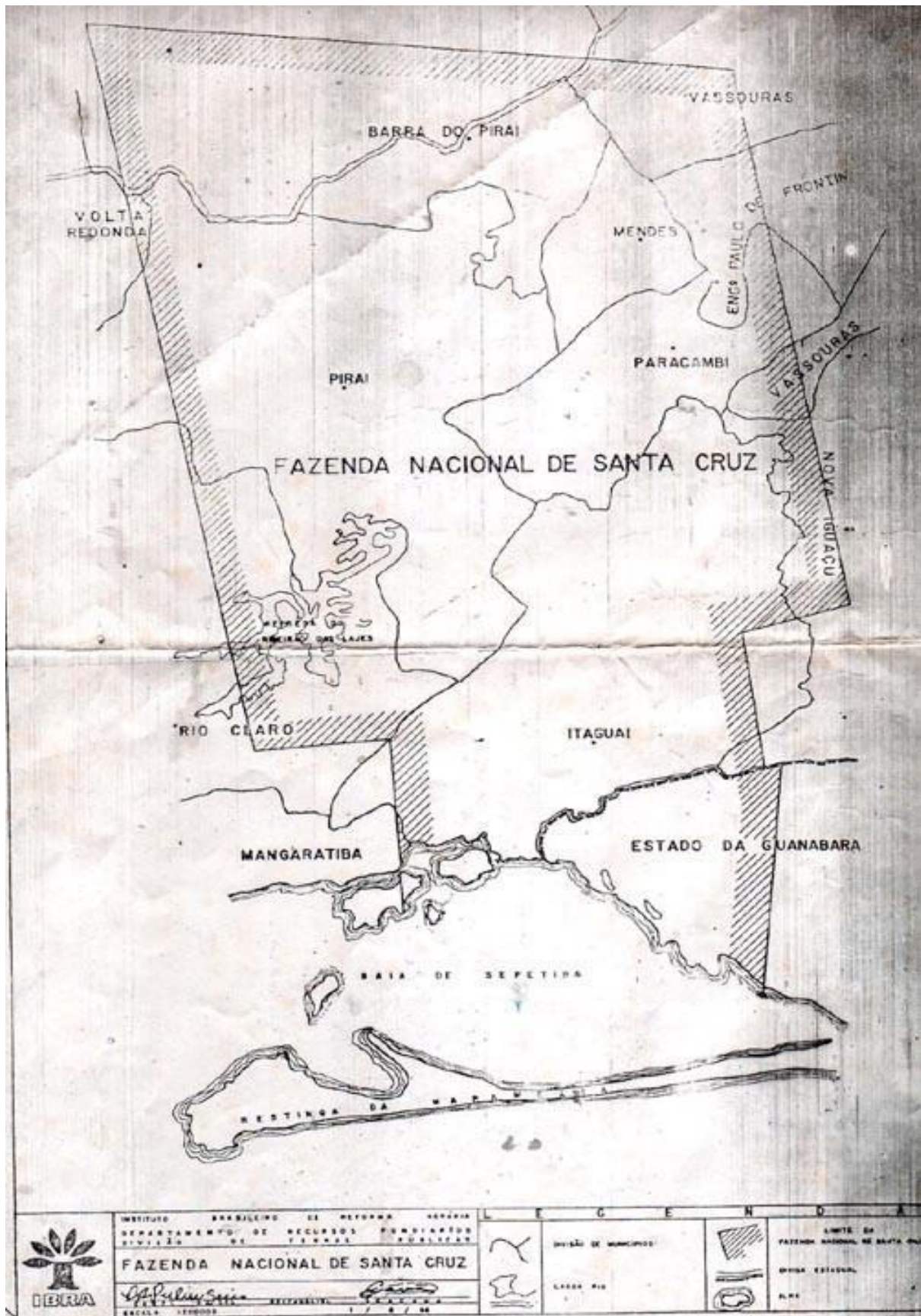


Figura 2: Mapa da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com os limites conforme o tomo dos jesuítas, de 1731 (indicando sua área sobre os municípios já no Século XX).
 Fonte: PEDROZA, 2018: p. 169. (Adaptado)



Figura 3: Limites aproximados da Fazenda de Santa Cruz em relação ao traçado dos Caminho Velho e Caminho Novo.

Fonte: PEDROZA, 2018. (Adaptado)

Fridman (1999) apresenta que a principal função da área, desde as primeiras ocupações, foi a de atuar como produtora de pecuária e agricultura para a subsistência e o abastecimento do Rio de Janeiro e região. Sob o domínio dos jesuítas, essas características foram consolidadas. Os padres, na conjuntura do Brasil colonial – momento em que o território brasileiro era caracterizado por não ter muitas ligações entre as grandes cidades e zonas econômicas espalhadas pelo país – transformaram a grande extensão de terras recebidas em uma das mais prósperas fazendas brasileiras daquele tempo, principalmente no que diz respeito aos negócios ligados à criação de gado e à agricultura, além de expandir para dez léguas a área da sesmária (FREITAS, 1985). Importante salientar que os padres fizeram uso da violência como elemento utilizado para estender ou assegurar o poder sobre as terras que eram incorporadas às suas áreas de administração. Como naquele contexto da colônia a terra era vital em termos econômicos, sociais e políticos, a obtenção e a expansão de domínios eram vistas como primordiais àqueles que desejassem mais poder. Pedroza (2018) mostra como os jesuítas se envolveram com essas práticas e inclusive aponta que a Companhia se tornou a maior proprietária de terras onde Portugal governava, inicialmente através dos legados de benfeitores, reais ou privados, e depois através de um programa avassalador de aquisições por compra e outros meios.

Destarte, para que as atividades econômicas, mesmo que com trabalhos rudimentares, se tornassem vantajosas aos jesuítas, foram necessárias grandes obras na região, porque havia um enorme volume de enchentes que atrapalhava no êxito de atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Os padres, portanto, viram-se na necessidade de início das obras, que incluía a reestruturação de canais, valas, valetas e pontes (FREITAS, 1985), além da construção do Convento na Fazenda, que hoje é o atual Batalhão Vilagran Cabrita, a fim de proporcionar melhor locomoção, melhor habitação e melhores condições para exercer suas atividades econômicas e religiosas. Em sua tese, Pedroza (2018, p.153) disponibiliza um mapa que apresenta alguns dos principais canais que foram construídos ou reestruturados pelos padres (Figura 4).



Figura 4: Canais e caminhos construídos pelos jesuítas na Fazenda de Santa Cruz durante o século XVII. Fonte: PEDROZA, 2018 (Adaptado).

A fazenda se tornou também um médio centro fabril, pois, além dos negócios agropecuários, eram desenvolvidas atividades, citando somente algumas relevantes, de prateiros, alfaiates, carpintaria, tecelagem, olaria, curtume, carvoaria, entre outras, para abastecer, com excedente, o atual centro da cidade do Rio de Janeiro e os engenhos que existiam na então província do Rio de Janeiro (FRIDMAN, 1999). Embora com intensa atividade econômica, em que o ser humano buscava timidamente alterar o tempo da natureza, o território era caracterizado pelos tempos lentos, em que o reino da necessidade se balizava nas leis naturais. *No final do século XVII, a Fazenda possuía 17.050 cabeças de gado distribuídas em 47 currais, além de 1800 cavalos e alguns carneiros. Isso representava um terço dos rebanhos de toda capitania* (PEDROZA, 2018: p.154).

Segundo Freitas (1985, p. 214), a construção de maior destaque desenvolvida durante os dois séculos de domínio dos jesuítas sobre a fazenda foi a Ponte do Guandu, mais conhecida hoje como Ponte dos Jesuítas, que era um tipo de ponte-represa, formulada para regular o grande volume de águas, além de servir como ligação entre pontos importantes da gigantesca fazenda e da região. Mesmo essa que era a mais importante obra dos jesuítas, elaborada com as mais avançadas técnicas de construção civil da época, o ritmo das leis naturais não era rompido. A força motriz era, ainda, o corpo humano. Aqui, é importante destacar que esse corpo humano era, em sua maioria, escravizado: entre meados do século XVII e meados do século XVIII, época em que se contabilizou 1.016 escravos, um conjunto grande e heterogêneo de homens, mulheres e crianças constituía a mão-de-obra dos padres, conforme aponta Pedroza (2018, p.162).

Ao entrar no site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e procurar por ‘Ponte dos Jesuítas’, encontra-se um *link* que apresenta algumas figuras do hoje monumento tombado, em fotos recentes, além de fazer a seguinte descrição:

Esta obra dos padres jesuítas foi executada em cantaria e alvenaria constituída da cal de ostreiras e areia fina. Originalmente em cantaria, as oito colunas retangulares compõem os guarda-corpos da ponte, com seus capitéis e remates em forma de pinha. O piso deste belo monumento é calçado com sólidas lajes de variadas proporções. Sua base apresenta uma estrutura de arcos de raios desiguais revestidos internamente com pedra. Há também um pequeno bloco em mármore lioz com inscrições em latim alusivo a inauguração da ponte, incrustado no frontão de granito localizado em um dos guarda-corpos. Destinava-se, além da travessia do interior para a capital, regular o volume das águas das enchentes do rio Guandu e desviar parte das águas para o rio Itaguaí por um canal artificial. Através de comportas de madeira projetadas na sua extensão comboiava as águas decorrentes de inundações que prejudicavam a agricultura, matavam os rebanhos e destruíam as moradias da região. Com a canalização do rio Guandu, o conjunto arquitetônico da “Ponte dos Jesuítas” está destituído de sua função original, mas constitui um dos mais belos e raros monumentos da arquitetura jesuítica do Rio de Janeiro, sendo consagrada por sua importância histórica e arquitetônica em 1938, quando criado pelo Governo Federal, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, inclui a ponte entre os cinco primeiros bens tombados no Brasil. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_ponte_jesuítas.shtm>. Acesso em: 25/07/2019).



Figura 5: Vista lateral da Ponte dos Jesuítas.
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_ponte_jesuítas.shtm>. Acesso em: 25/07/2019.

No mais, definitivamente todas as obras dos Jesuítas foram efetivadas sem os equipamentos sofisticados usados atualmente em obras de grande porte. Conforme diz Freitas (1985), as ferramentas à disposição, naquele período, eram rudimentares, como cordas, varais e blocos de pedra, além de todo o transporte ser manual. Era um conjunto de técnicas do período em que as grandes máquinas não faziam parte da paisagem e, portanto, a maquinização do espaço ainda não se apresentava como sendo uma realidade. No entanto, mesmo com essas técnicas rudimentares, pôde-se perceber que as ações dos padres da Companhia de Jesus começaram a produzir rugas significativas no território, com diversas profissões exercidas na fazenda, o que os proporcionou, inclusive, transforma-la na mais importante do Brasil (FREITAS, 1985, p.122). Santos e Silveira (2001, p.29) salientam que essas ações não conduziram a instalação do que eles chamam de “próteses nos lugares”, mas se fez um esboço de presença técnica, com ritmos e regras dos seres humanos se sobrepondo à natureza e suas leis. Reitera-se que o ser humano ainda era o principal agente tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, com os ritmos das leis naturais ainda se constituindo com hegemonia no espaço.

1.3. Racionalidade, desenvolvimentismo e mecanização do espaço

Na segunda metade do século XVII, a Companhia de Jesus foi expulsa de todas as terras portuguesas ao redor do mundo pelo marquês de Pombal e a Fazenda Santa Cruz ficou sob administração dos Vice-Reis até a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808 (FREITAS, 1987). A fazenda passou a ser chamada de Fazenda Real de Santa Cruz, agora sob os cuidados de administradores indicados pela Coroa portuguesa. O aperto do príncipe regente na colônia trouxe de volta um prestígio que desde a saída dos padres a fazenda não experimentava. Com essa inesperada chegada da Corte, o antigo caminho dos Jesuítas, que se tornou, depois, a famosa Estrada Real de Santa Cruz, passou por obras de melhorias no seu percurso, com o intuito de atender à realeza, mas continuou a ser de terra batida, ainda sem uso de técnicas mais avançadas e complexas. Devido a sua exuberante beleza natural e distância do centro da cidade do Rio de Janeiro, a região da fazenda, que era banhada pela Baía de Sepetiba, se tornou área de lazer da família Real e, após a independência política do Brasil em relação a Portugal e o rompimento com a metrópole, Imperial. Observe a figura 6, na página seguinte, uma imagem litografada do castelo imperial de Santa Cruz, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).

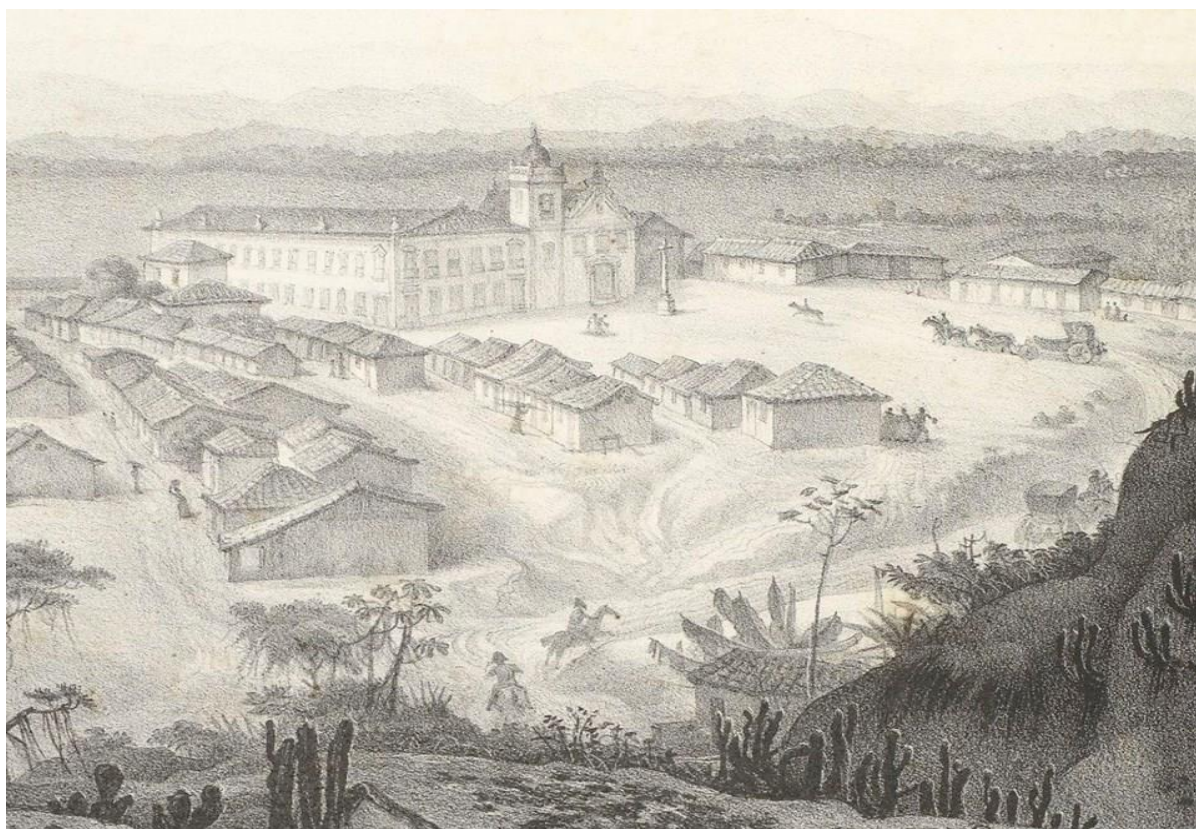


Figura 6: Imagem litografada do castelo imperial de Santa Cruz, incluída no livro Viagem pitoresca, publicado em 1839, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848).
Fonte: Mapa de Memória da administração pública brasileira. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/246-academia-da-fazenda-de-santa-cruz>>. Acessado em: 25/07/2019.

A primeira grande transformação depois da saída dos jesuítas, que proporcionou mudanças acentuadas na configuração espacial na Fazenda Santa Cruz, foi acontecer somente sob o Império de D. Pedro II. O evento que caracteriza essa transformação é a construção da estrada de ferro, que passou a ligar Santa Cruz ao hoje centro da cidade do Rio de Janeiro, marcando o início da mecanização do espaço na região, com a grande máquina a vapor comprimindo o espaço-tempo, incentivando, assim, a ocupação do solo à beira da linha férrea que cortava o território. Era um momento em que as lógicas e os tempos humanos se impunham às leis da natureza, com a invenção de máquinas e elaboração de novas formas de organização que possibilitavam novos usos do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 31). Observe a figura 7, que mostra um trem na estação ferroviária de Santa Cruz, em 1881.



Figura 7: Estação ferroviária de Santa Cruz, em 1881.
Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL (2012). Disponível em:
<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_mangaratiba/stacruz.htm>. Acesso em 22/03/2016.

Além da implantação do novo modal de transporte acelerando o movimento sob o território, o Imperador, de acordo com Mansur (2009), inaugurou também o Matadouro de Santa Cruz, com a intenção de abastecer o mercado de carnes de toda a cidade, resultando em um importante avanço tecnológico às proximidades e fazendo a região ser a primeira fora da centralidade do Rio de Janeiro a receber eletricidade, devido ao gerador presente na instalação industrial destinada ao abate de animais. A estrada de ferro, inaugurada em 1881, havia, inclusive, a princípio, a finalidade de transportar o gado abatido. Nota-se que se inaugura uma transição de técnicas rudimentares por técnicas mecanizadas, com a transformação do espaço geográfico se acentuando, quando se analisa as ações do próprio governo que se materializaram nesse território através de objetos oriundos do período técnico-científico. Era a emergência de uma nova relação com o território. As carroças cederam seu protagonismo de transporte, para longas distâncias, ao trem; a estrada de terra batida, que um pouco antes foi pavimentada com blocos de pedra, a partir daquele momento, também foi posta em segundo plano pela linha de ferro, caracterizando uma transição que consolidou o meio técnico em Santa Cruz.

Ao longo de todo o século XIX, sob o domínio da família imperial, principalmente no governo de Pedro II, que usava Petrópolis com frequência para ficar mais longe do caos urbano (FREITAS, 1987), houve desmembramentos do que era a antiga fazenda dos jesuítas, além de instalarem residências para os membros do governo e fornecedores de bebida, carruagem e animais de montaria. Fridman (1999) evidencia que assim formaram-se, em Santa Cruz, povoados com residências, vendas e estabelecimentos de comércio, recebendo muitos imigrantes chineses, espanhóis e portugueses, até o momento que o estatuto da fazenda foi alterado definitivamente para o de povoação.

Fridman (1999, p. 223) salienta ainda que

embora estas localidades só viessem a tomar ares verdadeiramente urbanos neste século [XX], todo o processo de divisão de suas terras, verificado ao longo do século XIX e mais acentuadamente nos últimos anos, foi ditado pela dominação de modo capitalista de produção, que implicou também o fim da escravatura e a proclamação da República.

Com a proclamação da República e o exílio do Imperador à Europa, as incorporações técnicas em Santa Cruz passaram por um momento de estagnação. Mansur (2009) ressalta que o final do século XIX e o início do século XX foi de total esquecimento do poder público com a área da antiga fazenda, e que só no governo de Vargas³, a partir da década de 1930, houve intervenções nesse espaço, com diversas obras de saneamento e posteriormente com a instalação da base/hangar do gigantesco Hindenburg, dirigível com rota entre Berlim e Rio de Janeiro. Laux (2012) observa que

[...] o hangar, assentado sobre 560 estacas de sustentação, media 270 m de comprimento e tinha 52 m de largura interna, todo ele construído com peças de aço trazidas semiprontas por navio desde a Alemanha. O vão livre central tinha 70 m. Os portões, em ambas as extremidades, eram constituídos de duas folhas. O portão principal, no setor Sul, podia ser aberto em apenas seis minutos, com o auxílio de motores elétricos. Tudo isso já estimando a sua utilização para a operação do Hindenburg D-LZ129, de dimensões ainda mais extravagantes do que as do já extraordinário Graf Zeppelin. (LAUX, 2012)

Essa obra de instalação do Hangar em Santa Cruz, com tamanha proporção e funcionalidade, somente se fez possível num período técnico em que os objetos passam a ser maquinicos e começam a produzir um espaço mecanizado, ainda que incompleto. Portanto, definitivamente, onde antes circulavam apenas homens em tração animal, guardando-os em estábulos, em menos de meio século, passou-se a conviver com trens, estrada de ferro, energia elétrica, aeronaves e uma poderosa base para dirigíveis. O nível de tecnologia presente no famoso Graf Zeppelin, por exemplo, evidencia tamanho potencial técnico e científico. Laux (2012) salienta que para o dirigível chegar a cerca de 110km/h, pelos ares, algo obviamente impossível através de carroças, era preciso cinco motores Maybach VL2 de 12 cilindros e 580 hp, movidos a benzol ou "blaugas" (gasolina azul). Apenas Brasil e Alemanha possuíam estrutura adequada para que os dirigíveis pudessem operar com segurança. Na figura 8, observe

³ Getúlio Vargas foi o Presidente da República que mais tempo permaneceu no cargo. Governou o país de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954 (FAUSTO, 2012).

o momento da chegada do dirigível Hindenburg ao famoso hangar, em Santa Cruz, na década de 1930.

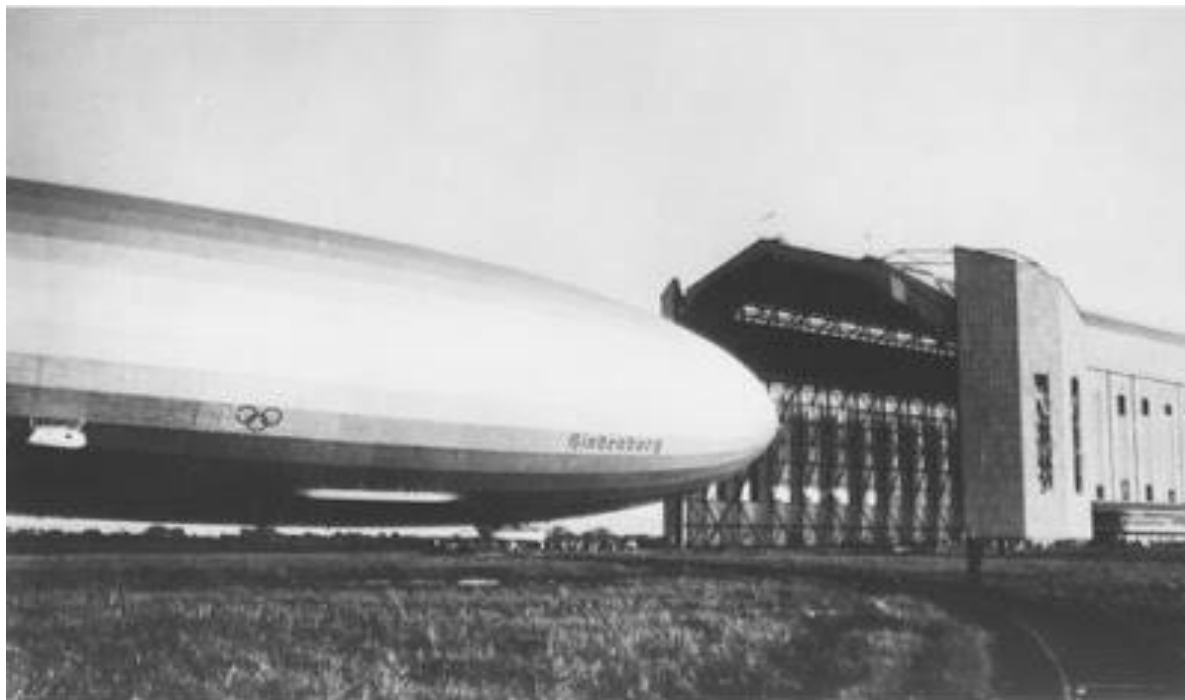


Figura 8: Hindenburg e o famoso hangar. Fonte: LIASCH, Jonas. Os Zeppelins nos céus brasileiros. Cultura Aeronáutica, 2011. Disponível em: <<http://culturaaeronautica.blogspot.com.br/2011/07/os-zeppelins-nos-ceus-brasileiros.html>>. Acesso em 14/03/2016.

Santos e Silveira (2001, p.27) destacam, entretanto, que o Brasil, embora em transformação, era um arquipélago de mecanização ainda incompleta e Santa Cruz fazia parte dessa metamorfose. Todavia, o horizonte do fazer histórico apontava para um meio técnico de circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizado também pelo que chamam de Região Concentrada, que seria constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No pós-guerra, um progresso tecnológico se acelerava a cada instante, por consequência da união entre técnica e ciência, corroborando para uma racionalidade do espaço em escala global, devido à instrumentalização dos territórios por ações de indivíduos, empresas e instituições. Há um crescimento dessa emergente ascensão da mecanização do espaço no país e a introdução de objetos e sistemas que provocaram a inserção dessas técnicas não mais exclusivamente ao meio produtivo. Com o hangar, energia elétrica, toda uma estrutura de saneamento, estrada de ferro e diversos aparatos técnicos incorporados ao território de Santa Cruz no final do século XIX e na metade do XX, que favoreceram algumas atividades econômicas, além de planejamento da ocupação humana se tornando comum, o espaço geográfico de Santa Cruz se converte num campo dessas ações embutidas de racionalidade e artificialidade. Esta conversão acontecia intensamente num contexto nacional, criando condições, com recursos, materiais ou não, o que Santos (1996, p. 203) chama de rugosidades, para possibilitar a criação do Distrito Industrial de Santa Cruz posteriormente. Lembrando, como aqui já foi salientado, que o espaço é produto e condição, híbrido, para a realização da reprodução da sociedade e na reprodução das relações sociais de produção.

A segunda metade do século XX marcou a história brasileira pelas intensas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. As contradições e frestas dos países do capitalismo central permitiram que o modelo da economia nacional, de primário-exportador, oferecesse um lugar à indústria como motor de acumulação, em que o Sudeste se tornou o principal destino dos investimentos e da migração em massa durante um longo período (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009), consolidando o centro do que Santos e Silveira (2001) chamam de “Região Concentrada”. Trata-se da égide do desenvolvimento, esta que se mostrou a palavra central das políticas do período, no Brasil, mesmo em diferentes governos, civis ou militares.

De acordo com Furtado (2000, p. 14), o progresso técnico viabiliza a acumulação capitalista e, portanto, por trás destes, enfileiram-se complexas modificações sociais, numa sociedade brutalmente desigual, cuja a lógica deve-se tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento. O autor evidencia que esse conceito é utilizado em dois sentidos diferentes: um que diz respeito a essa já citada acumulação capitalista e o progresso das técnicas, em que se eleva a produtividade do conjunto da força de trabalho; e outro que tem a ver com o grau de satisfação das necessidades humanas, no qual se considera alimentação, vestuário, habitação e expectativa de vida de uma população. No entanto, ele aponta que, mesmo a ideia de necessidade humana, quando não relacionada ao essencial, geralmente perde clareza de acordo com determinado contexto social. Portanto, na verdade, têm-se três possíveis perspectivas de desenvolvimento: a da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a terceira, que é ambígua, pois aquilo que pode ser bom para uma sociedade, em determinado contexto social, não necessariamente é bom em outra. Assim, então, a ideia de desenvolvimento não é indiferente à estrutura social, o que aponta que a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação não são imagináveis sem uma adequação ideológica (FURTADO, 2000, p. 22).

Porto-Gonçalves (1992, p. 10), entre outras questões, salienta que o conceito de desenvolvimento é central no processo de construção do que se convencionou chamar de *modernidade*, com seus significados e significações. O desenvolvimento, desse modo, integra a base utópica/ideológica da Modernidade. O autor destaca ainda que

a ideia de Desenvolvimento apresenta uma íntima relação com a Geografia Política. Antes de mais nada, desenvolvimento pressupõe crescimento, até porque desenvolver-se significa des-envolver, o que implica abrir/quebrar/romper o que está envolvido. Fortemente influenciada pela herança cristã que permeia o pensamento ocidental, a ideia de (des)envolvimento se reveste de uma pretensão universalista e, nesse sentido, pretende redimir (salvar) os povos através de sua conversão aos padrões de desenvolvimento europeus. Diferentemente da ideia biológica de desenvolvimento que diz respeito ao metabolismo interno do ser vivo, cujo embrião/semente já traz em si mesmo as suas fases de crescimento/desenvolvimento na sua especificidade, na sua diferença, o conceito atropossocial de desenvolvimento, tecido na Modernidade, se pretende universal. Os demais povos não-europeus passaram a ser visto como selvagens, quer dizer, da selva, isto é, da natureza, e, por isso, deviam ser civilizados, para aceder à cultura, eis um dos vetores em torno do que serão engendradas as relações entre classes/povos; regiões; Estados. Sendo assim, desenvolvimento implica que alguma força propulsora, portadora da chave modernizadora universal, o colonialismo e o imperialismo europeus, faça com que outros povos saiam da selvageria ou da barbárie (outro termo que os reduz ao campo da natureza, posto que bárbaro, segundo Lévi Strauss, designa o canto desarticulado das aves, pois era assim que os romanos

entendiam a fala dos outros, ou melhor, dos não-romanos) para civilização. (PORTO-GONÇALVES, 1992: p.11-12)

Desta forma, o Estado assume hegemonia como agente central na propulsão e orientação das atividades econômicas, se firmando como mediador dos conflitos de classes na definição do interesse nacional, o que tornou essa ideia a concepção central sobre o que se entende por desenvolvimento. Vale ressaltar que o quadro internacional que nasce após a Segunda Guerra Mundial pode ser identificado como o auge do Estado Nacional, com as mais variadas nuances que este assumiu nas diferentes formações sociais. Nesta conjuntura, não por acaso, o capitalismo atingiu seus anos de ouro, com seu maior crescimento de toda a história, em meio a um mundo marcado pela Guerra Fria (FURTADO, 2000: p.25).

Na América Latina, por exemplo, seguindo esse caminho, as classes dominantes souberam capturar o Estado para seus fins desenvolvimentistas (PORTO-GONÇALVES, 1992, p.26). Salienta-se, no entanto, que a discussão sobre desenvolvimento nas periferias do mundo teve como principal causa a tomada de consciência do atraso econômico em que vivia grande maioria da humanidade, principalmente no próprio Terceiro Mundo, usando os indicadores sociais na tentativa de fundir as ideias de bem-estar social, modernização e tudo que indicava ligação com as formas de vida criadas pela civilização advindas da revolução industrial e do meio técnico-científico. Assim o Estado brasileiro assimilou de vez as políticas calcadas no desenvolvimento como mola-mestre.

Diante dessa ascensão do Estado nacional desenvolvimentista, começaram os debates em torno da questão desenvolvimento-subdesenvolvimento, o que também foi usado como chave para alavancar um modelo de dominação forjado na Europa e nos Estados Unidos, porque os Estados nacionais do então chamado terceiro mundo estariam sempre na busca incessante pelo desenvolvimento, usando esses países centrais como parâmetros, sem notarem que desenvolvimento e subdesenvolvimento, neste sistema, são duas facetas de uma mesma lógica, de um mesmo impulso, no qual se reforçam bilateralmente, como destaca Furtado (2000):

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial. (FURTADO, 2000: pp. 27-28)

O desenvolvimento, entretanto, ao se tornar o símbolo-mor da modernidade, conforme apresentado por Porto-Gonçalves (1992), não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que os governos, ao legitimarem a ampliação, unificam e dão sentido à toda a ação de suas esferas nos mais diferentes campos (FONSECA, 2004). Tudo passa a ser unificado, pelo Estado Nacional, no discurso do “desenvolvimento a qualquer custo”. Então o que seria o

desenvolvimentismo? Uma prática/ideologia calcada nessa faceta do “desenvolvimento a qualquer custo”? Fonseca (2004), dialogando sobre as origens do desenvolvimentismo no Brasil, salienta que

Embora haja controvérsias sobre seu significado e alcance, este é entendido, numa primeira abstração que servirá como ponto de partida, como possuindo um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: a) da industrialização; b) do intervencionismo pró-crescimento; e c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro. (FONSECA, 2004: p.226)

Sendo assim, segundo o autor, para se falar em desenvolvimentismo, uma primeira questão central se impõe: a associação dos três elementos do “núcleo duro” em um conjunto comum de ideias ligado e arranjado. No entanto, o desenvolvimentismo, tal como prática no Brasil e em países da América latina, não é apenas isto, mas um manual de prática voltada a sugerir ou justificar ações governamentais, com fim em si mesmo:

Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que este é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (FONSECA, 2004: p. 227)

Assim, o desenvolvimento assume a caracterização clássica de uma utopia, um consenso universal a ser alcançado, que está no horizonte, gozando, no futuro, do mais elevado grau de felicidade. Sem ele, simplesmente a nação permanecerá no atraso do passado, como antiquada, cheia de pobreza e limites, subordinada às grandes nações centrais e, elas sim, modernas. É ele ou nada. E o desenvolvimento acima de tudo aponta que a reversão deste quadro não vai se impor sozinha, ela deve ser planejada e exige muita ação. Só através da racionalidade do espaço (SANTOS, 1996) com o Estado que é a instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política, isto pode ser completamente alcançado (FONSECA, 2004, p.228). Como toda ideologia que vira senso comum, produz-se um projeto de sonho em que a utopia do desenvolvimento cria um ciclo vicioso em torno de si e abre caminho, se auto justificando, para profundas transformações no espaço.

Santos e Silveira (2001. p.48) consideram que a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, bases do desenvolvimentismo, foram grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que estavam a guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais. O peso da ideologia do crescimento, a correspondente atração pelo desenvolvimento industrial, a obrigação de expandir o consumo interno, a indispensabilidade de afirmar o Estado sobre a nação e a inevitabilidade de um comando eficiente sobre o território, eram argumentos importantes, para impor uma mecanização do território e integrá-lo mediante recursos modernos, sob a égide capitalista.

Juscelino Kubitschek⁴, inserido à corrente nacional-desenvolvimentista nos anos de 1950, fez uso dessa ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro, com o desenvolvimento centralizando ideologicamente o projeto, lançando o programa que visava alavancar o país “50 anos em 5 anos de mandato”. O presidente publicou o Plano de Metas⁵, no qual levou a cabo o desenvolvimento a partir da industrialização, do forte poder do Estado planejador, e do que chamou de modernização do Brasil. O planejamento foi caracterizado por pesados e combinados investimentos estatais e privados, em estradas, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, na marinha mercante, além da construção de Brasília, se baseando em “30 metas”, que foram divididas em: setores da energia, setores do transporte, setores da alimentação, setor da indústria de base, setor da educação. O programa, entre várias contradições, colocou o Brasil de vez na era do capitalismo industrial, com a produção de bens de consumo duráveis, pois embora com Getúlio Vargas, que, segundo Fonseca (2004), foi o precursor das práticas desenvolvimentistas brasileiras no século XX, o país já estivesse desenvolvendo uma modernização, com atividades industriais se consolidando no centro dinâmico da economia, ainda era hegemonicamente produtor de bens de consumo não duráveis e extremamente dependente de exportação de produtos primários (RABELO, 2003).

Logo na introdução, o documento do programa de metas informa seu evidente objetivo, que era planejar o desenvolvimento econômico do Brasil nos cinco anos de governo que estava a começar, que levaria o país a uma nova fase, a partir daquele momento e através daquelas metas pré-estabelecidas, com autoridades especializadas, pelo Estado:

A política de desenvolvimento econômico do Presidente Juscelino Kubitschek consubstancia-se em seu programa de metas, que abrange projetos a serem executados com recursos públicos e privados. O programa traduz, um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizáveis em diversas etapas, algumas das quais deverão ser ultimadas até o fim do atual quinquênio de Governo (1961) e outras de conclusão prevista de 5 a 10 anos, como é o caso da meta de energia elétrica, na qual cerca e 40% dos investimentos em curso só serão consumados entre 1961 e 1965. (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO, 1958, p.9)

O programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com os estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constituiu-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País. (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO, 1958, p.13)

Entretanto, conforme mostra Fonseca (2004, p. 225), as políticas desenvolvimentistas não se limitaram ao período marcado por Getúlio e Juscelino, este último que encarnou inclusive esse Plano de Metas aqui comentado. Mesmo com o rompimento político de 1964, numa análise abrangente, levando em consideração aquele “núcleo duro”, elas continuaram sendo as chaves centrais dos governos brasileiros no decorrer das primeiras décadas da segunda metade do século XX, graças a existência, na época, de um ciclo econômico expansivo internacional (PEREIRA, 2012, p.733). Sobre esse pano de fundo, a adaptação ao modelo

⁴ Juscelino Kubitschek, também conhecido pelas suas iniciais JK, ocupou a Presidência do Brasil entre 1956 e 1961 (FAUSTO, 2012).

⁵ CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*. Rio De Janeiro, 1958.

capitalista internacional torna-se sofisticado, e a ideologia da racionalidade e modernização a qualquer preço ultrapassa inclusive o domínio industrial, impondo-se ao setor público e invadindo áreas alcançadas só indiretamente ou até então intocadas (SANTOS; SILVEIRA: 2001, p.47).

O contexto global durante os governos militares no Brasil era de crise de superacumulação de capital. Segundo Harvey (1989), a dinâmica capitalista era propensa a grandes crises, pois apresenta internamente uma tendência lógica de produzir fases frequentes de superacumulação. Por ser um sistema baseado no crescimento acima de tudo, enfrenta sempre o problema de não ter mais como produzir e continuar seu caminho multiplicador de riqueza. O fim dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970, no mundo, ficou marcado por essas características e os capitalistas desenvolveram três estratégias que transformam os limites à acumulação de riquezas em meras barreiras a serem brutalmente superadas.

Uma delas Harvey (2013, p.268) chama, usando Marx, de “desvalorização de capital”; a segunda ele diz que é tanto um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, tanto uma aceleração do tempo de giro, para que a aceleração de um dado momento absorva a capacidade excedente de outrora. Harvey (1989) salienta que o excedente de capital e de trabalho pode ser absorvido pela sua retirada do consumo corrente para investimento públicos e privados de longo prazo, tanto como capital fixo quanto em peculiaridades sociais. Esta segunda estratégia ele chama de ajuste temporal, que é, portanto, a aceleração do movimento capitalista para encurtar distâncias e reduzir ao máximo o tempo de circulação das mercadorias.

A terceira estratégia, ou ajuste, é o que, de certa forma, mais interessa para o seguimento desta discussão, pois é objetivamente geográfico. Trata-se do deslocamento espacial da crise, que pode ser, inclusive, combinado ao temporal, através da mediação do sistema de crédito e formação de capital fictício. O deslocamento espacial compreende a absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho de excedentes. Esse “reparo espacial” do problema da superacumulação promove a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir no crescimento do comércio e dos investimentos diretos e no teste de novas possibilidades de exploração. Segundo Botelho (2014, p.94) "o ajuste espacial é um instrumento longo na história da internacionalização do capitalismo e revela a maneira como o sistema externaliza as contradições que não consegue solucionar”.

No mais, a exportação de capital, inicialmente pelos países centrais, é, conforme salienta Botelho (2014, p.93), a forma mais simples e óbvia do ajuste espacial, transferindo recursos de uma nação à outra na intenção de absorver os problemas da crise. Para Harvey (1989), os deslocamentos temporais e espaciais têm um duplo poder na absorção da superacumulação, e, na prática, particularmente na medida em que a formação de capital fictício é essencial ao descolamento espacial, o que conta é a combinação dos ajustes temporais e espaciais. Um dos exemplos de forma típica de absorção de superacumulação dados por Harvey (1989), é que os países centrais emprestaram dinheiro para ampliação de capital fixo ou para compra de bens de capital que ajudem a gerar riquezas por muitos anos aqui na América Latina.

Os agentes do capital, tentando solucionar a crise da superacumulação, conforme destaca Botelho (2014), veem como primeira alternativa abandonar de vez a velha estrutura construída, para poder ter controle sobre o seu capital e voltar à fluidez do lucro em outro local. É um abandono do capital fixo instalado para libertar o sistema de acumulação, cortar o cordão que o prende a uma determina localidade e região falida e poder descola-lo para outras regiões que tenham perspectiva mais positivas, deixando cidades e regiões completas, abandonadas.

Além disso, vale destacar, o ajuste espacial não surge depois do ajuste temporal ou somente após a desvalorização do capital superacumulado, eles acontecem sincronizados, o que Botelho (2014, p.100-101) chama de “estrutural”. Os três ajustes, na verdade, são um, pois operam e reorganizam, em conjunto, as contradições do capital, de modo que são responsáveis, juntos, pela reprodução ampliada dessas contradições tanto interna quanto externa, pois como há uma ampliação sistemática do capital pelo globo, os problemas de superacumulação ressurgem sempre de modo mais violento e complexo em cada etapa e em cada canto em que o capital esteja atuando.

É com este contexto de expansão do capital pelo terceiro mundo, influenciados por tal, que, já nos anos de 1970, os Governos Militares aplicaram dois Planos Nacionais de Desenvolvimento⁶, PND I e PND II, referentes, respectivamente, aos períodos 1972-1974 e 1975-1979. Eles ganharam fôlego para dar sequência nas políticas desenvolvimentistas devido aos ajustes globais de contenção da crise de superacumulação, que, com as estratégias espaciais e temporais, possibilitou-se profundos investimentos na mecanização e na racionalização do território brasileiro.

Ambos os planos se diferenciavam dos anteriores dos próprios governos militares, principalmente porque enquanto os outros últimos eram documentos do Poder Executivo, os PNDs foram convertidos em leis após terem sido analisados e aprovados pelo Congresso. O PND I conservava os princípios já traçados e tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração. O PND II tinha como objetivos centrais elevar a renda per capita a mais de mil dólares e fazer com que o produto interno bruto ultrapassasse os cem bilhões de dólares em 1977. Ambos já aconteciam num outro cenário, num outro pano de fundo, já com a superposição da dinâmica globalizadora e essa expansão global do capital. Segundo Santos e Silveira (2001, p.53), a partir dos anos de 1970 e sobretudo a contar dos anos 1980, há uma difusão da nova modernidade, com uma dispersão no território nacional de indústrias dinâmicas, de uma agricultura moderna e do respectivo setor de serviços.

Os momentos que antecederam os governos militares, com os desenvolvimentismos de Vargas à JK, exerceram um papel importante na criação de uma marcante e inicial unidade nacional, com projetos de desenvolvimento. Esse período anterior aos governos militares pode também ser considerado “um momento de transição para uma nova fase, constituindo de certa forma uma espécie de lançamento das bases sobre as quais os novos processos se iriam realizar” (SANTOS; SILVEIRA: 2001, p. 253), no qual o território de Santa Cruz, como já destacado, também estava incluso, o que será discutido, com ênfase, na seção seguinte, sobre o contexto e o processo de implantação do distrito industrial no território do bairro e sua localização estratégica, devido, entre outras questões, a Baía de Sepetiba.

Contudo, nota-se que essas transformações, a partir das políticas desenvolvimentistas, fizeram do território brasileiro uma metamorfose, no que diz respeito aos avanços técnicos, com ampliação das redes elétricas, ferroviárias, rodoviárias, das telecomunicações, absoluta racionalidade perante o espaço, para garantir a industrialização, mas as políticas sociais tiveram um papel marginal. Esses progressos científicos e tecnológicos estiveram quase que exclusivamente à serviço da acumulação de capital, caracterizando o modelo de desenvolvimento, como explicado por Furtado (2000), comprometido com o aumento da produtividade, ou seja, do crescimento econômico avassalador, não com o grau de satisfação

⁶ < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>>. Acesso em 08/09/2019.

das necessidades humanas de toda a população, o que também pode ser relativo, de acordo com o que já foi discutido e apresentado aqui.

1.4. A Implantação do Distrito Industrial de Santa Cruz

O processo que levou à industrialização acachapante a Santa Cruz somente se fez possível porque o cenário de desenvolvimento nacional, influenciado pela conjuntura global de crise e expansão geográfica de capital, foi extremamente favorável. No final da primeira metade do século XX, o Rio de Janeiro viu seu potencial industrial perder a hegemonia para São Paulo, mas conseguiu frear a perda de indústrias graças a um planejamento estadual que seguiu ordens federais dos anos de 1960 e 1970 e implantou distritos industriais na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A instalação e consolidação do Distrito Industrial de Santa Cruz, portanto, se dá sob avanço do desenvolvimentismo dos governos militares e superposição da dinâmica globalizadora sentida progressivamente a partir dos anos de 1970. É um momento de expansão e transformação do capitalismo, com ajustes temporais, usando o sistema financeiro e o capital fictício, e ajustes espaciais, com deslocamentos de capitais inclusive ao então terceiro mundo. Havia também um cenário de mudanças internas no Brasil engendradas por transformações na organização do trabalho advindas desde o desenvolvimentismo nacional do Vargas. O capital estava em colapso e precisava de novos ares, por isso países como o Brasil participaram da rota de capitais para dar novo fôlego ao sistema com o prisma da globalização. Mais do que maior circulação de mercadorias, culturas e valores, a globalização é a mundialização da capacidade produtiva e do sistema financeiro, incorporando ainda mais o espaço como elemento estratégico de reprodução ampliada do capital, inclusive com mobilidade espacial das indústrias (OLIVEIRA, 2008: p. 29).

Antes da virada da primeira metade do século XX, no entanto, há uma combinação de dois sistemas viários que dariam consistência ao projeto de chegada da indústria no bairro. Mantendo o zoneamento de instalação industrial definido pelo Decreto-Lei 6.000/37, que apontava todo o lado direito da já instalada Estrada de Ferro Central do Brasil como prioritário para atividades industriais, há a criação de um corredor, a Avenida Brasil, paralelamente à linha férrea, definindo uma área de expansão estratégica (OLIVEIRA, 2008: p.77) que facilitou e possibilitou a chegada da indústria na região neste contexto posterior, de globalização e expansão do capital que estava a se realizar. Portanto, mesmo antes dos governos militares, ainda no início do desenvolvimentismo no Brasil, haviam significativos esforços em direcionar condições favoráveis à implantação de áreas industriais para a região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, incorporando a Av. Brasil como eixo viário indutor dessas novas transformações.

Damas (2008, p.68) salienta que o fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido por mais de dois séculos a capital do Brasil, formando cidadãos preocupados com os problemas nacionais em detrimento dos regionais, de certa forma, contribuiu para uma situação problemática de enfraquecimento industrial. O setor fabril carioca entrou num declínio durante esse momento do século XX, pois mesmo com a criação da Av. Brasil, ainda que somente até a altura de Campo Grande, e a já instalada linha férrea, faltava “fôlego”. Segundo Damas (2008), alguns autores atribuem esse declínio industrial carioca também à conjugação do aumento dos custos de produção local, provocado por fatores como tarifas de energia, de transportes e de salários. Por outro lado, vale ressaltar que havia uma concentração de investimentos em São Paulo

advindos de toda estrutura da economia cafeeira e sua crescente burguesia com ambições industriais.

Nos anos de 1960, a partir do Plano de Metas e do modelo econômico implantado no governo de Juscelino Kubistchek, em uma tentativa de interromper essa perda de atividades industriais, além de adaptar a cidade às novas exigências da dinâmica social e econômica que imperavam no país, principalmente com o aumento do uso do sistema de transporte rodoviário, foram realizados uma série de investimentos públicos. Era fundamental adaptar o espaço urbano à circulação de mercadorias e pessoas através deste meio de transporte que estava se tornando hegemônico nas cidades brasileiras. Essa reforma reestruturou a cidade e um dos aspectos mais relevantes era a formação de novas áreas para o desenvolvimento da atividade fabril.

Damas (2008, p.72) aponta que é nesse contexto de busca de novas áreas para as instalações industriais, de tentativa de interromper a transferência de indústrias para fora do Estado e de reverter a perda de dinamismo econômico que o governo estadual decidiu investir na zona oeste da cidade. Para planejar e executar essa expansão às novas áreas, criou-se a Companhia Progresso Industrial da Guanabara – COPEG, em 1961, que era responsável pela promoção de desenvolvimento industrial do antigo estado da Guanabara (DAMAS, 2008).

A ação mais significativa realizada pela COPEG para induzir o crescimento e a realocação das unidades fabris foi à criação dos distritos industriais, os quais ficaram sob a responsabilidade de um órgão específico da companhia, o Departamento de Zonas Industriais – DEZIN (CODIN, 1987). Segundo relatório da CODIN (1987), em 1967, a empresa MONTOR elaborou estudos de viabilidade para implantação de um distrito industrial em Santa Cruz, numa área comprada no ano de 1965, pela COPEG. Esse foi o começo da política de implantação de distritos industriais na cidade do Rio de Janeiro. (DAMAS, 2008, p.72)

Em processo que ficou a cargo da COPEG, através do DEZIM (Departamento de Zonas Industriais), em 1967, já durante os governos militares, que seguiram as políticas desenvolvimentistas semelhantes às do período de JK, o governo do estado da Guanabara decidiu implantar um distrito industrial em Santa Cruz e iniciou seu planejamento através de estudos de viabilidade que levavam em conta toda a Zona Oeste. Esses estudos embasaram a criação do Distrito Industrial de Santa Cruz e abriram caminho para existência de outros distritos nesta região, diagnosticando, inclusive, diversos fatores que davam condições para construção de distritos industriais em outras partes da Zona Oeste, como:

disponibilidade de terrenos, de água, de eletricidade, de mão-de-obra, de transporte rodoviário e ferroviário, assim como estar no entorno de um local que apresentava um grande potencial portuário, a orla da Baía de Sepetiba. (DAMAS, 2008, p.95)

Contudo, o Distrito Industrial de Santa Cruz só começou a funcionar em 1973, ainda de forma precária, pois houve atrasos nas obras. Segundo tabela apresentada por Damas (2008, p. 91), com base em informações disponibilizadas pela CODIN, em 1977 existiam 15 empresas no distrito industrial, mas somente 7 estavam em operação, predominando indústrias do setor químico, do setor mecânico e do setor metalúrgico (figura 9).

Situação do DI de Santa Cruz* ordenados por setor (1977)			
Nº.	Empresas	Setor	Situação
1	Glasureit	Químico	Operação
2	White Martins	Químico	Operação
3	Bononia	Químico	Implantação
4	SICPA	Químico	Implantação
5	CBEI	Mecânico	Operação
6	CBEI	Mecânico	Operação
7	MANOBRA	Mecânico	Implantação
8	TIMPLO	Metalúrgico	Operação
9	Ferr. Santos	Metalúrgico	Implantação
10	Temperação	Metalúrgico	Implantação
11	Babcock e Wilcox	Minerais não metálicos	Operação
12	TEMPORAL	Minerais não metálicos	Implantação
13	SOMBRA	Mobiliário	Operação
14	Famatêxtil	Têxtil	Implantação
15	Casa da Moeda	Papel/Minerais metálicos	Implantação

* Foram consideradas apenas as empresas em operação ou implantação

Figura 9: Tabela de situação do Distrito Industrial de Santa Cruz em 1977. Fonte: Damas (2008, p. 91)

Por mais que o território de Santa Cruz tenha passado por variadas transformações desde os tempos dos Padres da Companhia de Jesus, principalmente no final do século XIX, com a chegada da Estrada de Ferro, a crescente mecanização do espaço e, já no século XX, a ampliação da rede rodoviária, construção do Hangar (base aérea) e de investimento em saneamento básico, para que o Distrito Industrial de Santa Cruz entrasse em funcionamento pleno, necessitou-se da implantação de uma ainda mais significativa infraestrutura, porque, hegemonicamente, a região até então tinha uso agrícola. Por essa razão foram pavimentados 17.846 metros de vias e criadas a rede distribuidora de água potável; rede coletora de esgoto sanitário e estação elevatória; sistema de iluminação; sistema de energia elétrica e sistema de telecomunicações (DAMAS, 2008: p. 94-95).

Ainda nos anos de 1970, para atender principalmente esse complexo industrial que nascia na região de Santa Cruz, iniciou-se também as obras de criação do Porto de Sepetiba (SANTOS; SILVEIRA, 2001: p.62), mais uma faceta desses investimentos em infraestrutura, se tornando uma importante prótese no território, para as dinâmicas do capital e da globalização ascendente. E indissociável destas transformações, principalmente da criação do porto, outro projeto foi desencadeado, extrapolando os limites do município do Rio de Janeiro, que tem como base/polo central a Baía de Sepetiba. Criou-se, na verdade, uma grande região com atividades industriais que se estende de Mangaratiba a municípios da Baixada Fluminense, sendo o embrião do que mais à frente vamos identificar como Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015).

Nota-se que o território de Santa Cruz, ao longo do século XX, foi sendo preparado para fazer parte de uma lógica de produção que se consolida com a implantação do distrito industrial e a criação do porto na Baía de Sepetiba. O bairro está localizado numa região altamente estratégica, que, por tal, passa a fazer parte de uma rede econômica com divisões territoriais e fluxos globais intensos. Com o advento da união entre ciência, técnica e, a partir dos anos de

1970, informação, o território brasileiro como um todo se modificou. A década de 1970 já nasce em meio uma nova era nos transportes e nas telecomunicações do país. É momento de ajustes espaciais e temporais no capitalismo, com expansão de um mercado que, neste período técnico-científico-informacional, torna-se progressivamente global. Santa Cruz, se inserindo nestas lógicas, ganha novos conteúdos, devido seus novos ritmos de produção, circulação de pessoas, produtos e riquezas, que só são possíveis através dessas redes técnicas embutidas no território. A presença de infraestrutura representa uma fluidez, que é efetiva no seu uso imediato e potencial no seu uso futuro, levando em conta que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo condição e condicionante das relações sociais que o produz.

1.5. O sistema técnico atual e a consolidação das atividades portuárias na Baía de Sepetiba

Milton Santos (1996, p. 177) afirmou que as épocas se distinguem pelas formas de fazer, ou seja, pelas técnicas e que, no século XX, o processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais, novas apropriações da natureza foi multiplicado, em razão das associações cada vez mais entrelaçadas entre ciência e técnica, o que, com o acréscimo da informação, culminou e caracterizou o período atual, que é técnico-científico-informacional. Esta união, nas palavras do autor, *é a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização* (SANTOS, 1996: p. 177).

A velocidade de difusão de novos objetos e ações caracterizou fortemente esse período, se comparado com o tempo em que as técnicas de momentos anteriores foram introduzidas e se consolidaram. Este fato se dá justamente devido ao casamento técnico-científico. *A rapidez com que geograficamente se difundem as tecnologias do presente período mostra-se ainda maior quando comparamos com o que o mundo conheceu na fase anterior*, explica Santos (1996, p. 179), *num processo gradual de difusão, enquanto em nossos dias esse processo é brutal*.

Milton Santos não chegou conhecer o mundo com os *smartphones* e seus aplicativos com variadas funções diárias, que invadiram nossos lares, relações de trabalho e costumes, de forma ainda mais avassaladora, já nas primeiras décadas do século XXI. No entanto, nota-se que os atuais sistemas técnicos se afirmam com intensidade e rapidez, de uma forma nunca vista anteriormente, mas sua ampliação pelo mundo e pelas práticas humanas não significa homogeneização, como disse o autor. Santos (1996, p. 179) salienta que por mais potentes e invasores que os atuais sistemas técnicos possam ser, sua capacidade de invasão por todos territórios têm limites e esses limites são dados pela divisão do trabalho e pelo que o autor chama de divisão de criação de densidade:

Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem. Nesses lugares, é mais eficaz a ação dos motores da economia mundializada, que incluem as instituições supranacionais, as empresas e bancos multinacionais. E a densidade – já notavam Marx e Durkheim – é um fator de divisão do trabalho, pois facilita a cooperação. (SANTOS, 1996: p.179).

Santos (1996, p.181) afirma que na sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção em escala planetária, em que nem a vida das pessoas nem os limites dos Estados são levados em conta, nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro

pelas grandes empresas multinacionais. Essa característica cria espaços condicionados a funcionar única e exclusivamente para esta lógica do sistema econômico que agora é global. São espaços com densidades técnicas que facilitam os fluxos de mercadorias, ou seja, de riquezas. Técnicas são incorporadas à natureza e ao território como paisagem artificial e produzem uma história irreversível destes lugares. Racionalidade e artificialidade, na busca incessante pela acumulação, marcam o fenômeno técnico contemporâneo e criam espaços específicos com mais ou menos densidade. Toda a região em que se localiza o bairro Santa Cruz, principalmente a partir dos anos de 1970, cria condições materiais suficientes e se insere nesta lógica da artificialidade e da racionalidade, passando a fazer parte, indubitavelmente, da região que Santos e Silveira (2001) chamam de Região Concentrada.

Caracterizando este cenário, a globalização, que é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, se consolidada, tendo como base a unicidade técnica, acompanhada de uma unicidade do tempo e de uma unicidade do motor da vida econômica e social (SANTOS, 2000). O desenvolvimento da história vai ao encontro do desenvolvimento das técnicas e à medida em que o capitalismo foi se desenvolvendo, o número de modelos técnicos disponíveis foram diminuindo e o alcance, principalmente das tecnologias da informação, se ampliaram.

As técnicas funcionam em sistemas. Em nenhum momento da história apareceu uma técnica isolada; o que sempre se instalou foram famílias/grupos de técnicas. Cada grupo representa a história de uma época e, na atual, a grande representação é a chegada da técnica da informação, através da informática, da cibernética e da eletrônica. Entre as várias possibilidades que se abrem com esse grupo, talvez a mais importante nesta discussão é que as diversas técnicas passam a se comunicar entre elas (SANTOS, 2000, p. 25). As técnicas do atual período, que, repetindo, é técnico-científico-informacional, se difundiram universalmente. Ainda que com diferente intensidade, seus efeitos se fazem sentir, direta ou indiretamente, sobre a totalidade dos espaços (SANTOS, 1996, p.193).

O movimento de unificação, que corresponde à própria natureza do capitalismo, se acelera, para hoje alcançar o seu ápice, com a predominância, em toda parte de um único sistema técnico, base material da globalização. Com a emergência do período técnico-científico, no imediato pós-guerra, o respectivo sistema técnico se torna comum a todas as civilizações, todas as culturas, a todos os sistemas políticos, a todos os continentes e lugares. (SANTOS, 1996, p.192)

Esse fenômeno de unicidade, sendo muito evidente pelo sistema de objetos, é igualmente notado nas ações, que também passam a ter um conteúdo universal. Ao observar os planos de ajustamento do Banco Mundial e do FMI, por exemplo, com apoio irrestrito de potências industriais e financeiras, esta ideia de universalidade das ações na atualidade fica explícito. Há, portanto, uma interdependência funcional universal de objetos e ações. No começo da história, alguns se universalizaram, mas de forma isolada. Na atual fase do processo de globalização, o que é universal é todo um sistema técnico. Esse é um fenômeno absolutamente recente na história da técnica e do território. Santos (2000, p.26) destaca ainda que o sistema técnico dominador do mundo, atualmente, tem a característica de ser invasor. Possui a vocação de se espalhar na produção dos territórios, que também é fundamento da ação dos atores hegemônicos, como as firmas globais.

Há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia. (SANTOS, 2000: p. 27)

A convergência dos momentos, ou, como Santos (1996, p.1996) bem chamou, unicidade do tempo, é a possibilidade de perceber a simultaneidade dos eventos. Com o advento dos satélites e o domínio do espectro eletromagnético, que é um dos grandes feitos da era contemporânea, a informação ganhou a possibilidade de comunicar a todos os lugares, sem nenhuma defasagem. Esta característica garantiu um sistema técnico universalmente integrado, sistemas produtivos e financeiros transnacionais, informação geral mundializada e o atual processo de globalização. Perceba que o tempo aqui é radicalmente unificado pela generalização de necessidades fundamentais à vida humana, tornados comuns à escala do mundo (SANTOS, 1996).

A unicidade do tempo e a operação global das empresas revolucionou o mundo das finanças, permitindo ao mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro e de forma combinada. É o mais alto estágio alcançado pelo mercado que já vinha se mundializando há tempos. Percebe-se, portanto, uma grande mudança na história, pois os indivíduos tornaram-se capazes de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Esse é o fato novo: convergência dos momentos (SANTOS, 2000). A informação instantânea e globalizada, no entanto, é intermediada pelas grandes empresas de informação, que obviamente têm seus interesses, que não são os das populações espalhadas por todos os lugares do planeta, nem de Santa Cruz. Travando essa discussão, chega-se ao que Milton Santos (1996; 2000) denomina de *motor único*. Nas palavras do autor,

a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez potencial e a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a possibilidade de fluidez, quem, todavia, é fluido realmente? Que pessoas? Quem, de fato, utiliza em seu favor esse tempo real? A quem, realmente, cabe a mais-valia criada a partir dessa nova possibilidade de utilização do tempo? Quem pode e quem não pode? Essa discussão leva-nos a uma outra, na fase atual do capitalismo, ao tomarmos em conta a emergência de um novo fator determinante da história, representado pelo que aqui estamos denominando de motor único. (SANTOS, 2000: pp. 28-29)

Este motor único, ou, como também menciona o autor, mais-valia universal, é possível, porque, no atual período, há um sistema unificado de técnicas que permite ações generalizantes e globais. Em determinado momento da história mundial, havia uma variedade de motores: *o motor francês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc.* (SANTOS, 2000, p. 29), porém, mesmo já durante o capitalismo, seguiam ritmos, modalidades e combinações

com suas particularidades e características específicas. Hoje há somente o motor único: através das grandes empresas, que estão fluindo sobre os territórios, com uma concorrência avassaladora, a produção se dá numa escala global. Essa mais-valia em nível global contribui para ampliar e aprofundar a mundialização da produção, do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da cultura e da política, com o setor produtivo sendo formado por uma rede de interdependências de um mercado que se consolidou global.

A rede de interdependências, mantida e ampliada pelas grandes empresas, transformou territórios locais em pontos fixos de uma teia global complexa, na busca incessante do lucro capitalista. A Baía de Sepetiba, que desde o início da industrialização da região já se colocou como de suma importância para as atividades, devido a instalação do porto, se consolida de fato como um elo do território local com esse mercado globalizado.

De acordo com Perdigão (2015), a Baía de Sepetiba é um ambiente aquático de transição entre rio e mar, com 447 km² de área. Suas águas estão em três municípios fluminenses: o município do Rio de Janeiro, nos bairros de Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz; o município de Itaguaí; e o município de Mangaratiba. É composta por sub-bacias hidrográficas que envolvem 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro: Seropédica, Queimados, Engenheiro Paulo de Frontin, Japeri, Paracambi, Miguel Pereira, Mangaratiba, Vassouras, Barra do Piraí, Mendes, Nova Iguaçu, Piraí, Rio Claro e os já citado Rio de Janeiro e Itaguaí (figura 10).



Figura 10: Baía de Sepetiba, com destaque para o eixo Santa Cruz – Itaguaí. Fonte: PERDIGÃO (2015). Adaptado.

Do ponto de vista ambiental, em seu entorno existem notáveis ecossistemas de florestas, restingas – como a da Marambaia e manguezais. Podem ser encontradas, ainda, áreas restantes da Mata Atlântica. A baía desempenha também um importante papel no abrigo de espécies nativas; no refúgio de aves costeiras; serve, até, de área de descanso para aves que procuram abrigo em sua vegetação. Os estuários, por sua vez, acumulam uma enorme riqueza biológica típica de ambientes onde a água dos rios encontra-se com as águas do mar (PACS, 2009).

Neste cenário já colocado, a década de 1970 foi caracterizada por um crescimento industrial em toda a região, tendo como epicentro geográfico o eixo Santa Cruz – Itaguaí, onde se localizou uma gigantesca zona industrial e o porto, com a Baía de Sepetiba sendo imprescindível na ligação com o mercado global. Segundo Nascimento e Vilella (2014, p.133) o porto teve sua construção inicial terminada em 1982. Para os autores, a sua função inicial era o escoamento de mercadorias da empresa Valesul e carvão da Companhia Siderúrgica Nacional. Observe duas figuras do Acervo da Revista Manchete, sobre a inauguração do porto, encontradas no Facebook, na página *Fragmentos do Rio Antigo*⁷. Uma das imagens ainda destaca que Figueiredo “acionou Sepetiba para desafogar porto do Rio”.

⁷ <<https://www.facebook.com/fragmentosdoriorantigo>>. Acesso em 14/10/2019.



Diante de três mil pessoas, foi inaugurado o novo porto de Sepetiba. Junto ao Ministro Eliseu Resende, o presidente das Docas do RJ, Pedro Batouli.



FIGUEIREDO aciona SEPETIBA para desafogar porto do Rio

ENTROU em operação o maior terminal portuário da América Latina e um dos maiores do mundo, quando na sexta-feira, dia 7, às 10h30min, o Presidente João Figueiredo, diante de três mil pessoas, acionou o botão que movimentou as esteiras rolantes do terminal de Sepetiba, principal realização, este ano, na área do Ministério dos Transportes. Sepetiba receberá o carvão energético e metalúrgico destinado, respectivamente, ao parque siderúrgico e às indústrias cimenteiras da região Sudeste, especificamente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e alumina da Valesul. Dentro de um ano poderá também transformar-se em terminal destinado à movimentação de minério de ferro para as empresas que hoje utilizam o porto do Rio de Janeiro. Será, então, alcançado outro objetivo da política portuária: a especialização dos terminais marítimos.

O Ministro Eliseu Resende destaca a inauguração do terminal de Sepetiba como um marco importante na história dos transportes do Brasil. — Através da malha ferroviária existente, passando por Japeri e Volta Redonda — disse o ministro —, o porto de Sepetiba se articulará com a Ferrovia do Aço, cuja inauguração está prevista para 1984. Desta forma o minério do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, transportado pela Ferrovia do Aço, deverá ser exportado através de Sepetiba, a custos inferiores aos do porto do Rio de Janeiro. O porto de Sepetiba será, de fato, o ponto final da Ferrovia do Aço.

Para Arno Markus, presidente da Portobrás, a obra representa um grande esforço da empresa para atender, principalmente, a dois aspectos contidos nas diretrizes do Ministério dos Transportes: o apoio

ao programa siderúrgico e o incentivo às fontes alternativas de energia, neste caso, representadas pelo carvão. O porto tem um pier de 540 metros de comprimento por 40 de largura, podendo abrigar em seus berços até quatro navios simultaneamente, dependendo do porte das embarcações. Futuramente, poderão ser descarregadas até 220 mil toneladas de uma só vez. O carvão será retirado dos porões por quatro descarregadores, dois com capacidade para 1,5 mil toneladas por hora e dois com capacidade para 800 toneladas, cujas caçambas umedeceirão a carga, a fim de evitar a poluição antes de colocá-la nas esteiras rolantes, operando o sistema com sprays para que a poeira do carvão não se espalhe. Foram também plantados eucaliptos destinados a reduzir a ação dos ventos na área e impedir a dispersão de poeira residual.

Inovando tecnologia e incorporando outras existentes, o complexo portuário e industrial de Sepetiba teve início em 1975 com a assinatura de um convênio entre a Portobrás e a Companhia Docas do Rio de Janeiro — CDRJ, informa que o projeto absorveu recursos da ordem de Cr\$ 31 bilhões da Taxa de Melhoria dos Portos, dotação orçamentária e do Programa de Mobilização Energética, e busca todo o potencial econômico vinculado ao comércio exterior, além de possibilitar o atendimento especializado de seus principais fatores de desenvolvimento. Participaram da construção do porto de Sepetiba as empresas Rodoferr, Concremat, Consórcio Sade-Zamora, Consórcio Planave/Planenge, Cia Brasileira de Dragagem, Ecex, Spartacus e Italmiimpianti.



O Presidente Figueiredo (alto) acionou o botão que movimentou as esteiras rolantes do terminal de Sepetiba. No meio, a multidão na inauguração. Acima, operária-padrão oferece ao Presidente Figueiredo uma lembrança do evento que beneficia o Estado do Rio.

Figura 11: Revista Manchete destaca presença do presidente Figueiredo na inauguração do Porto. Fonte: Fragmentos do Rio Antigo. Disponível em: <https://www.facebook.com/fragmentosdoriorioantigo/photos/pcb.2297221957164583/2297221723831273/?type=3&theater>. Acesso em 14/10/2019

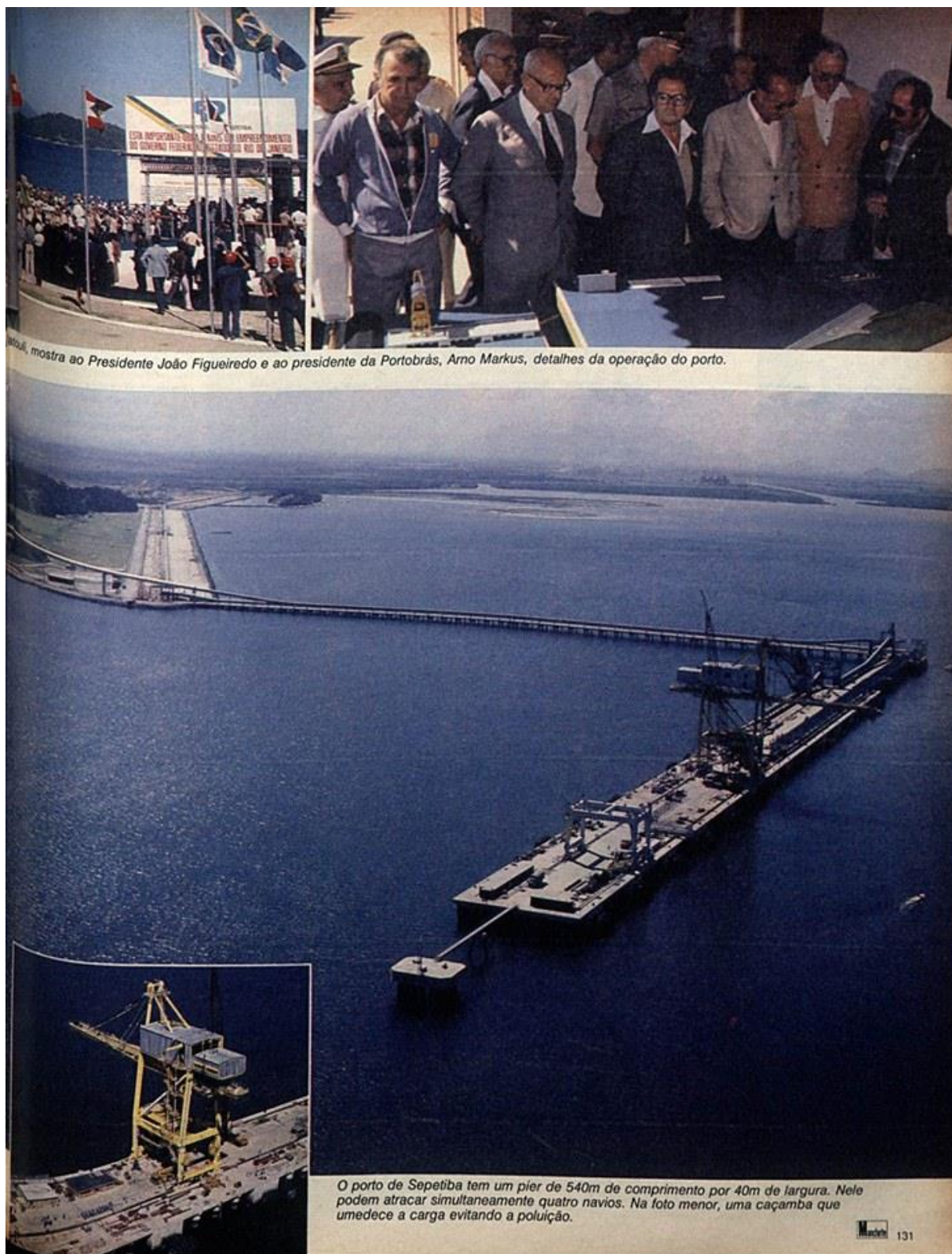


Figura 12: Revista Manchete destaca píer de 540m, presença do presidente Figueiredo e do então presidente da Petrobras na inauguração do Porto. Fonte: Fragmentos do Rio Antigo. Disponível em: <https://www.facebook.com/fragmentosdoriorioantigo/photos/pcb.2297221957164583/2297221723831273/?type=3&theater>. Acesso em 14/10/2019

Perdigão (2015) salienta, no entanto, que na década de 1980, apesar de a economia fluminense ter passado por significativas perdas, a região da Baía de Sepetiba continuou a ser alvo de investimentos federais. Embora a crise da dívida externa, que caracterizou os anos de 1980 como década perdida, tenha causado um desastre para os defensores do desenvolvimentismo, que vinham ditando as políticas nacionais desde Vargas, o setor de infraestrutura no Estado do Rio de Janeiro era fundamental para escoar internacionalmente a produção industrial do país.

Apesar do cenário econômico nacional desfavorável, a demanda por infraestrutura portuária era indispensável para o setor de bens commodities escoar sua produção internacionalmente. Apesar da brusca redução de investimentos e da perda de capacidade fiscal e financeira do Estado, foi imprescindível manter áreas estratégicas. (PERDIGÃO, 2015)

Ainda de acordo com o autor, em 1985 foi inaugurado, também na região, um trecho da rodovia BR-101, que liga as cidades de Santos e Rio de Janeiro, finalizando, de certa forma, uma era em que as políticas de desenvolvimento voltadas para essa região consolidaram esta função industrial e portuária. As obras da rodovia Rio-Santos acompanharam o processo de industrialização, passando por toda década de 1970 (figura 13).



Figura 13: Obra em algum trecho da rodovia Rio-Santos. Fonte: Novo Milenio. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0102m.htm>. Acesso em: 14/10/2019.

Santos e Silveira (2001) afirmam que se pode admitir a existência de áreas em que possuem uma globalização “absoluta” e de outras em que essa globalização é apenas

“relativizada”. Afirmam também que os espaços nacionais são organizados, a partir da globalização da economia, para servirem às grandes empresas hegemônicas, o que cria zonas de densidade e zonas de rarefação. Esta região que é banhada pela Baía de Sepetiba e incorporou concentração de vetores de uma modernidade racional e artificial, com portos, indústrias, estradas e toda uma gigantesca infraestrutura, participando do jogo da acumulação capitalista, adquiriu a características de ser uma área de plena globalização, com produção, circulação, distribuição e informação absolutamente ligadas aos atores globais e globalizados.

Marcado pelo neoliberalismo, como bem mostra Perdigão (2015), a partir dos anos 1990, o Estado brasileiro deixou de construir uma economia nacional ao privatizar setores estratégicos à política industrial, abandonando seu papel de gestor direto de grande parte das empresas industriais. Sem contar, como salienta Santos e Silveira (2001 p.302), que o neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, pois torna o uso mais seletivo do que antes e causa distúrbios regionais ainda mais significativos. Perdigão (2015) aponta que a década de 1990 marca a desregulamentação do transporte marítimo, com a inserção do Brasil de vez na economia globalizada calcada em privatização, desregulação e modernização do setor portuário. Segundo o autor,

na esteira da competição pelos fluxos globais, novos imperativos surgiram à logística das redes mundiais de circulação. Aos agentes relacionados à dinâmica portuária couberam investimentos em terminais de contêineres com capacidade para exportar produtos industriais e matérias primas (*commodities*), através de navios de grande porte que operavam nas principais rotas marítimas; numa malha portuária mundial cada vez mais integrada. (PERDIGÃO, 2015)

O Porto de Sepetiba, já fazendo parte, portanto, de uma área estratégica, passou por um grande investimento durante os governos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de modernizá-lo, o que acarretaria numa maior inclusão do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil nos fluxos globais da economia de forma competitiva. Houve, inclusive, uma explícita combinação de interesses entre o setor estatal federal e o privado. Sendo assim, com reorganização de espaços produtivos, a década de 1990, marcada pelas políticas econômicas neoliberais, reinseriu o Brasil neste mundo de superposição da dinâmica globalizadora e da guerra dos lugares (SANTOS, 1996), afastando a crise que se arrastava desde o início da década de 1980, com a especialização em *commodities* “retomando” espaço na produção brasileira (PERDIGÃO, 2015):

Minério de ferro, alumínio, areia, aço, petróleo, siderúrgica, indústria automobilística, indústria naval, construção civil e terminais portuários são as principais atividades da região em análise, assim como ocorre na economia brasileira como um todo. Na perspectiva da divisão inter-regional do trabalho, a região da Baía de Sepetiba ao expandir sua capacidade portuária torna-se escoadouro das indústrias da RMRJ⁸ e do Sul Fluminense. Confirma-se, assim, a especialização regional logística com capitais públicos e privados. (PERDIGÃO, 2015)

⁸ Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Chagas (2020), pesquisador das dinâmicas portuárias na Baía de Sepetiba, aponta, entre outras questões, que o porto, no entanto, não foi pensado pelo poder público para o território local, mas sim como base prática de um projeto pensado nacionalmente, com o objetivo de expandir competências do Brasil num cenário de globalização ascendente. O autor salienta que o planejamento e o desenvolvimento das atividades portuárias foram, desde sua concepção, matutados como algo externo ao bairro, à cidade e às populações locais. Houve essas modernizações na década de 1990, mas apenas das infraestruturas portuárias, não levando em consideração as populações locais, da Baía de Sepetiba e de toda área de influência das atividades portuárias-indústrias.

Vale salientar que durante este período caracterizado por políticas neoliberais, em 1996, aconteceu o maior acidente ambiental que a região já sofreu e que lhe confere um imenso dano ambiental cujas consequências são sentidas até o presente momento. Foi o acidente com a Companhia Ingá Mercantil, que iniciou suas atividades na Ilha da Madeira, em Itaguaí, naquela primeira onda de industrialização da região. Segundo PACS (2009), o dique de contenção da Ingá se rompeu, deixando vazar um grande volume de material tóxico, com elevado teor de metais pesados. Os manguezais e a magnífica vegetação da Baía de Sepetiba foram atingidos de forma avassaladora. Avalia-se que a pesca na época tenha decrescido em 60% e, na ocasião, a Baía de Sepetiba ainda era o principal abastecedor de peixes do estado.

Importante destacar aqui, no entanto, a discussão sobre divisão territorial do trabalho travada por Santos (1996, p.129-141). O autor, entre outras colocações, diz que esta divisão atual é consequência de uma cadeia de divisões anteriores e que elas estão sobrepostas, num mesmo momento histórico, além de criar uma hierarquia entre os lugares, segundo a sua distribuição espacial, redefinindo a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições. A posição da região da Baía de Sepetiba dentro da divisão territorial, regional, nacional e internacional do trabalho, neste momento evidenciado, se deve a todo um processo de acumulação de divisões anteriores que foram materializadas no espaço.

Com a ascensão das políticas neoliberais no Brasil, durante a década de 1990, a política passou a ser feita no mercado. *Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo* (SANTOS, 2000, p.67). Os atores, na verdade, são as grandes empresas globais, que funcionam em redes e têm o mundo como seu espaço, fazendo uso como bem entender, sem preocupações éticas ou pensando no longo prazo. São apresentadas, inclusive, mediante discursos oficiais, como salvadoras dos lugares e apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade (SANTOS, 2000). Problemas como o ocorrido com a Ingá, por exemplo, mostram algumas das fissuras desses discursos oficiais. Retornando ao que foi discutido no início deste item e encaminhando para finalizá-lo, percebe-se que tudo o que serve à globalização também serve à competitividade das empresas, globais ou não:

processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas – e, por extensão, os países, as sociedades e os homens – esteja fundado numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação das firmas globais, cada momento a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema ironia: essa mais-valia tão fugaz não pode ser medida e, ao mesmo tempo, se torna a principal alavanca, se não o *motor unitário*, das ações mais características da economia globalizada. (SANTOS, 1996, p.212)

CAPÍTULO II

A INSTALAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO: NOVO DESENVOLVIMENTISMO E CONSOLIDAÇÃO DA BORDA METROPOLITANA

Este capítulo debruça-se sobre o *novo desenvolvimentismo brasileiro*, com base especial em Mercadante (2010), em sua tese de doutorado, e a consequente instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ. Visto que durante este período em que o contexto político-econômico brasileiro foi marcado pelo que o autor chamou de novo desenvolvimentismo, o Estado brasileiro, em conjunto com o empresariado nacional e internacional, construiu um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015). O primeiro empreendimento desse complexo industrial, neste período, foi a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Ternium CSA. Esse enfoque, analisando o contexto de tais políticas e ações do Estado, ajuda a entender e evidenciar as vantagens oferecidas à empresa; as mudanças nas dinâmicas espaciais do bairro e os investimentos em infraestrutura para as atividades do conglomerado industrial, siderúrgico e portuário; além de debater a consolidação da borda metropolitana e do que se identifica como eixo Santa Cruz – Itaguaí.

2.1. “Novo desenvolvimentismo” e os projetos para a região

A escolha de evidenciar a proposta de Mercadante (2010) não é por acaso. O autor defendeu sua tese de doutoramento em economia justamente no final do Governo Lula (2003-2006; 2007-2010), do Partido dos Trabalhadores, no qual foi líder no Senado Federal. No mesmo ano que se findou o governo de Lula, em 2010, foi dado início nas atividades siderúrgicas da Ternium, em Santa Cruz, sendo uma consequência simbólica deste contexto nacional discutido pelo ex-senador, pois os governos municipal, estadual e federal, juntamente com o empresariado nacional e internacional, construíram um imenso polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos com epicentro no eixo Santa Cruz – Itaguaí. Entende-se, então, que é de vital importância expor o que o próprio economista e líder do governo durante o período em análise expõe em sua discussão sobre a época em questão. Importante destacar que aqui neste capítulo se tentará criar uma ambientação do leitor com a conjuntura política e econômica da época analisada, além de vislumbrar algumas conceituações.

No entanto, é importante fazer uma observação antes de seguirmos, pois esta contextualização do processo de instalação da empresa, que se findou em 2010 e coincide com o término do segundo mandato de Lula, se entrelaça com o período analisado neste segundo capítulo. A dissertação completa, incluindo o terceiro capítulo, que trata das consequências da atuação da Ternium e dos efeitos e contradições desse novo desenvolvimentismo brasileiro, adentra aos mandatos de Dilma Rousseff (PT), que se inicia em 2011 e se mantém, inclusive com reeleição, até a brusca ruptura política ocorrida em 2016, através de mecanismos jurídicos-parlamentares, acompanhando o funcionamento da siderurgia em Santa Cruz e toda sua problemática. Dilma, em seus mandatos (2011-2014; 2015-2016), principalmente no primeiro, continuou representando a política de crescimento econômico com investimentos do Estado em conjunto com o empresariado nacional e internacional, como veremos aqui ter sido prática

comum dos governos de Lula. Vale lembrar que a ex-ministra-chefe da Casa Civil ficou conhecida como “Mãe do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento”, um dos principais mecanismos criados no mandato de Lula para colocar em funcionamento o que Mercadante (2010) chamou de novo desenvolvimentismo brasileiro. Em março de 2010, por exemplo, o então presidente lançou, juntamente com a também então pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, em uma cerimônia para cerca de 1,2 mil convidados em Brasília⁹. Dilma foi eleita a primeira mulher presidenta da República Federativa do Brasil, com discurso de continuidade ao modelo de governo e políticas de Lula, incluindo aí as práticas e proposições do novo desenvolvimentismo analisado por Mercadante (2010).

Feita esta ressalva, a centralidade da tese de Mercadante (2010) aponta que no período de 2003-2010, houve, no Brasil, a emergência de um novo padrão de desenvolvimento, sendo consideravelmente distinto tanto do neoliberalismo quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo predominante no início da industrialização brasileira. Assim, ele aponta alguns destaques, sendo o primeiro a ruptura paradigmática com a agenda liberal hegemônica na América do Sul desde os anos 90, colocando o social como eixo estruturante do tal novo desenvolvimentismo.

Para essa ruptura paradigmática, segundo o autor, a estratégia foi lançar a “Carta ao Povo Brasileiro”¹⁰, concebida em um momento em que a economia brasileira era estremeçada pelo mercado financeiro. A economista Laura Carvalho (2018) diz que o desespero financeiro gerado pelo temor de uma mudança repentina na política econômica levou o dólar de 2,60 reais no início de 2002 a 4 reais às vésperas da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Mercadante (2010, p.18) salienta que a carta representou, portanto, um compromisso petista de responsabilidade política com uma transição gradual dos programas neoliberais anteriores para as novas diretrizes políticas que estavam assinaladas no programa de governo proposto por Lula, para resguardar a estabilidade num contexto de insegurança e incertezas com o futuro. Era uma tática para vencer a eleição, uma face moderada de um partido que analisou a conjuntura e se adaptou, mas também um embrião do que seria o novo desenvolvimentismo brasileiro debatido por Mercadante (2010), evocando o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das instituições democráticas e os avanços sociais, do “Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos”.

Com a eleição vencida, essa opção pela transição e não ruptura não foi muito bem aceita pela base do PT, que esperava maiores transformações já nos primeiros anos de governo. Nestes anos iniciais de mandato houve desentendimentos e discordâncias em alas diferentes do governo, sobre a área econômica, principalmente entre o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Em 2004, inclusive, a Executiva Nacional do PT defendeu mudanças mais profundas, voltadas para a retomada do desenvolvimento, que é palavra unificadora, com geração de emprego e distribuição de renda (CARVALHO, 2018). No entanto, mesmo sob algumas dificuldades, com o passar do tempo e o temor das incertezas ficando para trás, o governo foi instituindo suas políticas de forma gradual, se beneficiando da conjuntura internacional favorável especialmente devido ao aumento dos preços das *commodities*. Entre 2003 e 2005, durante o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores na

⁹ Conforme: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100329_pac2_cq>. Acesso em: 01/10/2020.

¹⁰ Carta ao povo brasileiro foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à presidência da república do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores, respeitaria os contratos nacionais e internacionais, evitando um caos social, como era vendido pela elite e pela grande imprensa brasileira. Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em 08/01/2020.

presidência, a principal novidade se deu no âmbito das políticas de transferência de renda, expandidas e universalizadas com a criação do programa Bolsa Família e as políticas de salário mínimo voltadas para a base da pirâmide, aumentando a distribuição de renda nesta mesma base (CARVALHO, 2018).

Para Mercadante (2010, p.18),

Nos países em desenvolvimento, que têm vastas parcelas da população excluídas do consumo e das oportunidades, há, com frequência, uma situação de “privação original” do acesso à terra, à moradia, à educação de qualidade, etc., que cria um círculo vicioso que reproduz a pobreza de forma intergeracional. Esse é um problema estrutural, que não pode ser resolvido simplesmente pelos mecanismos do “mercado” e pelo crescimento econômico. É imprescindível a intervenção do Estado, com consistentes políticas ativas, para quebrar tal círculo.

O Estado, assim, colocou em prática uma significativa transferência de renda para os setores mais pobres e vulneráveis, numa recuperação sistemática do nível de emprego e do poder de compra do salário mínimo, na popularização do crédito para os segmentos antes excluídos dos processos, bem como em uma série de outros programas conduzidos a distribuir renda, dar oportunidades e promover a inclusão social. Tais políticas foram a base e condicionaram, posteriormente, o que Carvalho (2018) chamou de “milagrinho brasileiro”. A autora afirma que o maior acesso ao crédito e maiores investimentos público em infraestrutura física e social, ofertados pelo Estado, foram os pilares que alimentariam esse crescimento mais inclusivo, com grande apelo junto à opinião pública daquela conjuntura.

Dessa forma, o social, que nas políticas nacionais-desenvolvimentistas do passado era colocado de lado, como comentado no primeiro capítulo, para Mercadante (2018), passou a se constituir em um dos eixos estruturantes deste novo modelo de desenvolvimentismo. Essa característica simbolizava um rompimento com as políticas predominantemente neoliberais no Brasil e marcava uma era de crescimento associado à distribuição de renda, jogando por terra a ideia das décadas de 1960-70, famosas por afirmações que primeiro deveria “fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”. No antigo nacional-desenvolvimentismo a desculpa era essa e não havia um processo de acumulação que combinasse crescimento com distribuição sistemática e continuada da renda, com inclusão social e a redução da pobreza como meta.

Mercadante (2010, p.30), continuando sua discussão sobre as bases do novo desenvolvimentismo que ele apresenta, cita Celso Furtado, ao dizer que o subdesenvolvimento era um problema essencialmente político e que sem democracia fortificada e consolidada não haveria desenvolvimento. Para o ex-senador, no entanto, a constituição do novo desenvolvimentismo no Brasil foi dada no contexto do aperfeiçoamento das instituições republicanas, da expansão dos direitos econômicos e sociais da população e, ainda, do alinhamento às reivindicações dos movimentos sociais nas políticas públicas brasileiras. Portanto, o fortalecimento das instituições e ferramentas democráticas seriam características deste modelo de desenvolvimento.

Outro destaque do autor é a nova forma de inserção internacional do país, também de fundamental relevância à geração das condições necessárias para consolidação de um novo padrão desenvolvimentista brasileiro. Para Mercadante (2010, p. 31), durante o período nacional-desenvolvimentista do século XX, a política externa buscou, com algumas exceções, a afirmação autônoma do Brasil em negociações bilaterais, mantendo, no entanto, organismos

multilaterais. A principal preocupação dessa política, ao longo dos anos 60 e 70, era a de colocar os temas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, da transferência de tecnologia e da superação das desigualdades entre os países como assuntos centrais das relações internacionais (MERCADANTE, 2010, p.31). Entretanto, afirma o autor em seguida, essa política externa foi dilacerada ao longo do período de predomínio neoliberal dos anos de 1990. Se baseando nas políticas do Estado Mínimo, ela foi substituída por outra que deu ênfase na integração do país ao “processo de globalização” e no reconhecimento da condição de potência média regional para o Estado brasileiro. A suposição dessa política era o de que o Brasil, se colocando de forma nova na globalização ascendente e à nova ordem internacional orientada pelos interesses estratégicos dos países do capitalismo central, superando certo isolamento provocado pelo nacionalismo desenvolvimentista, participaria mais do comércio globalizado e da prosperidade “mundializada”, podendo usufruir dos avanços tecnológicos. No entanto, para Mercadante (2010, p. 31), não foi exatamente isso que aconteceu:

Na realidade, a consequência maior da política externa vinculada ao paradigma do Estado Mínimo foi, além da diminuição de nossa participação no comércio mundial, a redução do protagonismo regional e internacional do país. De fato, a fragilidade econômica vigente no período, a baixa prioridade da política de defesa, a estagnação e os impasses do Mercosul, a inexistência de avanços concretos na integração sul-americana, o abandono parcial do eixo horizontal (Sul-Sul), o baixo investimento em parcerias estratégicas com países emergentes, a falta de enfrentamento das ameaças aos interesses do país, além do alinhamento aos ditames da nova ordem mundial centrada na única superpotência, fizeram o Brasil perder a sua capacidade de projetar os seus interesses no exterior.

No governo Lula, entretanto, o autor diz que o círculo neoliberal foi rompido em relação ao que se fez na década anterior. Para ele, a política externa e de comércio passou a diversificar as parcerias econômicas e comerciais, sendo indispensável para superação da vulnerabilidade externa da economia, que era fator de fragilização do Brasil internacionalmente. Mercadante (2010, p. 32) salienta que as novas políticas externas pensadas pelo projeto calcado no novo desenvolvimentismo, para além do aumento dos preços das commodities, possibilitou uma constância macroeconômica ao Brasil. Assim como esse modelo no país se estruturou, internamente, através da distribuição de renda, maior inclusão social e no conseqüente aquecimento do mercado interno de massa, externamente se fortaleceu buscando por novos espaços para o país e reduzindo a falta de regularidades políticas, econômicas e comerciais entre as nações.

Como destaques entre as novas práticas políticas e singularidades históricas, Mercadante (2010, p.34) cita ainda a importância das estratégias na geopolítica do petróleo, amplamente evidenciado com a descoberta dos campos do Pré-Sal, que possibilitou ao Brasil uma oportunidade de afirmação de sua posição de destaque no cenário internacional anteriormente comentado. Para tal, o autor advoga, em sua tese, naquele momento, por um novo marco regulatório do petróleo que possibilitasse a Petrobras viabilizar a exploração do petróleo recentemente descoberto (plataformas, navios, novos portos, gasodutos, etc.), trazendo, assim, um impacto positivo à indústria nacional.

Mercadante (2010, p. 38), seguindo, apontou que eram cinco grandes barreiras a ultrapassar, para consolidar o novo desenvolvimentismo no Brasil: o desafio da infraestrutura e logística precárias, a eliminação da pobreza e da ainda grande desigualdade social; o desafio

da inserção internacional soberana. Esses três primeiros desafios, comentados aqui como destaques e circunstâncias históricas que marcaram o início deste novo modelo de desenvolvimento, foram sendo enfrentados até o ano de 2010 com êxito, conforme disse o autor:

Sólidas e amplas políticas sociais, combinadas com a grande geração de empregos e a popularização do crédito, vêm, como vimos, reduzindo aceleradamente a pobreza e a desigualdade social e, dessa forma, dinamizando o mercado interno de consumo de massa. O PAC, por sua vez, está permitindo o enfrentamento crescente dos gargalos logísticos e de infraestrutura ao desenvolvimento sustentado. A nova política externa, por seu turno, está tendo notório êxito no aumento do protagonismo internacional do Brasil e na promoção de sua inserção soberana. Esses desafios são, por assim dizer, desafios do século XX, desafios clássicos que não conseguimos vencer ainda no século passado, de forma a transpor o fosso que nos separava (e ainda separa) dos países desenvolvidos. (MERCADANTE, 2010, p.38)

Os outros dois desafios citados eram o da criação do que o autor chamou de sociedade do conhecimento, com o objetivo de superar os baixos índices educacionais herdados de séculos de desigualdades, que acarretava na falta de inovação e pesquisas mais elevadas no país; e o desafio da sustentabilidade ambiental e da transição para a economia verde, que, segundo o autor, se não fosse vencido, dificultaria o crescimento sustentado numa perspectiva de longo prazo. No entanto, ele mesmo aponta que a superação desses dois desafios, em 2010, ainda era muito difícil na agenda interna, quer pelo caráter inédito das questões ou pelos estrangulamentos financeiros que país se encontrava.

Vale destacar, já aqui, que o destaque às questões ambientais no novo desenvolvimentismo de Mercadante não se deu por acaso. Qualquer projeto de país e ou sociedade que se coloque como novo, depois do auge das tensões e discussões ambientais na segunda metade do século XX, precisa evidenciar tais preocupações, mesmo que, no fim, sejam apenas apêndices ou espaços para empresas desenvolverem projetos que melhorem suas imagens no mercado, como ocorrido a partir da década de 1990, sendo prática acoplada à ascensão neoliberal, mas que não apresentou se desfazer nestas elucubrações do ex-senador sobre o desenvolvimento sustentado como destaque do novo desenvolvimentismo.

É neste cenário político-econômico-social nacional, com o Estado se colocando como agente central numa nova investida desenvolvimentista, com características singulares e peculiaridades históricas, que o Estado brasileiro, em conjunto com o empresariado nacional e internacional, construíram um gigantesco polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de *commodities* minerais e produtos siderúrgicos no eixo Santa Cruz – Itaguaí, ou, como vamos melhor identificar adiante, Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (Oliveira, 2015). Segundo relatório do PACS (2009), o primeiro, mais emblemático e complexo empreendimento desse polo industrial foi a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que iniciou seu processo para instalação em 2005 e se pretendia a maior siderúrgica da América Latina.

Após o início das obras da atual Ternium CSA, os processos de licenciamento dos seguintes projetos foram iniciados nesta mesma região: a construção de um grande porto e estaleiro para a construção de submarinos da Marinha do Brasil; Porto Sudeste da LLX Logística; expansão da capacidade produtiva da Gerdau Cosigua e a construção da nova usina de aços especiais; a ampliação do porto de Itaguaí; e a construção de um gigante porto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e CSN (PACS, 2009). Todos estes planos faziam parte da execução de megaprojetos que visavam o crescimento econômico, através da exploração de

recursos naturais, em particular *commodities* agrícolas e minerais, com base neste novo desenvolvimentismo implantado na primeira década do século pelo Partido dos Trabalhadores. A figura 14 destaca os empreendimentos no eixo Santa Cruz – Itaguaí (no momento de publicação do relatório, 2012, a Ternium CSA era ainda TKCSA, pois pertenceu à ThyssenKrupp até 2017).



Figura 14: Mapa com os projetos industriais, portuários e rodoviários planejados para a Baía de Sepetiba, no eixo Santa Cruz – Itaguaí.

Fonte: PACS, 2012. Adaptado.

2.2. A instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico e a guerra dos lugares

Santos (1996, p. 244) afirma que *os negócios governam mais que os governos e com a globalização da tecnologia e da economia, os Estados aparecem como servos das corporações multinacionais*. Os lugares passam a se distinguir pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor dependendo dos equipamentos de infraestrutura, acessibilidade, de leis, impostos, relações trabalhistas, etc. Há, portanto, uma guerra global entre os lugares.

Explorar a instalação da CSA em Santa Cruz e tratar de guerra entre os lugares permite pensar que as regras do sistema econômico internacional não poderiam ser rompidas facilmente, principalmente pós ascensão neoliberal e a seguinte proposta de mudanças graduais que não desestabilizassem a economia. Portanto, por mais que o Estado se propusesse a estruturar um modelo de desenvolvimento que tivesse perspectivas novas, preocupado com a superação de questões que envolvam as desigualdades sociais, conforme Mercadante (2010) relata ter sido a tônica dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, normas globais não seriam facilmente rompidas. Segundo Santos (1996, p. 245), há sim muitas vezes a busca do Estado em assegurar o bem-estar social numa época de globalização exacerbada e que, na verdade, lógicas como da guerra dos lugares estão visceralmente vinculadas com a globalização contemporânea, inescapáveis em maior ou menor intensidade.

Milton Santos (1996, p.244) destaca que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional, pois os sistemas de engenharia mais modernos são criados nos países, muitas vezes com investimentos pesados dos próprios Estados, no entanto são mais usados pelas firmas transnacionais que pela própria população de determinados Estados. Os lugares, assim, se especializam em virtude de suas facilidades naturais, de suas realidades técnicas e questões de ordem social, para darem maior segurança e rentabilidade para capitais, em sua maioria estrangeiros. Ora, de um lado temos as empresas buscando os melhores sítios para suas instalações, com melhores localizações que facilitem os lucros; do outro lado temos os próprios lugares se especializando e se adaptando, para atrair investimentos dessas empresas. E aí o Estado tem um papel primordial: é ele quem prepara o terreno, adapta leis (ambientais e trabalhistas), investe em infraestrutura e faz o máximo possível na tentativa de atrair determinados investimentos.

Sendo assim, com a globalização o território fica ainda mais importante, pois se as técnicas contemporâneas tornaram possível multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares se distinguem exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o território constituísse um acúmulo de fluxos de mais-valia, depositando valor às empresas nele sediadas. Em um artigo¹¹ publicado na *Folha Online*, Milton Santos (1999) salienta que por isso as maiores empresas definem, nos diferentes países, pontos que facilitem seus lucros, exigindo, do Estado e seus representantes, equipamento local e regional condizente às suas atividades e melhoramento de suas ligações à vista de elos materiais e informacionais modernos, além de adequação política. Os lugares então guerreiam entre si, em tentativas desesperadas de atrair novos empreendimentos, rendendo-se às lógicas globais que impõem aos lugares e países “uma nova medida do valor, planetária e implacável” (SANTOS, 1999).

No contexto interno brasileiro, caracterizado por este novo desenvolvimentismo rompendo gradualmente com o neoliberalismo dos anos de 1990, coube ao Estado financiar diretamente, via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conceder isenções fiscais e oferecer infraestrutura necessária, como energia elétrica subsidiada, abertura de estrada e construção de portos, favorecendo empresas nacionais e internacionais. Conforme mostra o relatório do PACS (2012), o BNDES ganhou um destaque gigantesco neste modelo de desenvolvimento, passando a atuar como a principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil. Os investimentos diretos passaram de cerca de 20 bilhões em 1999 para, aproximadamente, 168 bilhões em 2010 (figura 15).

¹¹ Santos, Milton. Guerra dos lugares. Folha Online, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_3_5.htm>. Acesso em: 16/01/2020.

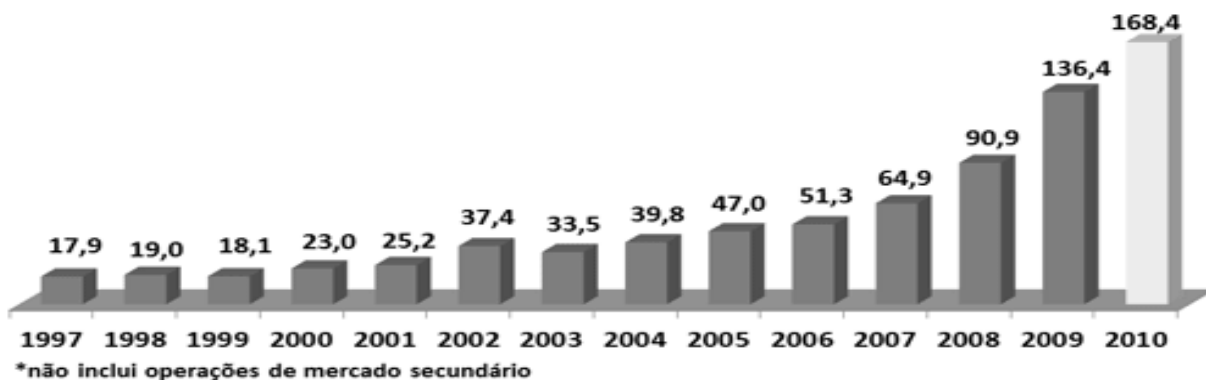


Figura 15: Gráfico da evolução de desembolso do BNDES em bilhões de reais. Fonte: BNDES. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22/01/2020.

Todo esse contexto de investimentos, trazendo especialização aos lugares, proporcionou ao Estado do Rio de Janeiro megaempreendimentos relacionados principalmente ao setor petrolífero, devido, em larga medida, à exploração da camada do Pré-Sal, assim como ao setor siderúrgico e portuário, com a região da Baía de Sepetiba sendo um dos destinos principais destes projetos. Lembra-se que ainda durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, como abordado no final do primeiro capítulo, o Porto de Sepetiba já havia recebido investimentos, com o objetivo de modernizá-lo e conectá-lo ainda mais com a globalização contemporânea. No Relatório Anual BNDES, de 2011, o banco apresenta um gráfico importante, ilustrando que seus investimentos no período de 2008 a 2011 se deu em larga escala no Sudeste, com o ano 2010 tendo o maior destaque (figura 16).

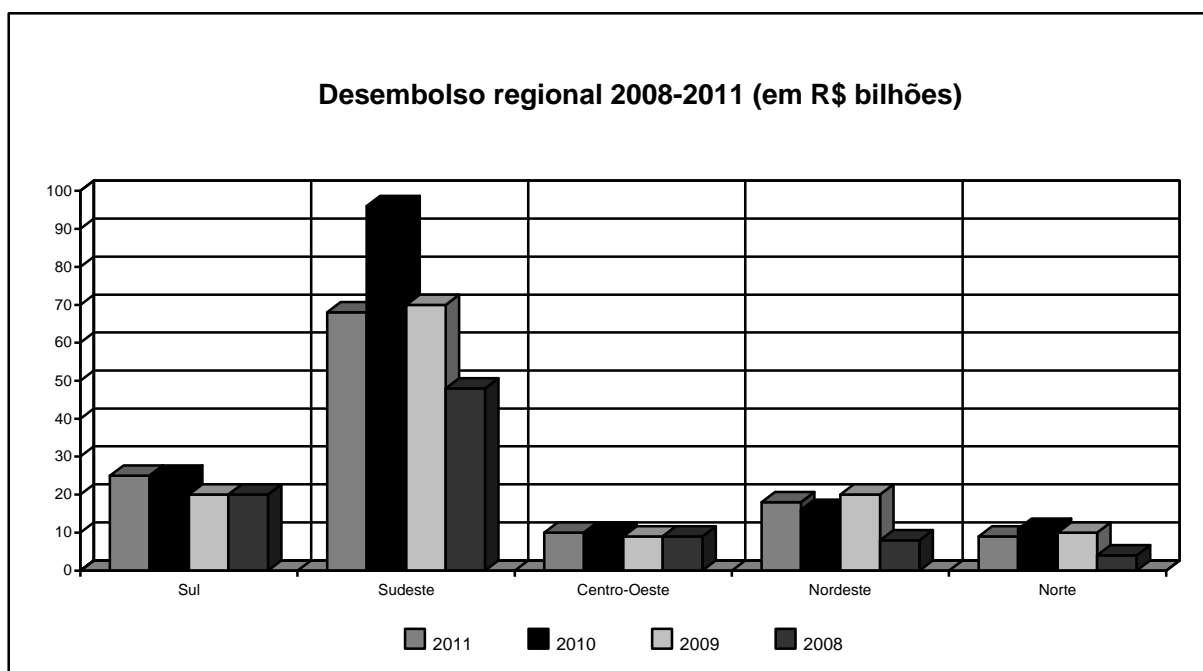


Figura 16: Desembolso regional 2008-2011 (em R\$ bilhões). Fonte: Relatório Anual BNDES, 2011. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22/01/2020.

Dando sequência à discussão aqui travada, apresentando três importantes exemplos sem se alongar, ao entrar no site do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES e procurar por informações sobre investimentos específicos no eixo Santa Cruz – Itaguaí, percebe-se uma preocupação, na lógica industrial, do Estado brasileiro com tal região durante o período abordado. Uma notícia¹² de julho de 2005 chama atenção que o banco financiou, com R\$ 332,8 milhões, obras da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN no, ainda, Porto de Sepetiba. No terminal, seriam realizadas a expansão e adequação da malha ferroviária e do sistema de descarregamento dos trens, bem como obras no pátio de estocagem, no sistema de peneiramento e nos sistemas de transportes terrestres e de carregamento de navios. A notícia apontava que a CSN era um dos maiores e mais competitivos complexos siderúrgicos integrados do mundo, com capacidade de produção de 5,8 milhões de toneladas anuais de aço bruto na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda-RJ, além de destacar que a estratégia de expansão da CSN envolvia a perspectiva de aquisição de ativos no exterior e o desenvolvimento dos negócios relacionados à logística, cimento e à mineração de ferro. O texto dava conta de salientar que a empresa foi constituída pelo governo federal em 1941, entrou em operação em 1946, tendo seu processo de privatização concluído em 1994, com a ascensão do neoliberalismo brasileiro.

Seguindo a procura de informações no site do Banco Nacional do Desenvolvimento, foi encontrada uma notícia¹³ de janeiro de 2010, mostrando que o BNDES aprovou financiamento de R\$ 407,7 milhões para construção do Porto Sudeste. O dinheiro investido seria usado para LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda. adquirir equipamentos nacionais para o empreendimento. O porto, com área de 512 mil metros quadrados, seria dedicado à movimentação de minério de ferro e teria capacidade de movimentação de 50 milhões de toneladas por ano. O projeto foi aprovado no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI), com taxas de juros fixas de 4,5% ao ano para a aquisição de bens de capital. O financiamento do BNDES correspondia a 80% do investimento total em máquinas e equipamentos, de R\$ 509,6 milhões. Entre as máquinas e equipamentos a serem financiadas pelo Banco, destacam-se carregadores de navios, empilhadeiras, viradores de vagão e correias transportadoras. Segundo o site do banco, o Porto Sudeste seria destinado principalmente ao escoamento da carga de minério de ferro da empresa MMX (também do grupo EBX), proveniente das minas de Minas Gerais.

A última notícia¹⁴, de junho de 2007, que é a mais importante para esta pesquisa, destaca o fato de o BNDES financiar, com R\$ 1,48 bilhão, o complexo siderúrgico da antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, que é a atual Ternium Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz. Conforme a figura 15 apresentada anteriormente, neste mesmo ano os investimentos do banco em escala nacional obtiveram um número recorde até então, chegando a 64 bilhões de reais. O crédito do BNDES correspondia a 18% do

¹² Fonte: BNDES financia com R\$ 332,8 milhões obras da CSN no Porto de Sepetiba. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20050720_not183_05>. Acesso em 21/01/2020.

¹³ Fonte: BNDES aprova financiamento de R\$ 407,7 milhões para construção do Porto Sudeste, da LLX. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20100105_porto_sudeste> Acesso em: 21/01/2020

¹⁴ Fonte: BNDES financia com R\$ 1,48 bilhão complexo siderúrgico da ThyssenKrupp em Santa Cruz (RJ). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070620_not141_07>. Acesso em: 21/01/2020.

investimento total do projeto da CSA, de R\$ 8 bilhões. Segundo o site, era o maior empreendimento no setor siderúrgico brasileiro dos últimos vinte anos e o maior investimento, na época, da alemã ThyssenKrupp em sua estratégia de ampliação da produção de aço no mercado do Atlântico.

Os recursos do BNDES seriam destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas. O site destaca que a ThyssenKrupp CSA era uma associação entre a siderúrgica ThyssenKrupp Steel AG – TKS, acionista majoritária, e a mineradora brasileira Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Além da usina de aço, o investimento previa a construção de um porto próprio da CSA para a importação de carvão e exportação da sua produção. A TKS detinha, de início, 90% do capital e a CVRD 10% de participação. Ou seja, uma associação entre um grande grupo siderúrgico alemão e a maior mineradora mundial de minério de ferro daquele período. A CVRD, que também foi privatizada durante os anos de 1990, participava do projeto visando garantir mercado para o seu minério de ferro e depois, segundo Guimarães (2011), aumentou sua participação, chegando em 2010, ano da inauguração, com 26,7% das ações.

A publicação do BNDES destaca ainda que a localização da usina, próxima à linha ferroviária, permitiria a aquisição de minério de ferro a custos competitivos. Segundo ela, a eficiência da CSA também se daria com o aproveitamento da infraestrutura existente no Porto de Itaguaí, possibilitando a implantação de terminal portuário próprio – denominado Terminal Portuário Centro Atlântico – ao lado da usina, facilitando, assim, a importação de carvão metalúrgico e a exportação da sua produção com menores custos logísticos.

Além deste imenso financiamento do BNDES, o megaempreendimento ainda recebeu benefícios do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, através da Lei nº 4529, de 31 de março de 2005. O Artigo 1.º dizia:

Fica aprovado o enquadramento das sociedades CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, THYSSENKRUPP STAHL A. G e COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e das sociedades integrantes do Complexo Siderúrgico, das quais elas participem, ainda que minoritariamente, no PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES - RIOINVEST, instituído pelo Decreto nº 23.012, de 25 de março de 1997, e suas posteriores alterações, para utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, para a construção e operação de um Complexo Siderúrgico no Estado do Rio de Janeiro (Art.1º, Lei nº 4529).

A Lei ainda conferiu isenção de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ou outro tributo que o substitua, nas fases de construção, pré-operação e operação do Complexo Siderúrgico, incidente sobre (i) importação e aquisição interna de máquinas, equipamentos, partes, peças, componentes e demais bens destinados a compor o ativo fixo das sociedades, para o momento da alienação ou eventual saída desses bens; (ii) aquisição interestadual dos bens referidos no inciso anterior, relativamente ao diferencial de alíquota, para o momento da alienação ou eventual saída desses bens; (iii) importação e aquisição interna de minério de ferro, pelotas, ferro-ligas, carvão, coque e sucata destinados às fases pré-operacional e operacional do Complexo Siderúrgico. Segundo o Ministério Público

do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), apenas em ICMS, a CSA teria deixado de pagar ao governo fluminense R\$ 695 milhões entre 2007 e 2010, usando de isenções tributárias¹⁵.

Os benefícios com o Poder Público não pararam por aí: a empresa contou com outras isenções fiscais, como, por exemplo, do Imposto Sobre Serviços (ISS), oficializada em junho de 2006, com o a Lei Municipal n.4372/2006, no qual concede incentivos fiscais à construção e à operação de terminais portuários relacionadas à implementação de complexo siderúrgico na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Esta isenção de ISS ainda foi prorrogada, pela Lei municipal 5.133/2009. Houve também isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados, PIS e Cofins. Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018) salientam, através de publicação no *Le Monde Diplomatique Brasil*¹⁶, que quando somados o financiamento do BNDES com os valores relativos a todas as isenções fiscais, totalizam cerca de R\$5 bilhões de recursos públicos investidos na Companhia Siderúrgica do Atlântico, de todas as esferas do Estado brasileiro.

Os governos federal, estadual e municipal participaram, portanto, diretamente do processo de atração e instalação da empresa, com as práticas da guerra dos lugares sendo amplamente utilizadas para atrair e estabelecer o megaempreendimento siderúrgico. Segundo relatório do PACS (2012), antes de chegar ao Rio de Janeiro, a intenção era construir um empreendimento em São Luís do Maranhão, onde encontrou forte resistência e mobilização de ambientalistas, sindicatos, moradores, pesquisadores, religiosos, movimentos sociais e Ministérios Públicos, num movimento chamado Reage São Luís, que se colocava amplamente contra à instalação de um complexo siderúrgico. Houve enfrentamento em diversas instâncias e as empresas envolvidas precisaram abrir mão de seus planos de instalação no Maranhão. Foi então que o estado do Rio de Janeiro negociou a vinda da siderúrgica para Santa Cruz, iniciando os trabalhos para sua instalação em 2005 (figura 17).

¹⁵ NUNES, Fernanda. *MP abre investigação sobre concessões fiscais à CSA*. O Estado de S.Paulo, 2016. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mp-abre-investigacao-sobre-concessoes-fiscais-a-csa,10000070347>>. Acesso em: 24/01/2020.

¹⁶ MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabelle. *A realidade por trás da Ternium*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>>. Acesso em 24/10/2020.



Figura 17: CSA, em Santa Cruz, ainda em construção. Fonte: Fotos e Vídeos das obras da CSA – Thyssen. Disponível em: <<https://diariodorio.com/fotos-e-videos-das-obras-da-csa-thyssen/>>. Acesso em: 04/02/2020.

No dia 18 de junho de 2010, a CSA foi inaugurada em Santa Cruz. Na cerimônia estiveram presentes o CEO da ThyssenKrupp, Ekkehard Schulz, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o presidente da Vale Roger Agnelli, entre outros membros do executivo e do legislativo nacional, estadual e municipal. Nas figuras 18 e 19, podem-se observar algumas das autoridades presentes na inauguração. Entre elas, os já citados, Presidente da República, o Governador do Estado do Rio de Janeiro e o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. A presença dessas autoridades na cerimônia e suas respectivas falas evocam novamente a percepção de que os limites fronteiriços das nações não interrompem o fluxo de grandes quantidades de capital, com Estados e companhias atuando de maneira conjunta e incisiva na busca por oportunidades de investimento.



Figura 18: Autoridades presentes na inauguração da CSA em Santa Cruz. Fonte: Companhia Siderúrgica do Atlântico é inaugurada na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <<http://riodejaneiro.rio/web/guest/exibeconteudo?id=888394>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 19: Autoridades presentes na inauguração da CSA em Santa Cruz. Fonte: Companhia Siderúrgica do Atlântico é inaugurada na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <<http://riodejaneiro.rio/web/guest/exibeconteudo?id=888394>>. Acesso em: 04/02/2020.

O CEO da ThyssenKrupp ressaltou a importância da fábrica para o desenvolvimento da região de Santa Cruz, trazendo novamente para o centro do debate a palavra-chave que justificou a industrialização da região no Século XX, além de elogiar a parceria entre as três

esferas do governo brasileiro. Segundo publicação no site da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro¹⁷, disse ainda Ekkehard Schulz:

Os senhores tiveram paixão para superar os obstáculos e concretizarmos o maior investimento da ThyssenKrupp na América Latina. Além disso, vocês criaram condições para o desenvolvimento sustentável da região, do qual sua população muito se beneficiará. Posso afirmar que a ThyssenKrupp será um bom vizinho para todos.

O presidente Lula afirmou que o projeto era muito importante para o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil e agradeceu a empresa alemã por não ter parado as obras no momento da crise internacional: *"Na crise, a Thyssen cogitava parar a obra, mas a Vale injetou US\$15 milhões no projeto, que continuo em andamento"*, disse Lula, além de destacar que o Brasil vivia uma situação econômica confortável e o povo brasileiro passava por um momento fenomenal. Já o governador Sérgio Cabral afirmou que desde o início fez um grande esforço tributário, através de incentivos e isenções fiscais, para que o projeto da siderúrgica fosse viabilizado¹⁸. É fato que relações estreitas com governos se desenrolaram desde a esfera federal até a municipal. O próprio terreno onde a usina e o porto privativo se alojaram foi uma doação pública estadual (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017).

Segundo Relatório do PACS em parceria com a Justiça Global (2017, p.29), ainda na inauguração do empreendimento, o Presidente da República, em seu emocionado discurso, disse inclusive a seguinte frase: *"o Brasil saberá agradecer o que vocês fizeram acontecer neste país hoje"*. É fato que o então presidente tem origem no movimento sindical do ABC paulista e manteve ao longo de sua carreira política um discurso de que a população de baixa renda não tem tempo a perder e precisa de melhoria de vida imediata. No entanto, um fato importante a ser destacado é que na área onde a empresa se instalou, viviam, desde cinco anos antes do início das obras da empresa, segundo o PACS (2012), 75 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, que retiravam da produção agrícola local o seu sustento. Tal fato foi ignorado pelas autoridades brasileiras, que intimaram as famílias a deixarem a região, mesmo durante o período em que o governo federal dizia praticar um novo desenvolvimentismo no Brasil, tendo, em sua base, ampla preocupação com questões sociais. A retirada do acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra – movimento historicamente ligado ao mesmo campo político do Partido dos Trabalhadores – para a instalação de uma siderurgia com capital global é de fato uma grave contradição já nos primeiros passos deste megaempreendimento em Santa Cruz.

2.2.1. Objetos e ações: a siderúrgica e sua potencialidade técnica

Instalado em Santa Cruz, o conglomerado industrial-siderúrgico-portuário possui um porto, com dois terminas – um para chegada de matéria prima e outro para saída de mercadorias – formado por uma ponte de acesso de quatro quilômetros e um píer de setecentos metros; usina termoelétrica, para geração de quatrocentos e noventa megawatts de energia elétrica,

¹⁷ Companhia Siderúrgica do Atlântico é inaugurada na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <<http://riodejaneiro.rio/web/guest/exibeconteudo?id=888394>>. Acesso em: 04/02/2020

¹⁸ ThyssenKrupp CSA é inaugurada no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://tnpetroleo.com.br/noticia/thyssenkrupp-csa-e-inaugurada-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 24/01/2020.

alimentada por quatro milhões de toneladas de carvão mineral; usina siderúrgica integrada, com capacidade de produção de até dez milhões de toneladas de placas de aço por ano (PACS, 2012).

Nas figuras seguintes, vê-se a estrutura física implantada em Santa Cruz pela CSA. As figuras 21, 22, 23, 24, 25 e 26 foram extraídas de um vídeo disponibilizado no antigo Canal do *Youtube* da Companhia¹⁹, publicado com o objetivo de apresentar o processo siderúrgico que envolve instalações de última geração, segundo a sua própria descrição.



Figura 20: Estrutura da siderurgia vista pelo alto.
Fonte: Chuva de prata na Baía de Sepetiba. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/chuva-de-prata-na-ba%C3%ADa-de-sepetiba/a-16378347>>. Acesso em: 04/02/2020.

¹⁹ Vídeo: ThyssenKrupp CSA(TKCSA) - Processo Siderúrgico. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 21: Alto forno da CSA em Santa Cruz.
Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 22: Termelétrica da CSA em Santa Cruz.
Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 23: Sinterização da CSA em Santa Cruz.
Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 24: Coqueria da CSA em Santa Cruz.
Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 25: Ferrovia usada pela CSA, em Santa Cruz, para receber minério de ferro. Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.



Figura 26: Um dos terminais portuários usados pela CSA em Santa Cruz. Fonte: Canaltkcsa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M>>. Acesso em: 04/02/2020.

A instalação de tais objetos técnicos, para atuação de uma empresa com capital global, com o projeto financiado e pensado inclusive a partir de relações de proximidade com o Estado nacional brasileiro, tendo funções e intenções absolutamente predeterminadas, com uma enorme carga de informação, indispensável para que participem das formas de trabalho hegemônico, a serviço do trabalho mais produtivo economicamente, evoca a discussão sobre o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). Essa interpretação do espaço permite compreender, entre outras questões, que ele está, devido à incessante sucessão de objetos, sempre mudando sua fisionomia, sua fisiologia, suas aparências, estruturas e relações (p.214).

Destaca-se, de antemão, que há uma distinção imensa dos tempos naturais para os tempos atuais, do meio técnico-científico-informacional, pois antes, em outros tempos, com outros sistemas técnicos, os objetos eram pouco numerosos, estavam em comunhão com o corpo humano e eram subordinados a estes corpos; agora vive-se junto com os objetos técnicos, mas eles, os objetos, se apoderam do cotidiano humano, sendo uma relação prática, não profunda, o que evoca, inclusive, como mostra Santos (1996, p.214), a ideia de alienação debatida por Marx. Vive-se, no atual sistema técnico, cercado de objetos criados a partir de pesquisas científicas altamente intencionais, que não foram descobertas do acaso ou de experiências desprovidas de racionalidade. A discussão de Santos (1996) dá conta de dizer que o objeto é científico graças à sua concepção e é técnico por sua estrutura interna. Além de que, neste período da humanidade, um objeto transmite informações precisas a outros objetos. O autor explica que *os autômatos asseguram uma cadeia casual eficaz, mediante um sistema de objetos que transmitem informações uns aos outros, ainda que o homem não esteja ausente, ao menos no início do processo* (SANTOS, 1996: p. 215). Portanto, o objeto é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência, além de ser informacional, pois produz um trabalho absolutamente preciso, que é uma informação e funciona a partir de informações.

Os objetos instalados em Santa Cruz, pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, fazem parte de um grupo de objetos criados deliberadamente, com a intenção mercantil, movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado à mais-valia mundial. Santos (1996, p.216) salienta que *um objeto técnico nasce porque uma série de operações, intelectuais, técnicas, materiais, sociais e políticas convergem para sua produção*. Para o autor,

em nenhuma outra fase da história do mundo, os objetos foram criados, como hoje, para exercer uma precisa função predeterminada, um objetivo claramente estabelecido de antemão, mediante uma intencionalidade científica e tecnicamente produzida, que é o fundamento de sua eficácia. (SANTOS, 1996: p. 217)

Santos (1996) faz referência, inclusive, à intencionalidade da criação dos objetos ser guiada por lógicas mercantis: as hidrelétricas, por exemplo, despontam como esperança de salvação da economia, de integração com o mundo, segurança de progresso e isto implica partes da sociedade aceitarem a racionalidade do objeto; entretanto, sua construção pode elevar os níveis de conflitos, numa correlação de força com a natureza e comunidades tradicionais, além de impor relações radicalmente desiguais de apropriação do espaço. Quando a CSA, por exemplo, instala equipamentos dentro dos rios e aumenta a circulação de grandes embarcações, os trabalhadores que atuam com pesca artesanal na Baía de Sepetiba têm suas atividades impedidas ou dificultadas. Emerge, então, um conflito que envolve, inclusive, diferentes

sistemas técnicos e diferentes relações com os rios e com a baía. O relatório do PACS (2012) aponta que os terminais portuários e a grande movimentação em torno deles criaram zonas de exclusão de pesca, ou seja, áreas em que, por motivos de segurança, a prática da pesca ficou proibida.

O enorme terminal portuário que avança quatro quilômetros dentro do mar impede, citando um exemplo de problemática e tensão, que os mastros dos barcos dos pescadores passem por debaixo da ponte. Assim, para ir de um ponto ao outro, em uma área onde tradicionalmente circulavam livremente, os pescadores precisam contornar a construção para chegar ao outro lado. Em audiência na ALERJ, em 2011, noticiada pelo jornal O Globo²⁰, pescadores inclusive culpam a siderúrgica CSA pela falta de peixes na Baía de Sepetiba, mostrando tamanha tensão entre duas lógicas econômicas completamente distintas, com técnicas de tempos e imposições diferentes. Jaci Nascimento, pescador que, em 2011, alguns anos depois do início das obras, já trabalhava como ajudante de pedreiro para sustentar a família, destacou, na audiência, que antes da construção da ponte, em 2006, costumava pescar cerca de 75 kg de peixe num dia, mas em 2011 já não pegava nada, porque a CSA havia proibido a pesca no Canal São Fernando, dizendo que é dona da área.

Portos e redes ferroviárias, que são objetos absolutamente racionais e sistêmicos, instalados na região da baía, apontam, portanto, para um contraste que intensifica um embate de lógicas econômicas distintas, baseadas em sistemas técnicos distintos, como é o caso das atividades siderúrgicas se sobrepondo sob as atividades pesqueiras, antes característica tradicional da região – lembremos Milton Santos (1996, p.221), quando o autor afirma que esses sistemas técnicos contemporâneos tendem a competir vantajosamente com os sistemas técnicos anteriormente instalados, para impor ao uso do território ainda mais racionalidade instrumental, com vigorosas marcas de uso da ciência, da tecnologia e da informação. Desse modo, cria-se uma tensão nos objetos do conjunto, paralela à tensão que se levanta, dentro da sociedade, entre ações hegemônicas e ações não hegemônicas (SANTOS, 1996: p. 222).

Ações racionais, movida por atores hegemônicos globais e por uma racionalidade obediente à razão do instrumento, espanta toda forma de espontaneidade da vida, produzindo um cotidiano mecanizado, tanto na vida coletiva, quanto na condução da vida individual. Atores hegemônicos, com conteúdo baseado em ciência e técnica, ordenam ações, no tempo e no espaço, a partir da informação, o que indica, segundo Santos (1996, p. 233), *o momento e o lugar de cada gesto e sugerindo as séries temporais e os arranjos territoriais mais favoráveis a um rendimento máximo da tarefa projetada*. Conhecer o planeta permite a certos atores uma descoberta dos lugares para exerceram melhor determinadas atividades, como, por exemplo, uma siderúrgica com tamanho potencial produtivo numa baía na borda metropolitana do Rio de Janeiro, que é uma região estratégica de um país que estava apostando, no momento de sua implantação, num modelo de desenvolvimentismo.

Os sistemas técnicos atuais permitem ações unificadas, mesmo em continentes diferentes, a quilômetros de distância. O centro administrativo de uma empresa, num continente como a Europa, consegue comandar eventos na América do Sul sem problema algum, através dos sistemas de informação desenvolvidos pela ciência. “Tempo real”, como é chamado, permite que atores posicionados em diversos lugares tenham a possibilidade de agir, no

²⁰ Em audiência na Alerj, pescadores culpam siderúrgica CSA pela falta de peixes na Baía de Sepetiba. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/em-audiencia-na-alerj-pescadores-culpam-siderurgica-csa-pela-falta-de-peixes-na-baia-de-sepetiba-2875859>>. Acesso em: 05/02/2020.

momento que for preciso, pelas mãos dos Estados, das organizações financeiras e das firmas transnacionais (SANTOS, 1996, p.225), em busca de seus objetivos mercadológicos.

Esses objetivos muitas vezes ficam invisíveis ao todo, camuflados por discursos e propagandas que elevam uma falsa preocupação com a vida miúda de populações tradicionais espalhadas ao redor de objetos técnicos monumentais, como uma estrutura portuária com intensa atividade se impondo sobre pescadores. Santos (1996, p. 227) salienta que os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É um discurso da serventia, mas, também, o do encanto. Essa validação prévia tornou-se indispensável para que a ação recomendada seja mais gentilmente aceita e mais ativa se torne na vida social. Esse discurso, de primordial importância para efetuar as atividades, se torna presente em todos os lugares onde a modernidade se instala com todo seu aparato técnico. Basta observar os discursos durante a inauguração da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz. A chegada do conglomerado siderúrgico foi legitimada através de falas que evocavam desenvolvimento econômico, social, sustentável, renda, emprego, entre outros benefícios sociais. Como se a empresa, através da racionalidade técnico-científica de suas ações e objetos, com altíssima produtividade e circulação de mercadorias, trouxesse um paraíso social a um lugar selvagem e/ou infernal, desprovido de funcionalidade, que necessitasse da imposição técnico-científico-informacional para sua população triunfar.

Os novos sistemas de objetos e os sistemas de ações não se dão de forma completamente espontânea. Há uma mediação que vem das leis, das normas, dos costumes, com representações herdadas e ensinadas, que são, portanto, preestabelecidos. O que acontece é que há um impacto, onde novas relações são forjadas, promovendo surpresas e estabelecendo novidades. Essas novidades, no caso de Santa Cruz, estão associadas, de forma geral, meramente à logística industrial que o conecta às dinâmicas globais, como foi visto anteriormente, mas a infraestrutura urbana do dia a dia da população é precária.

Segundo o relatório do PACS com a Justiça Global (2017), o acesso da população de Santa Cruz a políticas públicas voltadas para direitos básicos está entre os mais precários do município do Rio de Janeiro. A aparição de moradores de Santa Cruz em jornais televisionados, por exemplo, quase sempre vem acompanhada de cobranças por esgotamento sanitário, água tratada, asfalto, ar limpo, medicamentos, merenda e material escolar em aparelhos públicos. O bairro, no período do processo de chegada da Companhia Siderúrgica do Atlântico, era caracterizado por um centro, com comércio e meios de transporte urbano precários, além de conjuntos habitacionais, pequenas lavouras e grandes plantas industriais ao seu redor. O movimento neste centro é absolutamente agitado: pedestres, camelôs, carros, motos, bicicletas, ônibus e vans disputam os espaços, num cotidiano atribulado.

Destaca-se, portanto, que enquanto a infraestrutura urbana do bairro e a renda da população próxima ao colossal empreendimento são visivelmente precárias, a logística industrial avançou aceleradamente (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017). Afinal, foram sendo criadas conexões com mercados nacionais e internacionais através de redes assentadas no território: desde a linha férrea, passando pelas gigantescas rodovias até chegar ao atual porto de Itaguaí – antigo porto de Sepetiba. Percebe-se, assim, que há uma relevância do território de Santa Cruz para a logística industrial carioca, fluminense e brasileira; no entanto, historicamente, mesmo durante o desenvolvimentismo de meados do século XX e no neoliberalismo dos anos de 1990, essa relevância para a lógica econômica do Estado brasileiro não se converteu em qualidade de vida para a população local. Todavia, foi justamente esta a promessa do novo desenvolvimentismo, com a chegada do megaempreendimento siderúrgico e de outros empreendimentos, para a região chamada de Extremo Oeste Metropolitano

Fluminense. Na figura 27, é possível perceber a vizinhança da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz.

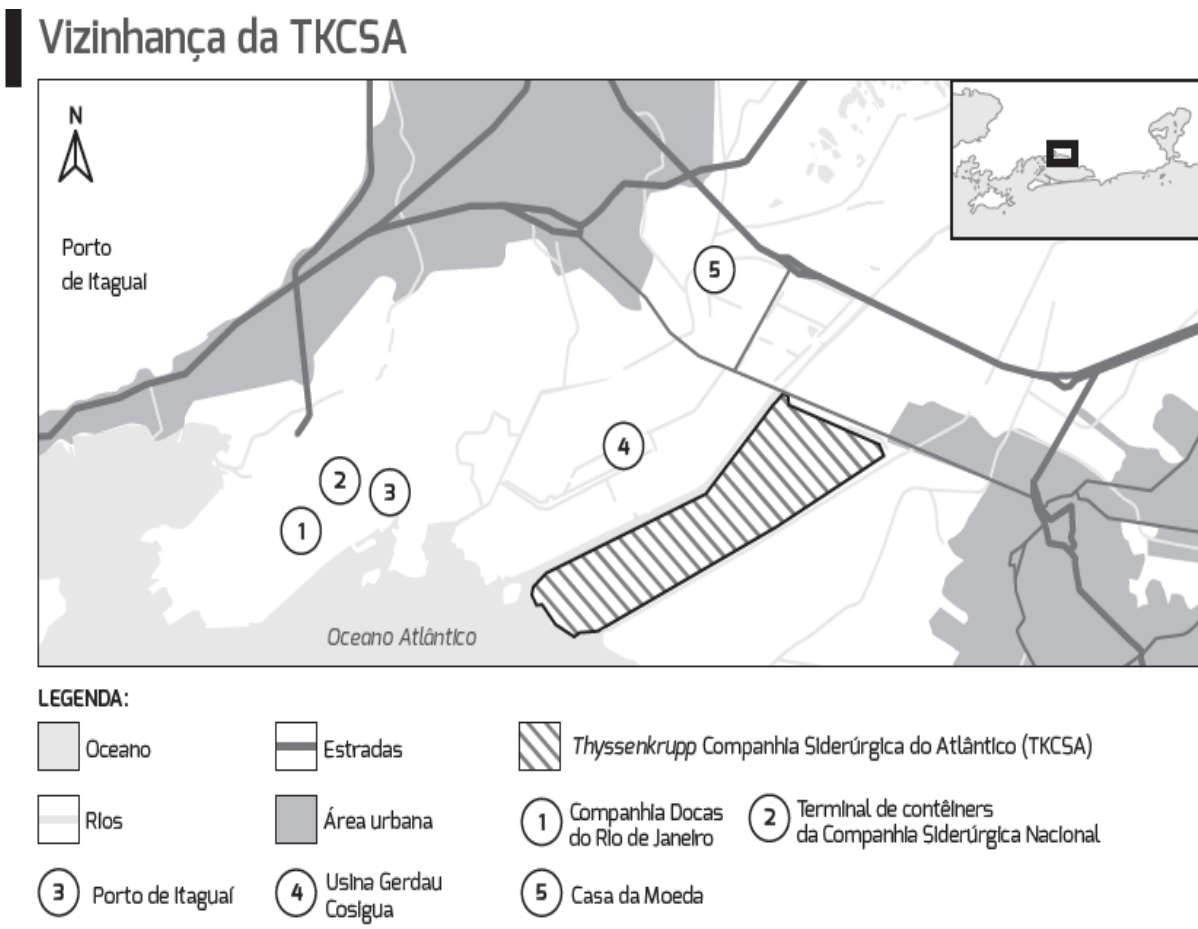


Figura 27: Vizinhança da TKCSA em Santa Cruz.
Fonte: PACS; JUSTIÇA GLOBAL (2017).

2.3. O eixo Santa Cruz – Itaguaí: a metropolização do espaço e a consolidação do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense

Ao problematizar a questão urbana, o filósofo francês Henri Lefebvre (1968; 1970), aponta que, a partir da industrialização e do que ele chamou de implosão-explosão (concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano e subordinação completa do agrário ao urbano), chegou-se numa sociedade urbana. Este momento de implosão e explosão da cidade revelou uma zona crítica talhada ao longo da história e que está relacionada à emergência de uma sociedade que nasce da industrialização e a sucede, dando forma à chamada urbanização completa da sociedade. Sandra Lencioni (2008; 2015) mostra que, com os avanços técnicos e as mudanças internas do sistema capitalista, principalmente advindas da ascensão do neoliberalismo (HARVEY, 2005), que deu a atual roupagem da globalização, nasce uma fase ainda mais avançada do processo de urbanização, denominada por ela de *metropolização do espaço*.

Na década de 1970, com a implantação do Distrito Industrial de Santa Cruz aqui apresentada, diversas transformações locais foram evidenciadas. No período desta implantação, o Brasil apresentou, pela primeira vez, taxa superior de população urbana em relação à rural. Tratava-se de um contexto no qual o poder político era centralizado e orientava as políticas de desenvolvimento, inclusive regionais e urbanas. Já no final do Século XX, principalmente na década de 1990, começa um momento em que novos processos emergem, com profundas alterações nas relações sociais de produção advindas do neoliberalismo, e as transformações urbanas e regionais tomam outras proporções. O bairro Santa Cruz, e seu longo processo de incorporação técnica, com urbanização e industrialização, está inserido e faz parte dessas transformações.

No livro *A revolução urbana*, Lefebvre (1970) constrói a ideia de “sociedade urbana”: *denominamos sociedade urbana a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real* (LEFEBVRE, 1970: p. 15). Essa sociedade nasce de um processo no qual o urbano domina e absorve a produção agrícola, convertida em produção industrial e subordinada às lógicas e demandas da urbe. Logo no início Lefebvre (1970, p. 15) reserva o termo à sociedade que nasce da industrialização. Portanto, o que o autor denomina de sociedade urbana está diretamente ligada às mudanças nas relações políticas, econômicas, sociais, ambientais e se concretiza de forma diversificada, segundo ele, em várias localidades, após a Revolução Industrial.

O crescimento econômico e a industrialização, que são tornados ao mesmo tempo causas e razões máximas, estendem suas consequências e influências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes (LEFEBVRE, 1970: p. 17). Nessa sociedade, o urbano domina e absorve a produção agrícola, nas mais diversificadas localidades, que se converte em produção industrial e se subordina às lógicas, demandas e exigências dessa produção.

A cidade que se transforma com a industrialização sofre, segundo ele, um processo de implosão – concentração de pessoas, de atividades, de instrumentos técnicos, de ideias – para sua posterior explosão – projeção de fragmentos múltiplos de signos urbanos, estendendo a urbanização à sociedade como um todo. Perceba que essa concentração de pessoas acompanha a concentração dos meios de produção. Além disso, o *tecido urbano* – termo usado pelo autor para designar o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo – se expande, prolifera e corrói o modo de vida agrário: uma segunda residência, um supermercado, uma rodovia em pleno campo, fazem parte do que filósofo chama *tecido urbano*.

Dialogando com Santos (1996), percebe-se que o espaço, com a industrialização, é um sistema de objetos cada vez mais artificial, que interage com ações também embutidas de artificialidade, como consequência da existência num período técnico que não mais é natural. Esse sistema de ações nascente condiciona a renovação dos objetos ou até mesmo se realiza e se reinventa nos objetos já existentes, dando-lhes outras funções sociais e produtivas, como é o caso da urbe que se reinventa neste período.

Na sua variável complexidade, a cidade desempenhou um papel importante na arrancada da indústria. Numa dialética, as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais. Desde então, a indústria devia produzir seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais, ora pequenas, ora médias, às vezes gigantes. Sendo assim, entende-se de uma forma mais abrangente que não resta dúvidas da relação direta e também indireta entre os processos de industrialização e urbanização, pois existe uma relação mútua de fortalecimento de uma sobre a outra.

Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 1968: p.16)

Portanto, industrialização e a urbanização andaram lado a lado, uma sendo dependente da outra e os fenômenos de crescimento de ambas são intrínsecos e determinantes nas transformações das cidades, consolidando o que o autor chama de *Sociedade Urbana*. Destaca-se assim a urbanização contemporânea, dos “novos tempos”, que se estrutura de uma outra maneira, demasiada difusa, em um processo, o qual Lencioni (2008; 2015) chama de *metropolização do espaço*, uma espécie de fase mais avançada do desenvolvimento de urbanização. Emerge, entretanto, a seguinte pergunta: *que novos tempos são esses?*

Percebe-se nesse debate que as relações sociais de produção influenciam drasticamente na forma como o urbano se faz, se produz. No mundo contemporâneo essa dialética não é diferente. As mudanças nas relações sociais de produção do sistema capitalista foram acompanhadas de transformações nas dinâmicas do espaço. No período que Santos (1996) denomina de técnico-científico-informacional, essa produção aponta caminhos complexos, difusos, pois além da revolução das comunicações e o desenvolvimento da informática transformarem radicalmente as distâncias, o neoliberalismo (HARVEY, 2005), que caracteriza o mesmo período, promove políticas de desregulamentação, de flexibilização, proporcionando outros ares à globalização e à própria dimensão do urbano.

David Harvey (1989, p.117) mostra que o final do Século XX foi marcado por profundas transformações político-econômicas no capitalismo. O geógrafo afirma que foram demasiadas as marcas de modificações profundas em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes, práticas do Estado etc. Toda essa modificação foi uma resposta do sistema capitalista à crise na economia global e na produção industrial gerada pelos avanços tecnológicos atingidos até a década de 1960. Esse processo marcou a primeira grande recessão após a Segunda Guerra Mundial e reinventou a produção do espaço global. A crise de 1973 era, segundo o Harvey (1989, p. 119), o colapso do sistema fordista-keynesiano, que havia se tornado hegemônico a partir de 1945. De 1965 a 1973, que é também o ano da crise do petróleo, ficou cada vez mais nítido a incapacidade de um sistema rígido, com um Estado centralizador e ordenador da lógica capitalista, conter suas próprias contradições.

O primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência do sistema que se reinventava foi a mudança tecnológica constante, a automação, a busca de novas linhas de produção e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas onde o controle do trabalho se dá mais facilmente e as medidas para acelerar o tempo de giro do capital (HARVEY, 1989, p. 137). O casamento da técnica e da ciência veio reforçar a relação entre ciência e a produção (SANTOS, 1996). Essa união situa a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização atual. Conforme diz o próprio Harvey (1989), a questão não é mais produzir aço ou roupas, e sim diversificar a produção de forma que se possa lucrar com o maior número de possibilidades. E o que o Santos (1996) chama de tecnociência tem vital importância nesta nova dinâmica que reestruturou o espaço global.

Com esses novos tempos, se torna cada vez mais difícil de dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 1989). É fato que a relação entre o poder financeiro e o poder do Estado sob o capitalismo sempre foi marcante, mas o colapso do sistema fordista-keynesiano e ascensão do neoliberalismo, sem dúvidas, caracterizou um fortalecimento significativo desse capital financeiro.

Nesse contexto de ascensão do neoliberalismo, estabeleceu-se, segundo Harvey (2005), que, no caso de um conflito entre a integridade das instituições financeiras, de um lado, e o bem-estar dos cidadãos, de outro, os primeiros devem prevalecer. Dessa forma a produção do espaço, a criação de redes, e toda decisão que envolvesse a cidade, o urbano, a metrópole, acabava sendo para favorecer as atividades de acumulação de capital por parte das grandes corporações financeiras.

Aqui o debate sobre o urbano se aprofunda, pois as relações sociais de produção foram indubitavelmente modificadas a partir da ascensão do sistema neoliberal, que nasce como solução para a crise do sistema fordista-keynesiano. A globalização capitalista toma uma nova forma com a intensificação das redes, da diminuição das distâncias através da informática e dos meios de comunicação. As relações entre as regiões se intensificam, o que também fortalece seus interiores. Portanto, as distribuições geográficas da atividade humana e a dinâmica político-econômica do desenvolvimento desigual desses tempos, esclarecem a importância de investigar o papel que o processo urbano e suas novas fases talvez estejam desempenhando no andamento desta reestruturação causada pela globalização contemporânea.

As crises que marcaram esse final do século XX não apontaram para uma derrocada triunfante do capital, mas para sua reinvenção. As estratégias, para essa reinvenção, no processo de ascensão da acumulação flexível, passaram por precarização do trabalho e aceleração da mobilidade territorial do capital, com potencialização do mercado financeiro, que foi intensificado de forma global através dessas práticas do neoliberalismo.

Sandra Lencioni (2008, p.41) salientou que a metrópole havia sido elemento estratégico nas políticas públicas no Brasil e agora, com os novos tempos, com o novo contexto da economia global, tornou-se produto de uma estratégia de sobrevivência do capitalismo contemporâneo. Ela propôs, na tentativa de compreender essa nova realidade urbana que se impõe, destacar o processo de *metropolização do espaço*, que pode elucidar várias indagações sobre as mudanças na dinâmica urbana desses tempos neoliberais.

No Brasil, enquanto a crise do sistema fordista-keynesiano despontava nos países do capitalismo central, vivia-se uma acelerada urbanização e a economia apresentava expressivo crescimento industrial. Em 1970, pela primeira vez, o país, como aqui já comentado, apresentou taxa superior de população urbana em relação à rural. Tratava-se do contexto da ditadura civil-militar no qual o poder político era centralizado e orientava as políticas de desenvolvimento, inclusive regionais e urbanas (LENCIONI, 2008, p. 42). Nos anos de 1980, o que aconteceu anteriormente nos países centrais começa a acontecer no Brasil. O Estado diminuiu drasticamente os investimentos, abrindo espaço para o capital estrangeiro, que, por meio do mercado, orientou o desenvolvimento urbano e regional desde então (LENCIONI, 2008). Começava ali uma nova era no Brasil, face às profundas alterações no urbano, com desenvolvimento de uma urbanização cada vez mais extensiva territorialmente (LENCIONI, 2015: p. 9). O fim do século XX se aproximou e as ideias neoliberais ganharam dimensões acachapantes.

Uma nova realidade se apresenta. Um mundo desiludido, um mundo neoliberal onde os processos de globalização alteram profundamente as atividades produtivas, as relações entre os lugares e a vida cotidiana e, em especial o Estado. A teia de relações entre os lugares não pode ser mais pensada em termos de uma hierarquia entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Os fluxos e as relações se dão independentemente dessa hierarquia e o que era visto como internacional passa a ser global, uma vez que o crescimento dos grupos econômicos e das empresas oligopolísticas não permitem mais, pela estrutura que os compõem, pelos lugares envolvidos e pelos complexos e múltiplos fluxos que estabelecem entre si, o estabelecimento da contraposição clássica entre nacional e internacional. (LENCIONI, 2008: p. 46)

A última década do Século XX e o início do Século XXI se firmam como um momento em que novos processos emergem com força no Brasil, pois há profundas alterações nas relações sociais advindas do neoliberalismo. A metropolização do espaço aparece como um desses processos, que são indissociáveis da dinâmica territorial (LENCIONI, 2008, p.47). De maneira figurativa, *é como se a metropolização do espaço se constituísse em uma segunda natureza da urbanização, no sentido de uma urbanização com nova essência e substância* (LENCIONI, 2015, p.7).

Fica claro que a metropolização se constitui numa determinação histórica da sociedade contemporânea associada às transformações internas do capitalismo. Trata-se de *uma determinação histórica porque se coloca como condição, meio e produto fundamental para a reprodução social contemporânea* (LENCIONI, 2008, p.47). Essa metrópole que evidencia uma fase avançada da urbanização e é condição para a reprodução do capital, é também um meio para tal, além de ser uma consequência deste momento da hegemonia do capital imobiliário e financeiro. A chamada nova fase de urbanização demarca os novos tempos que emergem da economia global.

A forma dessa nova fase que emerge tende a se apresentar como imenso aglomerado metropolitano, com vários municípios se apresentando conurbados. Ao passar pelas gigantescas rodovias, mal sabe-se em qual município se situa. Já não se percebe nem os limites entre o rural e o urbano, entre o agrário e o industrial e nem entre o intra-urbano e o inter-urbano (LENCIONI, 2008, p.48). Essas distinções tornam-se mais embaçadas e, onde ainda se faz nítida, ganha opacidade quando se percebe o comportamento social pautado por um modo de ser emanado da metrópole que invade a vida no campo (LENCIONI, 2015: p.8). Esse aglomerado metropolitano fragmentado em diversas cidades como se fosse um arquipélago, segundo a autora, constitui uma região metropolitana de outro tipo, que não pode ser confundida com àquela relacionada ao processo de industrialização e urbanização do século XX.

Não se trata assim mais da indústria motriz como principal agente da atividade industrial fabril e de conformação do urbano, que deu a principal característica às formações do século XX (LENCIONI, 2008, p.49). As grandes empresas desses tempos têm como principal característica ancorar no território sem criar raízes. Como disse Santos (1996, p. 247), *os lugares se distinguem pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos* dessas firmas. Assim torna-se intensa a chamada “guerra dos lugares” (SANTOS, 1996, p. 247) que marca esse processo de metropolização. Destarte, fica claro que a empresa hoje tem pouco enraizamento no território, situação oposta à das indústrias até meados do século XX. Essas empresas-redes, inclusive, criam fluxos entre os lugares, mas não só elas. Para Lencioni (2008, p. 49) *todas as atividades se situam num complexo sistema de redes*. Como Santos (1996) salienta, as novas técnicas do período científico-informacional, das redes digitais de informação e comunicação, aproximam o que é distante.

A estratégia central de competição entre os lugares por investimentos transnacionais vem acompanhada da estratégia da produção imobiliária internacional. Lencioni (2008, p.50) afirma que *o aspecto mais significativo das transformações metropolitanas diz respeito às profundas alterações imobiliárias*. Além de tal fenômeno, com a realidade em que a metropolização do espaço indica metamorfoses de um novo tempo, a cidade-região emerge como mais um produto desse processo.

Esse quadro dos novos tempos faz Lencioni (2015, p.9) analisar que existe no processo de metropolização do espaço uma nebulosa urbana: *como nebulosa, o fenômeno urbano apresenta-se esgarçado, rompido, com porosidades e descontinuidades face a um quadro de volatilidade permanente* (LENCIONI, 2015: p.9). Faz-se presente um cenário de fragmentação e totalidade. A autora, se baseando em Lefebvre, diz que esse cenário remete ao espaço capitalista como sendo homogêneo, fragmentado e hierarquizado. Sendo assim, é a integração entre as diferentes partes, através das redes, que evidencia o *lócus* para apreensão dos limites e possibilidades dessas extensões presentes na urbanização contemporânea.

As metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem as principais cidades de uma nebulosa urbana onde se desenvolve a urbanização regional de maior expressão no Brasil e em todo hemisfério sul (LENCIONI, 2015, p. 10), com sua rede de influência numa área gigantesca e importante político e economicamente para o país. O bairro Santa Cruz está inserido nesta nebulosa urbana pela parte do Rio de Janeiro e é banhado pela Baía de Sepetiba, o que possibilitou, como aqui já apresentado, as atividades portuárias e foi base para a implantação do Distrito Industrial de Santa Cruz, seguindo o modelo desenvolvimentista proposto em esfera federal no contexto da década de 1970. Na figura 28, a *Nebulosa Metropolitana Rio de Janeiro – São Paulo* apresentada por Lencioni (2015).

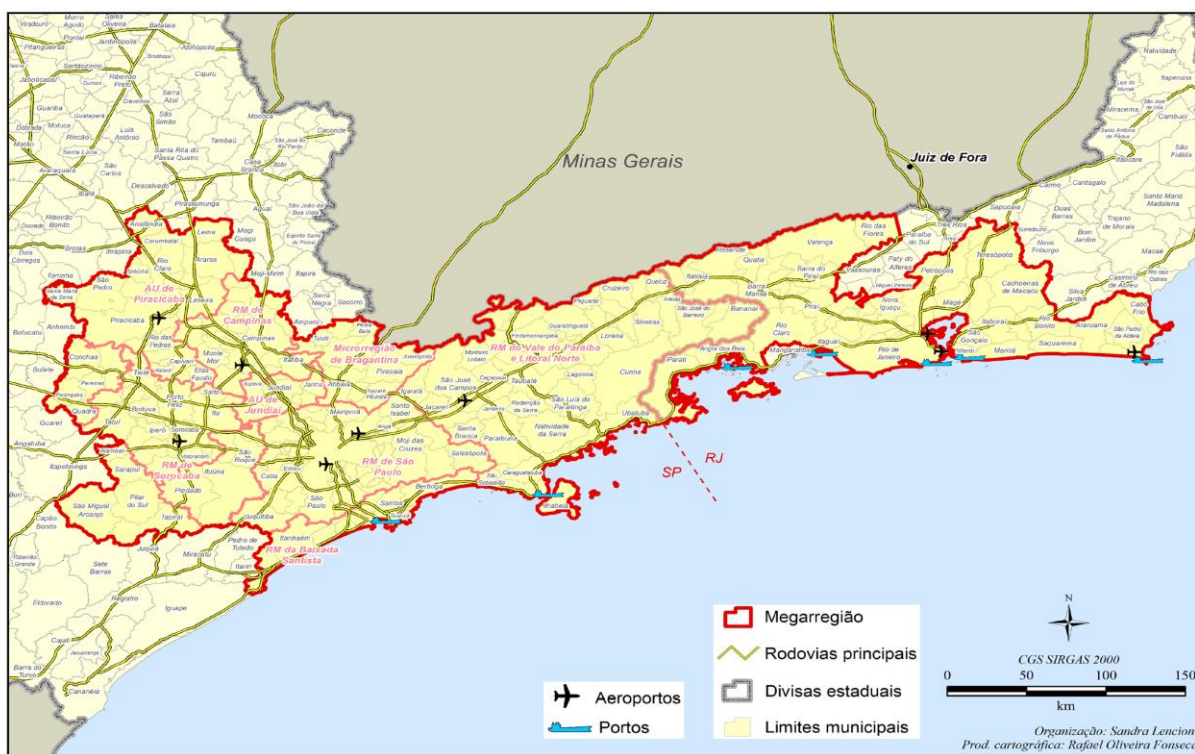


Figura 28: A Nebulosa Metropolitana Rio de Janeiro – São Paulo
Fonte: LENCIONI, 2015.

Naquele contexto de uma metrópole brasileira dos anos de 1970, o Distrito Industrial de Santa Cruz se instalou e abrigou empresas como a Cosigua (Grupo Gerdau), White Martins e a Casa da Moeda do Brasil (DAMAS, 2008). Atualmente, segundo a AEDIN – Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz, o Distrito tem dezessete empresas associadas, contando inclusive com algumas de atuações globais. A partir de 2014, por exemplo, no Distrito Industrial de Santa Cruz, a fábrica de turbinas da Rolls Royce, companhia britânica líder mundial em sistemas de energia, passou a fabricar turbogeradores com turbinas a gás, que são destinados a produzir energia nas plataformas de petróleo da Petrobras. Interessante reparar que uma empresa petrolífera, típica da Segunda Revolução Industrial, passou a usar um maquinário típico da produção da Terceira Revolução Industrial em suas atividades, pois turbogeradores são equipamentos que demandam alta tecnologia para a sua construção e somente uma planta industrial do período da tecnociência poderia ser capaz de construir (GERMANO, 2016, p. 12).

Santa Cruz e seus arredores são expoentes deste momento de inserção brasileira, a partir ainda dos anos de 1990 e ampliadas durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores, nas lógicas dessa globalização, que tem, como comentou-se até então, a tecnologia, a economia internacionalizada e a metropolização do espaço como importantes características. As rugas presentes são difusas e as características dos espaços se diluem com facilidade, pois na borda da metrópole, onde se localiza o bairro, observa-se uma contínua e progressiva área de transição, um misto de atividades, mas que, de certa forma, estão conectadas regionalmente e respondem à própria metrópole.

No interior desta nebulosa metropolitana *Rio de Janeiro – São Paulo*, o bairro está conectado às lógicas industriais e regionais da cidade de Itaguaí e adjacências, estando incluso, ainda e, portanto, numa logística urbana – regional que Oliveira (2015) bem denomina de Extremo Oeste Metropolitano Fluminense. Nesta região ocorria, em 2014, segundo Oliveira e Rocha (2014):

a instalação de grandes empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como as instalações da Gerdau, Usiminas, Petrobrás e da LLX, do ramo logístico e que pertence à *holding* EBX, além da expansão do Porto de Itaguaí (com a ramificação da zona portuária para atender individualmente as empresas e a Marinha do Brasil) e dos eixos rodoviários. (p.132).

A cidade de Itaguaí, que foi comentada por Lencioni (2015) como um dos municípios fluminenses que compõe a megarregião junto de Paracambi e Seropédica, está territorialmente muito próxima do Distrito Industrial de Santa Cruz, evidenciando que as atividades industriais do bairro em questão estão inseridas nas mesmas lógicas regionais que as atividades pertencentes à cidade vizinha. Este município também é banhado pela Baía de Sepetiba, onde se mantém, inclusive, as importantes atividades do Complexo Portuário Itaguaí.

Pode-se ver na figura 29 o Distrito Industrial de Santa Cruz e a região da Ilha da Madeira, em Itaguaí. Percebe-se que a proximidade de suas atividades pode gerar influências recíprocas em Itaguaí e no bairro da capital fluminense, bem como por parte da rede de infraestrutura e de comunicação viária entre a cidade de Itaguaí e o bairro carioca. Encontram-se em destaque ainda a Rodovia Rio-Santos (BR 101), o recém-inaugurado Arco Metropolitano (BR 493), o ramal ferroviário de Santa Cruz, o Porto de Sepetiba, que a partir de um decreto federal de 2006, passou a ser chamado de Porto Itaguaí, além das áreas urbanas de ambas as partes.

A Companhia Siderúrgica do Atlântico, assim como a citada Rolls Royce, também alimenta e participa ativamente dos fluxos globais de mercadoria e informações e, segundo Oliveira e Rocha (2014), promoveu impactos significativos sobre o aumento da demanda por mão-de-obra, a expansão do setor terciário e o aquecimento do mercado imobiliário na cidade de Itaguaí, trazendo consequências não só para o bairro carioca que é o seu território específico de atuação. Isso se dá justamente por suas atividades industriais serem indissociáveis da mesma lógica regional. A empresa é destacada, na figura 29, pela faixa amarela dentro do Distrito Industrial de Santa Cruz.

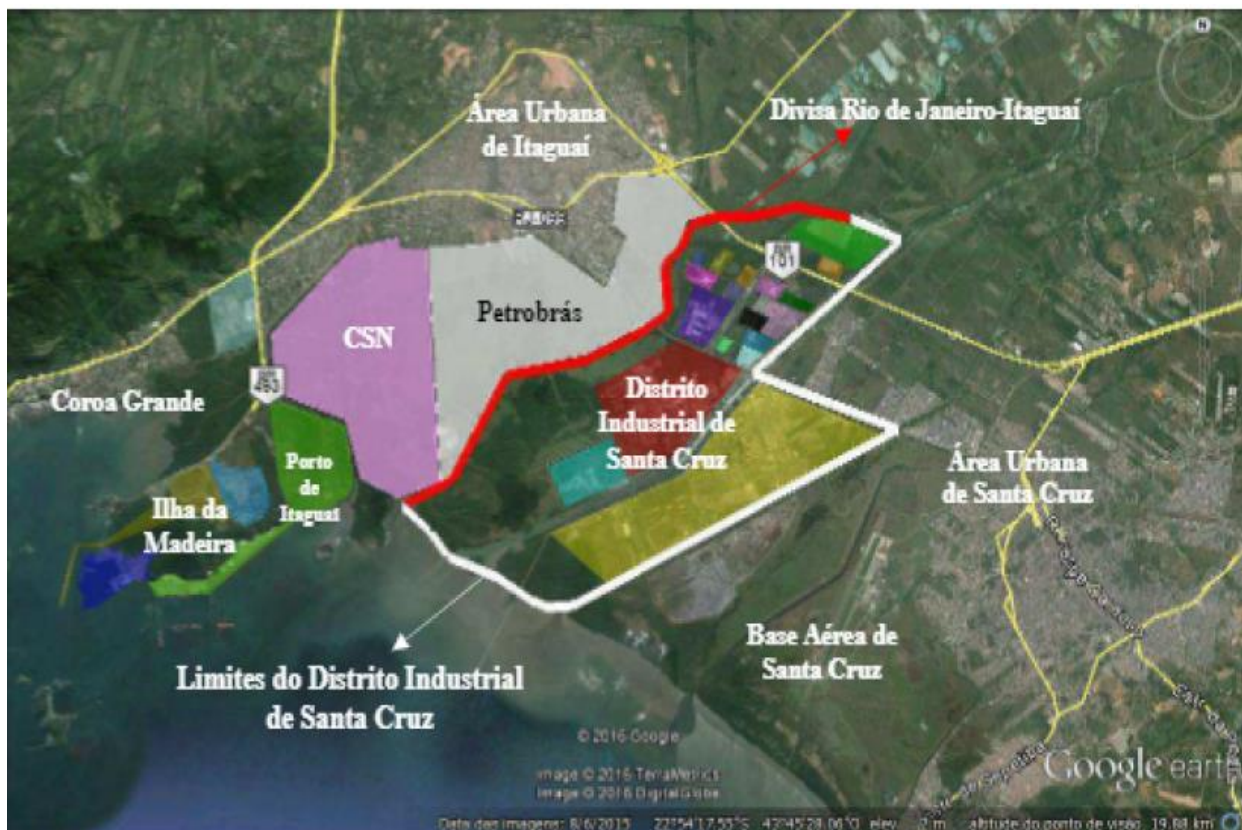


Figura 29: Localização dos Megaempreendimentos no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí-RJ.

Fonte: ARAUJO; FERREIRA; IKEDA JÚNIOR; PAULA; VILLELA, 2018.

Observe, agora, a figura 30, na qual Oliveira (2015) aponta o que chama de *Região Logístico-Industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: convecções econômicas e linkages territorial-produtivos*, onde destaca articulações encadeadas por caminhos rodoviários, ferroviários e portuários que conectam esta região à metrópole, e/ou, como destacou-se aqui, à *Nebulosa Metropolitana Rio de Janeiro – São Paulo*. Essas atividades do eixo Santa Cruz – Itaguaí apresentam-se como um complexo industrial portuário funcionando a todo vapor dentro deste Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, que, por sua vez, viveu um processo de industrialização com características bastante peculiares da borda metropolitana, como área de expansão, influência e como polo de propagação da própria metrópole (OLIVEIRA, 2015, p.5). Essa região é cortada e integrada a outras regiões do estado e do país por diversas vias expressas, como a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), o recente Arco Metropolitano Fluminense (BR-493), a Avenida Brasil / Rio-Santos (BR-101) e a antiga estrada

Rio-São Paulo (BR-465), além de ter caminhos portuários e ferroviários importantíssimos para a logística da nebulosa urbana Rio de Janeiro – São Paulo (OLIVEIRA, 2015: p.7).



Figura 30: Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: mapa de convecções econômicas e linkages territoriais-produtivos.
Fonte: OLIVEIRA, 2015.

Sendo assim, dentro da nebulosa urbana dispersa, com fragmentação e unidade, Santa Cruz, assim como Itaguaí e todo o Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, se reestruturou, apresentando grande área disponível, infraestrutura e capacidade logística rodoviária, ferroviária e portuária, agilidade na implantação do projeto, menores custos operacionais e incentivos fiscais (OLIVEIRA, 2015). Desta maneira, se colocou, na borda da metrópole, como área de atração de investimentos neste contexto de guerra dos lugares (SANTOS, 1996) da globalização contemporânea, o que dá proporções gigantescas às suas recentes configurações espaciais associadas, principalmente, ao novo desenvolvimentismo apontado por Mercadante (2010).

As implicações deste processo de reestruturação, ligadas ao contexto econômico-político-social do Brasil no início do século XXI, que, por sua vez, está conectado às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, será tratado a seguir, a fim de vislumbrar as consequências locais-regionais de um processo com escalas múltiplas e analisar a materialidade do novo desenvolvimentismo em Santa Cruz e na região da Baía de Sepetiba. O enfoque nas ações da Ternium Companhia Siderúrgica do Atlântico, um megaempreendimento siderúrgico, possibilita essa análise do novo desenvolvimentismo, a partir de uma empresa que recebeu diversos incentivos e ajudas do Estado brasileiro para desenvolver suas atividades e ocasionou problemas e desequilíbrios socioambientais neste Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.

CAPÍTULO III

NOVO DESENVOLVIMENTISMO A CONTRAPELO: A EXPERIÊNCIA DA TERNIUM CSA EM SANTA CRUZ

O objetivo desse capítulo é analisar, de forma indissociável, os problemas socioambientais local-regionais acarretados pela presença do megaempreendimento siderúrgico. Por meio da interpretação de indicadores, da reflexão sobre a questão ambiental, do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras e da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável, torna-se possível pensar a mudança da vida local e os reais “ganhos” do bairro e da região com a atuação territorial desta empresa global. Dessa forma, o capítulo contribuirá para a compreensão das contradições que emergiram mesmo ainda no processo de instalação da CSA no bairro e a atuação dos movimentos sociais contrários ao grande empreendimento, além de averiguar se pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontados por Mercadante (2010) e destacados aqui, como democracia, sociedade do conhecimento e desenvolvimento sustentável, estiveram presentes de fato neste processo²¹.

3.1. Ouvir impactados? A imposição do megaprojeto

Segundo o relatório do PACS com a Justiça Global (2017), antes mesmo de iniciar o processo de licenciamento ambiental, a Vale S.A. e a TKCSA investiram, através de consultorias, em diagnósticos, estudos, canais de comunicação e estratégias de atuação para lidar não apenas com os obstáculos oficiais, mas inclusive com as populações locais diretamente afetadas pelo megaprojeto que seria instalado. Houve aproximação e identificação de associações, lideranças e grupos políticos, com os potenciais protagonistas sendo objeto de análise por parte dos grupos privados que queriam viabilizar o projeto, sendo percebida como primordial para o desenvolvimento de suas estratégias de atuação com os atores impactados. Após esses contatos realizados por intermediários contratados por Vale S.A. e TKCSA, segundo o mesmo relatório, foi possível verificar um aumento da constituição de grupos associados com alta diversidade de posições sobre a chegada, a instalação e a atuação do complexo industrial siderúrgico. Esse mapeamento de atores locais era uma clara precaução, das empresas, para evitar que o projeto não andasse, como ocorreu em São Luís do Maranhão. Um fato é que a formação desses grupos que pretendiam dialogar e ou resistir à presença do megaprojeto privado não se deu sem problemas:

[...] houve em um primeiro momento uma reação preliminar por parte dos então futuros atingidos de criar estratégias de articulação para seus múltiplos interesses a fim de

²¹ As análises e o contexto político-econômico deste capítulo adentram aos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), do Partido dos Trabalhadores, que continuou representando a política de crescimento econômico com investimentos do Estado em conjunto com o empresariado nacional e internacional. A ex-ministra-chefe da Casa Civil ficou conhecida como “Mãe do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento”, um dos principais mecanismos criados no mandato de Lula para colocar em prática o que Mercadante (2010) chamou de novo desenvolvimentismo brasileiro. Dilma foi eleita a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil com discurso de continuidade ao modelo de governo e políticas de Lula, incluindo aí as práticas e proposições do novo desenvolvimentismo analisado por Mercadante (2010).

garantir meios para dialogar com um novo agente privado de proporções colossais que viria a se instalar no território. Entretanto, não são poucos os relatos que apontam para problemas formais na constituição dos grupos, questões associadas à qualificação desses atores como pertencedores dos segmentos que buscavam se agrupar etc. Essa multiplicidade de agentes associados teve como uma de suas consequências – quando da fase de identificação de sujeitos impactados/as e, logo em seguida, no momento da execução das medidas compensatórias – um aumento de complexidade na disputa sobre a tentativa de unificar posicionamentos em direções minimamente convergentes capazes de minimizar um posterior enfraquecimento dos grupos impactados. Isso porque, o atendimento aos interesses de algumas associações apenas poderia reduzir de forma expressiva a capacidade de interlocução política de demais atingidos/as pelos impactos da TKCSA. (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017: p. 74)

Ao longo do processo de licenciamento ambiental, principalmente na fase de instalação, observou-se que boa parte de atores locais considerados com legitimidade para mediar a elaboração e execução das medidas compensatórias foi identificada e escolhida a partir daqueles estudos elaborados pela própria companhia desde o início. A TKCSA, a partir do conhecimento das movimentações na região em destaque, atuou com liberdade para selecionar os personagens e grupos locais com os quais construiria canais de diálogo e caminhos a serem seguidos com mais facilidade, sendo, portanto, os que ofereciam menos barreiras; os que ofereciam maiores riscos à viabilização do empreendimento foram sendo evitados nos diálogos (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p.74-75).

PACS e Justiça Global (2017), ainda em seu relatório, disponibilizam um quadro com três episódios marcantes de interação entre TKCSA e movimentos de resistência: um de intimidação, outro de cooptação e por último um de criminalização. Observe-o na figura a seguir:

Três episódios de interação entre TKCSA e movimentos de resistência



INTIMIDAÇÃO

No dia 27 de março de 2014, a Secretaria de Ambiente do estado do Rio de Janeiro (SEA) promoveu uma audiência pública no bairro de Santa Cruz com o objetivo de apresentar à população os resultados da auditoria contratada para acompanhar o TAC firmado entre a própria SEA e a TKCSA. O auditório estava repleto de funcionários/as uniformizados/as da siderúrgica (e não de moradores/as de Santa Cruz) que gritavam e assediavam aqueles que buscavam denunciar as violações cometidas pela empresa e pelos órgãos ambientais.



COOPTAÇÃO

Através do apoio financeiro a iniciativas educacionais do bairro, a empresa converteu lideranças contrárias ao empreendimento em aliadas. É o caso de um Centro de Estudos no Parque Florestal, apoiado pela siderúrgica há mais de dez anos. A liderança local mobilizava pessoas da vizinhança para fiscalizar e denunciar a conduta da usina. Depois de iniciado o financiamento, a pessoa reitera o discurso das relações públicas da siderúrgica: a chegada da companhia é uma benesse diante da precarização da vida no bairro, que é responsabilidade exclusiva do Estado.



CRIMINALIZAÇÃO

Em novembro de 2011, após o lançamento do relatório elaborado pela Fiocruz de avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da TKCSA, a siderúrgica processou por danos morais dois pesquisadores da Fundação e uma pesquisadora da Uerj. O pneumologista do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Hermano Castro, o engenheiro sanitário Alexandre Pessoa Dias, do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde, e a bióloga Mônica Lima, do Hospital Universitário Pedro Ernesto, foram acusados de denunciar publicamente a empresa sem comprovação.

Figura 31: Três episódios marcantes de interação entre TKCSA e movimentos de resistência. Fonte: PACS; JUSTIÇA GLOBAL (2017).

O procedimento de instalação da TKCSA foi marcado por tentativas de intimidação e criminalização dos movimentos sociais que vinham intensificando ações e atividades contra o megaempreendimento. Houve, inclusive, como mostra o quadro, um esforço de intimidação por meio de ajuizamento de ações criminais contra pesquisadores e professores que produziram estudos técnicos apontando consequências diferentes do que havia sido identificado, avaliado e aprovado no processo de licenciamento ambiental do complexo siderúrgico. Essa tentativa de intimidação de pesquisadores foi relatada pelo próprio portal de notícias da Fiozruz na internet²². Na notícia em questão, apontando que TKCSA processou pesquisadores da Fiocruz e foi destaque na grande imprensa, o portal ainda destaca que o relatório elaborado pela instituição enumera os impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e da operação da TKCSA, indicando que o pó lançado ao ar pela siderúrgica, que está em funcionamento desde o segundo semestre de 2010, contém substâncias absolutamente tóxicas como, por exemplo, silício, enxofre, manganês e outros. Tal caráter intimidador é

²² TKCSA processa pesquisadores da Fiocruz e é destaque na imprensa, 2011. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/27990>>. Acesso em: 19/03/2020.

reforçado pelo fato de que, após exercício de uma intensa pressão pública, a TKCSA decidiu por não dar continuidade às ações judiciais, desistindo dos processos, mas mostrou que estava atenta e pretendia diminuir a força e a influência de seus opositores.



Figura 32: Imagem da poluição do ar em Santa Cruz.
Fonte: PACS; JUSTIÇA GLOBAL (2017).

Práticas agressivas de tomada das arenas públicas, no seguimento do licenciamento ambiental, produzindo impactos diretos na organização e participação popular, também foram percebidas e destacadas no relatório do PACS com a Justiça Global (2017). O comportamento da TKCSA durante as audiências públicas realizadas é um bom exemplo de tal prática. Com diferentes intensidades, os eventos foram marcados por grande presença de funcionários da empresa que hostilizavam e assediavam quem se posicionava de forma oposta ao empreendimento, inclusive no que se refere às tentativas de apresentação de denúncias sobre as violações de direitos perpetradas pela TKCSA. O relatório (2017) informa que existem registros de audiências públicas em que, para além dos assédios e intimidações, chegou-se a observar embates físicos entre as pessoas presentes, retirando qualquer possibilidade de que o exercício da livre expressão e da discussão democrática fossem garantidos. Essas tentativas de ocupação agressiva das arenas públicas também foram verificadas nas audiências realizadas fora do procedimento de licenciamento, por exemplo, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Para o PACS e a Justiça Global (2017), essa prática da companhia não é condição obrigatória para que situações como a cooptação de grupos de atores impactados ocorra. Muito menos é possível dizer que uma situação relativamente baixa de articulação local se deu exclusivamente em virtude das ações pensadas e articuladas pela CSA. Entretanto, não é possível desconsiderar a interferência sensível observada nas práticas da companhia para a

perpetuação desse cenário e consolidação de sua força para impor suas atividades no território da sua forma, sem barreiras aos seus interesses.

Mercadante (2010) aponta que a globalização, coligada à adoção das políticas definidas pelo Consenso de Washington, criou uma situação de aprofundamento da histórica privatização dos Estados na América do Sul, assumindo, estes, a característica de máquinas usadas por e para interesses privados, que são, na maioria das vezes, confundidos com tendências anônimas e forças impessoais do “mercado internacional”. Para o autor, o agravamento da privatização do Estado, como ocorreu inclusive no Brasil, destruiu a sua credibilidade e legitimidade enquanto “Estado-para-a-Nação”, jogando, portanto, por terra, suas razões enquanto lugar excepcional de representação dos interesses do país e de defesa do que se entende como soberania nacional.

Entretanto, segundo o autor, com a constituição do novo desenvolvimentismo que se deu, no Brasil, num contexto de aperfeiçoamento das instituições republicanas, da expansão dos direitos econômicos e sociais da população e, mais importante ainda, da incorporação de expressivas reivindicações dos movimentos sociais nas políticas do Estado brasileiro, haveria um avanço das instituições e práticas que garantiriam a democracia e os direitos sociais dos mais vulneráveis. O autor, referenciando sua análise na obra de Celso Furtado, afirma que não haveria desenvolvimento sem democracia:

Assim como se pode dizer que o social é um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, pode-se afirmar também que o social é, em sua vertente construtora de cidadania e direitos, nos marcos estritos das instituições republicanas e do sistema democrático, o fio condutor de uma nova relação entre Estado e sociedade que fundamenta politicamente o novo projeto de país. Isso é essencial para a constituição e a continuidade do processo de desenvolvimento. Por isso mesmo, Celso Furtado assinalava que o subdesenvolvimento era um problema fundamentalmente político e que não haveria desenvolvimento sem democracia. (MERCADANTE, 2010: p.30)

A chegada da Companhia Siderúrgica do Atlântico, que é símbolo deste momento de retomada de investimento do Estado e de grandes empresas, nacionais e internacionais, no território nacional, com megaprojetos e grandes obras, inaugurada com a presença do Presidente da República, do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, além de representantes dos grupos privados responsáveis, mostra, no entanto, que esse aperfeiçoamento passou longe de estar presente neste projeto que se deu no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense. Os responsáveis pelo empreendimento, como visto, impuseram, através de seus poderes e interesses estritamente econômicos, seu projeto em detrimento dos movimentos sociais locais, pescadores e grupos contrários à sua presença. Trata-se do que o próprio Mercadante (2010) diz em sua tese: *um Estado que, de modo geral, é incapaz de assegurar efetiva cidadania à maioria da população*. Portanto, é um Estado não apenas “privatizado”, mas também extremamente fragilizado em sua função republicana de promover a representação dos interesses da sociedade e a cidadania plena de totalidade da população. É um Estado “anêmico”, que produz uma cidadania com pouca consistência.

O próprio Mercadante (2010), ao abordar como ele acreditava ser antes dos governos calcados neste novo desenvolvimentismo, destaca que a fragilidade estrutural das democracias e dos Estados latino-americanos, inclusive no que refere à capacidade de promover políticas de desenvolvimento, estava profundamente amarrada à incapacidade de incorporar os interesses

da maior parte da população nos processos decisórios. Gerava-se, de fato, um círculo viciado: a desigualdade e a ausência de uma cidadania social produzindo democracias frágeis e um Estado anêmico, colonizado por interesses privados e incapaz de promover políticas de desenvolvimento e políticas públicas eficientes, o que, por sua vez, reforça o caráter concentrador da acumulação e a consequente fragilização do Estado frente às forças do “mercado”.

Ao analisar a atuação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, percebe-se que tal fragilidade e conveniência do Estado com grupos de investidores privados não se rompeu. Mesmo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que no entendimento de Mercadante (2010) rompia com esse círculo vicioso e com a consequente fragilização da democracia e do Estado brasileiro, práticas antidemocráticas e de imposição de interesses privados estavam absolutamente presentes, como se viu nos relatórios do PACS (2009, 2012), inclusive no relatório do mesmo com a Justiça Global (2017).

Esse não rompimento do círculo vicioso de privatização do Estado permite aproximar nossas reflexões com a obra *“A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo”* (São Paulo, Editora Boitempo, 2016 [2009]), de Pierre Dardot e Christian Laval, em especial no capítulo intitulado “O Governo Empresarial”. Os autores mostram que são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as agendas do Estado, mesmo em alguns governos que se colocam mais à esquerda, pois a prática liberal é um poderoso elemento revelador das lentas mutações que afetaram os modos de governos desde o século XVIII. Dardot e Laval (2016 [2009]) explicam que não significa que esse “Estado-para-a-Nação” do Mercadante (2010), enquanto bem de todos, se retira absolutamente e seja destruído, mas que ele exerce seu poder maior orientando tanto quanto possível as atividades dos atores privados e incorporando ao mesmo tempo os códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados, sendo parceiro de interesses oligopolistas na guerra econômica da globalização contemporânea.

Dessa forma, vale lembrar que em Santa Cruz vive quase 6% da população carioca, boa parte dela exercendo atividades ligada ao setor de serviços urbanos, além de existirem pessoas que são ligadas à pesca, à agricultura e criação de animais, como bem lembra Pinto (2016). No entanto, os modos de vidas e interesses dessas pessoas foram crivados por grandes empresas internacionais e nacionais, com pouco ou nenhum espaço para trâmites realmente democráticos, longe do exposto por Mercadante (2010), em decisões tomadas por relações quase que exclusivamente entre grupos de empresários e representantes do Estado, nas suas diferentes alçadas.

3.2. A “Sociedade do Conhecimento” e sua concretude em Santa Cruz

Mercadante (2010, p.44), ao destacar o termo sociedade do conhecimento como uma das bases necessárias para a consolidação do novo desenvolvimentismo, logo de início aponta que Celso Furtado e outros atores que tratam da questão do subdesenvolvimento, tensionaram que para romper com a dependência aos países centrais do capitalismo era necessário não apenas produzir riquezas, mas também incorporar ampla inovação à produção. Essa inovação só é e será possível através de um pesado e amplo investimento em educação básica e em inovações científicas e tecnológicas. Nas palavras do autor,

a questão da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico sempre esteve no centro das preocupações dos desenvolvimentistas clássicos e dos teóricos da dependência. Superar o subdesenvolvimento implicava, necessariamente e antes de tudo, ir além da produção de matérias-primas e commodities. Significava agregar inovação e valor à produção, através da industrialização tardia associada ao desenvolvimento científico e tecnológico. Desse modo, evitar-se-ia a crescente deterioração dos termos de intercâmbio, que condenava os países em desenvolvimento à estagnação e ao atraso cada vez maior. Por outro lado, o investimento em educação embasaria o esforço inovador, ao mesmo tempo em que teria, obviamente, importante papel na criação de uma sociedade mais igualitária. (MERCADANTE, 2010, p.44)

Portanto, em qualquer projeto de país que se pretenda desenvolvimentista, é impossível que não se projete uma reestruturação das bases educacionais, no intuito de colocar o país em condições, mesmo dentro do capitalismo, sobretudo contemporâneo, de competir internacionalmente com as potências globais, usando educação, ciência e tecnologia como trunfos indissociáveis e indispensáveis.

No entanto, fazendo importante ressalva, o emprego demasiado e sem muitas preocupações com o termo “sociedade do conhecimento”, que é um conceito com algumas nuances, para tratar de maiores investimentos em educação, ciência e tecnologia, por Mercadante (2010), mostra que o autor faz uso sem preocupação com as possibilidades e limites impostos pela ideia. Newton Duarte (2001), apontando uma dessas nuances, em publicação na Revista Brasileira de Educação, advoga que a assim chamada “sociedade do conhecimento” é uma ideologia produzida pelo capitalismo e que, na verdade, se coloca como uma ilusão que cumpre uma determinada função de reprodução ideológica na sociedade capitalista contemporânea. Duarte (2001), continuando sua problematização, salienta:

Quando uma ilusão desempenha um papel na reprodução ideológica de uma sociedade, ela não deve ser tratada como algo inofensivo ou de pouca importância por aqueles que busquem a superação dessa sociedade. Ao contrário, é preciso compreender qual o papel desempenhado por uma ilusão na reprodução ideológica de uma formação societária específica, pois isso nos ajudará a criarmos formas de intervenção coletiva e organizada na lógica objetiva dessa formação societária. (DUARTE, 2001, p. 39)

Sendo assim, se Mercadante (2010) pretendia fazer uso deste conceito, num debate de construção de superação do quadro atual da sociedade brasileira, precisava abordar contradições do termo, que, para Duarte (2001), é uma ilusão muito bem amarrada pela sociedade capitalista. Mercadante (2010) se prende nas preocupações com aplicação de recursos em educação, ciência e tecnologia e deixa de lado as precauções com a terminologia usada, o que é um problema, por tratar o conceito como inofensivo e banalizá-lo. Feito esta ressalva, é importante também entender que o economista, em sua tese, estava pensando na superação do quadro de subdesenvolvimento brasileiro e encontrou no termo uma saída para o que pretendia abordar em relação aos investimentos em educação no Brasil. Não é a intenção aqui diminuir as reflexões do autor sobre o quadro educacional brasileiro, mas apontar que o conceito de sociedade do conhecimento foi tratado em sua tese como natural, justamente como aponta Duarte (2001) ser a ilusão carregada pelo termo.

Para Mercadante (2010), o desafio central da implantação da educação de qualidade e da incorporação em larga escala da inovação tecnológica à produção nacional seguia atual. O autor, ainda naquele período de bons ventos da economia brasileira, no fim de seu mandato como senador pelo Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva, também do PT, como presidente, destacava que pensando na consolidação do novo desenvolvimentismo proposto a longo prazo, era necessária essa instituição contínua de uma verdadeira sociedade do conhecimento. Fato que ainda não estava configurado e poderia colocar todo o modelo em cheque, pois, segundo o autor, o Brasil não pode depender, para competir no cenário mundial sendo de fato um protagonista, da exportação de não-manufaturados e semi-manufaturados, como vinha ocorrendo em larga escala durante o período analisado.

No passado distante e recente, houve duas estratégias distintas para o desenvolvimento tecnológico: no distante, alguns países recorreram à engenharia reversa e recuperação tecnológica para diminuir e até superar o abismo que havia deles para os países do capitalismo central. Em período mais recente, apostou-se ostensivamente, através da sedução do neoliberalismo durante os anos de 1990, na abertura descontrolada das economias e na atração dos investimentos internacionais como práticas que induziriam desenvolvimento científico e tecnológico. Acontece que essas duas estratégias passaram ser inviáveis: a segunda, porque mostrou-se ineficiente, acontecendo inclusive o inverso, pois a abertura das economias e a atração de investidores externos, feitas no contexto da globalização sob ascensão neoliberal, só aumentaram a dependência tecnológica e não chegaram em ganhos expressivos na geração novas tecnologias; a primeira porque criou-se mecanismos jurídicos globais que dificultam muito que os países “atrasados” tecnologicamente possam recorrer à cópia para desenvolver tecnologia própria (MERCADANTE, 2010, p.45).

Portanto, na perspectiva do autor, não haveria esse modelo de novo desenvolvimentismo consolidado, de alguma forma, se não houvesse a construção ininterrupta de uma sociedade do conhecimento, com educação de qualidade em todos os níveis, para todas as classes, inovação tecnológica e sua incorporação ao sistema produtivo brasileiro. Em outras palavras, não há novo desenvolvimentismo brasileiro sem educação de qualidade e investimento em ciência e tecnologia avançada para superar o quadro dicotômico de desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Segundo Mercadante (2010), houve avanços significativos em investimentos em ciência e tecnologia, além de certa universalização do ensino, mesmo que não fossem o suficiente, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O autor informa que o orçamento para Ciência e Tecnologia no Brasil, por exemplo, passou de R\$ 1,3 bilhão, em 2003, primeiro ano de mandato de Lula, para R\$ 7,2 bilhões, em 2010, quando termina o segundo mandato. No momento em que escrevera a tese, também em 2010, o investimento público em Ciência e Tecnologia já chegava a 1,25% do PIB, mas a meta do governo era atingir 2,5%.

No entanto, a educação, mesmo mais universalizada e democrática da creche ao ensino superior, ainda apresentava graves déficits em qualidade e os investimentos contínuos continuavam absolutamente necessários, caso o projeto de novo desenvolvimentismo fosse de fato a grande ambição. Mercadante (2010, p. 47), por exemplo, comenta sobre o que ele chamou de *apartheid digital* no Brasil e como tal fato era ainda mais escancarado observando a situação da internet nas escolas, pois são nas instituições de ensino que essa tecnologia poderia fazer a diferença e continuava a não fazer.

Os dados apresentados pelo autor na tese diziam que, no ensino fundamental, apenas 17,2% dos(as) alunos(as) das escolas públicas usavam a internet, ao passo que nas escolas particulares esse número, ainda naquele período, já era de 74,3%. No ensino médio essa

disparidade também se apresentava, com 37,3% de acesso à internet nas escolas públicas e 83,6% nas escolas privadas, o que era um sério problema, segundo o então Senador da República, pois é no ensino médio que começa a formação técnica do jovem e quando se decidem suas chances de ingresso no mercado de trabalho, com a ausência de internet diminuindo muito essas chances de profissionalização.

O que é um fato é que para alcançar a universalização da educação de qualidade, erradicando essas desigualdades de oportunidades, exige-se algumas transformações, como bem destacou o próprio autor, reconhecendo os limites do que havia acontecido até então:

Evidentemente, a educação de qualidade exige, acima de tudo, professores bem pagos, formados e motivados, recursos pedagógicos adequados, instalações apropriadas, envolvimento dos pais com a escola e um ambiente voltado para o aprendizado. Mas o uso de novas tecnologias pode acelerar o processo de melhoria do ensino, seja como ferramenta para a formação de professores e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas, seja como instrumento de aprendizagem escolar. A tecnologia da informação e comunicação é, portanto, fundamental para a construção da escola do futuro e a democratização das oportunidades de acesso à educação. A inclusão digital massiva das escolas públicas poderá propiciar o salto de qualidade tão necessário ao sistema educacional brasileiro. (MERCADANTE, 2010, p. 48)

Assim, em sua concepção, essa tal universalização da educação de qualidade, com a tecnologia sendo aliada, poderia ampliar consideravelmente as oportunidades nos setores excluídos historicamente do processo e, dessa forma, intensificar e ampliar as mecânicas distributivas do novo desenvolvimentismo no Brasil, transformando radicalmente esse quadro desigual e se diferenciando do passado desenvolvimentista, porém ainda concentrador de renda e de oportunidades.

Sendo assim, alcançar a educação de qualidade e a inovação tecnológica, inclusive mediante o uso de modernas tecnologias de informação e comunicação, é um processo que caracterizava o novo desenvolvimentismo brasileiro, mesmo que naquele momento ainda fosse bastante inóspito e desigual, como mostra os dados de acesso à internet nas escolas públicas. Tal fato e ambição, segundo o autor, distinguia o período analisado dos períodos neoliberais e desenvolvimentistas do passado.

No final de sua exposição sobre o assunto envolvendo os caminhos necessário para a sociedade do conhecimento, Mercadante (2010) salienta que por mais importante que seja o uso das tecnologias nas escolas, com maior acesso à internet, principalmente, não se esgotava o fato principal: a necessidade de implantação de uma educação de qualidade para todos no país, transcendendo inclusive as novas práticas de tecnologia e comunicação. O autor escreve que nos anos seguintes, o esforço deveria ser para consolidar o processo de democratização do acesso ao ensino, com sua integral melhora, superando os déficits de formação dos educadores, intensificando o combate à evasão e repetência, continuando expandindo o funcionamento público da educação até o país atingir um gasto em torno de 6% do PIB com este setor tão importante.

O que se quer nesta seção é justamente discutir brevemente como se mostrou todo este contexto do novo desenvolvimentismo com as marcas da sociedade do conhecimento no Estado e no Município do Rio de Janeiro, finalizando com certa ênfase no bairro Santa Cruz e no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, onde viu-se a outra parte do projeto

neodesenvolvimentista sendo acachapante, com grandes empresas e infraestrutura chegando em peso e transformando a paisagem e as rotinas das populações, como ocorreu, por exemplo, com a chegada da Companhia Siderúrgica do Atlântico ao bairro carioca.

Os índices educacionais, tanto no município quanto no estado do Rio de Janeiro, com informações entre o ano de 2010 – quando Mercadante (2010) escreveu sua tese – e ano de 2018, nota-se claramente que o sistema público de educação continuava, mesmo quase uma década, com as marcas da brutal desigualdade socioeconômica brasileira e falta de oportunidades iguais para todas as classes, aquém do que se pretendia e previa nos escritos do ex-senador da República filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Segundo estudo divulgado pela Revista Exame²³ em 2010, a evasão escolar no ensino médio era um dos pontos mais preocupantes na época. A revista destaca que de 2006 a 2008, o índice continuou alto, mas esboçou discreta melhora: passando de 19,23%, em 2008, para 18,09%, em 2009. Em números absolutos, isso significa que em 2006, 47.740 alunos abandonaram os estudos na cidade. Em 2008, foram 40.177; e em 2009, 36.586. O próprio Mercadante (2010) destaca que a evasão escolar era um problema seríssimo a ser combatido para se consolidar a sociedade do conhecimento e o novo desenvolvimentismo. Tal fato ainda não havia sido possível quando o ex-senador defendeu sua tese, como mostram esses dados apresentados no estudo divulgado pela Revista Exame.

O quadro da evasão é ainda mais crítico quando os dados eram analisados por regiões, revelando a desigualdade na cidade. As áreas pobres e marcadas por situações de violência tinham alguns dos maiores índices de abandono escolar; situação bem diferentes de áreas mais privilegiadas economicamente da cidade. Mesmo dentro do sistema público de ensino, sem levar em consideração as escolas da rede privada, esse quadro de evasão se mostrava desigual dependendo da localidade: Santa Teresa, 35,94%; Irajá, 31,33%; Cidade de Deus, 29,31%; e Zona Portuária, 28,31%. No Complexo do Alemão a evasão escolar chegou a atingir, em 2009, 33,24% dos estudantes matriculados. Situação bem diferente de regiões como Vila Isabel (3,57%), Centro (5,82%), Copacabana (10,34%) e Lagoa (13,2%), que apresentavam os melhores resultados naquele momento.

Para entender um pouco melhor como se deu a qualidade do ensino no Rio de Janeiro desde então, pode-se analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é um indicador geral da educação nas redes privada e pública, uma espécie de nota, para fazer um panorama sobre os últimos anos da educação pública no Estado e no Município. O Ministério da Educação, para chegar ao índice, calcula a relação entre rendimento escolar, que envolve taxas de aprovação, reprovação e abandono, e desempenho em português e matemática numa prova aplicada para crianças do 5º e 9º ano do fundamental e do 3º ano do ensino médio. O índice é divulgado a cada dois anos e tem metas estabelecidas. Portanto, de uma forma até lógica, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda conteúdo, não repita o ano e frequente as aulas.

Vale ressaltar que se entende os limites de índices que envolvem provas, para medir níveis educacionais, mas o Ideb, de certa forma, acaba sendo uma importante base para traçar um panorama simples e entender como está funcionando o sistema público de ensino nos últimos anos, que são justamente posteriores a tese do Mercadante (2010).

²³ REVISTA EXAME. *Índices de educação pioram no Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millennium/indices-de-educacao-pioram-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22/04/2020

Conforme divulgado pelo site G1²⁴, a rede estadual de ensino do Rio de Janeiro obteve a 3ª melhor nota (3,66) no ranking Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2013/2014. Apenas Goiás, com 3,8; e São Paulo e Rio Grande do Sul, com 3,7; ficaram à frente do Rio de Janeiro. Segundo a própria notícia, lembrando do desempenho nos anos anteriores, no Ideb de 2009/2010 o Rio era o 26º colocado. Em 2011 já havia subido para 15º e no Ideb de 2013/2014 aparece na 3ª posição. Era, sendo assim, uma melhora evidente que parecia ser uma curva ascendente consolidada. O *site* afirma que de acordo com a Secretaria Estadual de Educação, os colégios estaduais do Rio de Janeiro superaram a meta estabelecida pelo Ministério da Educação, alcançando 3,66. Em 2011, a nota do Rio foi 3,2; e nos anos de 2009, 2007 e 2005, era 2,8.

Já em 2015 o quadro, que até então parecia de melhora, muda, para pior, com estagnação e queda, como divulga o mesmo portal de notícia: o Rio de Janeiro foi o único estado do Brasil que não atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em nenhum segmento dos ensinos fundamental e médio²⁵.

Percebe-se variações nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, mas o desempenho dos estudantes do ensino médio era o que mais preocupava: além de não ter atingido a meta estabelecida, que era de 4,2, a nota 4,0 obtida mostra que não houve evolução desde a avaliação anterior, feito em 2013. Por fim, no terceiro ano do ensino médio, em que não houve avanço em relação a 2013, o estado permaneceu na segunda colocação do ranking, com a mesma média 4,0 de Distrito Federal, Espírito Santo e Pernambuco – com a ressalva de que o estado nordestino foi um dos dois que alcançaram a meta fixada para este segmento: além de Pernambuco, o Amazonas atingiu a meta.

O ano de 2018, conforme a notícia veiculada pelo site G1²⁶, também significou um momento no qual o Rio de Janeiro foi o único estado do Brasil que não atingiu a meta do Ideb em nenhum segmento dos ensinos fundamental e médio. Nos anos iniciais do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, a nota foi de 5,3 na rede pública, que abrange as escolas federais, estaduais e municipais - um décimo a mais que em 2015. Do sexto ao nono ano, a nota aumentou dois décimos. Mas nos dois casos, o Ideb ficou abaixo da meta projetada, sendo o único Estado que não alcançou. No ensino médio, que é responsabilidade do governo do estado, a nota caiu para 3,3, abaixo do último Ideb, em 2015 e bem abaixo do desejado. O Rio teve uma média menor que a do Brasil - 3,3 no estado contra 3,5 no país. E entre todos os estados das regiões Sudeste e Sul, teve o pior desempenho.

Com auxílio de uma publicação do portal *Rio on Watch*²⁷, que introduz uma discussão sobre Educação Pública no Rio de Janeiro, é possível fazer alguns apontamentos, a partir dos dados apresentados, especificamente, inclusive, sobre o bairro carioca Santa Cruz. A publicação mostra algumas questões importantes que também foram abordadas por Mercadante (2010) em sua análise: com destaque, aponta que o programa Bolsa Família alavancou, significativamente,

²⁴ G1. *RJ sobe 11 posições no Ideb e tem a terceira melhor nota no ranking*, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/rj-sobe-11-posicoes-no-ideb-e-tem-terceira-melhor-nota-no-ranking.html>>. Acesso em: 22/04/2020.

²⁵ G1. *RJ fica abaixo da meta estipulada pelo MEC em todos os níveis do Ideb*, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/rj-fica-abaixo-da-meta-estipulada-pelo-mec-em-todos-os-niveis-do-ideb.html>>. Acesso em: 22/04/2020.

²⁶ G1. *Rio é o único estado do Brasil que não atinge meta do Ideb em nenhum segmento dos ensinos fundamental e médio*, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/03/rio-e-o-unico-estado-do-brasil-que-nao-atinge-meta-do-ideb-em-nenhum-segmento-dos-ensinos-fundamental-e-medio.ghtml>>. Acesso em: 22/04/2020.

²⁷ RIO ON WATCH. *Uma Introdução à Educação Pública no Rio de Janeiro*, 2017. Disponível em: <<https://riononwatch.org.br/?p=24544>>. Acesso em: 22/04/2020.

as taxas de frequência escolar pelo Brasil, mas a qualidade da educação ainda está bem atrás dos demais nas classificações gerais mundiais. A publicação informa que o Brasil se classificou na posição 54 de 65 países medidos pela OECD em 2011, ano imediatamente posterior à defesa da tese. Segundo o texto, apesar de um aumento de 121% no investimento em educação pública entre 2000 e 2008, ainda não havia um sinal claro de melhora. O site informa que o Instituto para Pesquisa e Administração em Educação (IPAE) recomendou reformas significativas, que analisando-as, percebe-se que eram também elencadas pelo ex-senador em sua tese de doutoramento sobre a futura consolidação do seu novo desenvolvimentismo: estender o período escolar, investir em tecnologia, ofertar estabilidade para professores, aumentar a eficiência na gestão escolar e implementação de políticas adequadas desde o nível federal até o nível municipal e da escola individual.

Para manter as escolas públicas no Rio de Janeiro, em que muitas estão em prédios deteriorados, é necessário um alto investimento financeiro. Por exemplo: o *site* Rio On Watch salienta que uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em 2011, descobriu que 62% da infraestrutura das escolas municipais era “regular, ruim ou péssima” e entre 2014 e 2015 o Estado do Rio de Janeiro também viu uma queda de 72% no investimento em infraestrutura e manutenção, sem contar que não houve a construção de nenhuma unidade escolar pelo governo do Estado do Rio de Janeiro durante este período, apesar das diversas promessas feitas antes da Copa do Mundo de 2014, inclusive de 177 novas escolas públicas até 2015.

Diferenças socioeconômicas entre as várias áreas da cidade, aqui já comentada, também aparecem no artigo do *Rio On Watch*, que, segundo o mesmo, se apresentam principalmente através das taxas de alfabetização, pois aproximadamente 2,8% dos cidadãos com 15 anos ou mais na cidade do Rio são analfabetos e, na Tijuca, Méier e por toda a Zona Sul, o analfabetismo entre adultos é de cerca de 2%, mas em Ramos e Inhaúma este número é quase o dobro, com o analfabetismo entre adultos atingindo, 4,2% e 4,1% respectivamente. E aqui chega-se numa contradição importantíssima de se destacar: em Santa Cruz, bairro que anos antes recebeu pesados investimentos em infraestrutura para atender às demandas de grandes empresas, como a própria Companhia Siderúrgica do Atlântico, vindas no contexto do novo desenvolvimentismo, tem o analfabetismo em cidadãos com 15 anos ou mais chegando a 4,9%. Tal fato mostra que além das desigualdades perante a cidade, há uma marcante contradição interna no próprio bairro.

Pinto (2016) aponta que a produção anual da planta siderúrgica da então TKCSA, em 2014, foi de 4,1 milhões de toneladas de placas de aço; e 90% da produção da empresa era exportada pelo porto privado da companhia no segundo semestre de 2015. As 4,1 milhões de toneladas de placas de aço feitas pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, em 2014, significaram aproximadamente 62% da produção nacional deste produto siderúrgico naquele ano. Uma produção de tal magnitude, ligada ao comércio global, acontecendo no mesmo bairro onde 4,9% da população acima de 15 anos era analfabeta. Estas informações evidenciam, de certa forma, que o novo desenvolvimentismo, em Santa Cruz, ficou restrito aos investimentos do BNDES e isenções fiscais para a instalação de megaprojetos industriais e que a sociedade do conhecimento, apontada por Mercadante (2010), era só mais uma parte da nova era desenvolvimentista que estava muito distante de se confirmar no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.

As ações da Companhia Siderúrgica do Atlântico, neste que se chama de Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, geraram conflitos socioambientais [estes serão melhor comentados na sessão seguinte, sobretudo no que tange ao desenvolvimento sustentável], fazendo com que a empresa tenha sido obrigada, como medida compensatória pelos seus danos ambientais, a

construir uma escola de excelência no bairro Santa Cruz. Desta obrigação, foi edificada a primeira escola sustentável da América Latina, o Colégio Estadual Erich Walter Heine, inaugurado em 2011, em parceria com o estado e a cidade do Rio de Janeiro, um ano após o início das atividades siderúrgicas da companhia no bairro. Pinto (2010) destaca que no website da então TKCSA, a instituição de ensino figurava como uma benesse da chegada da companhia ao bairro, mas nada foi mencionado sobre ela ter sido resultado de compensação ambiental.

A escola, por sua vez, é de fato diferenciada. Um oásis no meio do caos que é o sistema público de educação não só no bairro, mas em todo Município e Estado do Rio de Janeiro, como se viu no panorama apresentado anteriormente. Para voltarmos a falar do Ideb, por exemplo: segundo a matéria d'O Globo²⁸, o Colégio Erich Walter Heine obteve a maior nota da rede no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017: tirou 5.6, bem acima da média nacional das redes estaduais, que era de 3.5. O prédio da escola, que é absolutamente confortável, foi construído inteiramente sob o conceito de sustentabilidade (telhado verde, iluminação natural, horta, reciclagem de materiais) e chegou a ganhar um certificado internacional por isso (*Leed Schools*, do *Green Building Council*). Cida Paiva, em texto publicado na Finestra²⁹, salienta que do desenvolvimento do projeto à execução da obra, foram várias iniciativas aplicadas para atender aos requisitos de certificação. Era uma evidente tentativa da empresa em mostrar que embora causasse danos socioambientais, estava se esforçando para destacar que contribuía apoiando práticas sustentáveis.

O colégio em si funciona como Dupla Escola, oferecendo Ensino Médio integrado ao curso técnico de Administração e, nesta perspectiva sustentável, foi construída dentro de padrões que geram redução de até 40% no consumo de energia. Talvez o grande destaque da estrutura física da unidade é o “ecotelhado”, conhecido pelos alunos como telhado verde, usado como espaço de aprendizagem, que conta com uma vegetação especial para diminuir a absorção de calor e reabsorver a água da chuva. Na figura 33, vê-se o telhado verde, num registro do autor desta dissertação quando ainda cursava a graduação e realizava os estágios obrigatórios de licenciatura no ano de 2016.



Figura 33: Telhado Verde.
Fonte: Registro do autor, 2016.

²⁸ O GLOBO. Pais dormem na fila para tentar garantir vaga para filhos em colégio estadual premiado, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pais-dormem-na-fila-para-tentar-garantir-vaga-para-filhos-em-colegio-estadual-premiado-23413413>>. Acesso em: 25/04/2020.

²⁹ PAIVA, Cida. No Rio, a primeira escola com selo LEED. Finestra. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/finestra/tecnologia/ecoeficiencia---certificacao-escola-do-rio-de-janeiro-e-a-primeira-da-america-latina-a-receber-o-certificado-leed-schools>>. Acesso em: 25/04/2020.

O espaço físico do colégio, diferente da imensa maioria das escolas do município e do Estado, é excelente e possui quinze salas de aula confortáveis, uma biblioteca, uma sala dos professores, um refeitório, uma cozinha e despensa, um almoxarifado, duas quadras poliesportivas, sendo uma coberta e uma sem cobertura, pátio grande, uma sala de artes, um laboratório de bioquímica, um laboratório de informática, um auditório, um cineclube, uma sala de reuniões, uma piscina e um estacionamento para carros.

As quinze salas de aula contam ainda com dois aparelhos de ar-condicionado cada, um quadro branco grande por sala, um projetor de imagens por sala e armários individuais para os alunos guardarem seus pertences em sala. Alguns desses espaços são abertos à comunidade, em momentos específicos, como a piscina, as quadras, o auditório, a biblioteca, a sala de leitura, os laboratórios de informática, a horta orgânica, as praças de convivência e a sala de educação ambiental. Das fotografias 34 à 44, é possível observar o espaço físico da escola – todos registros do aparelho celular do autor; a figura 35 é uma maquete digital disponibilizada na matéria da Finestra.

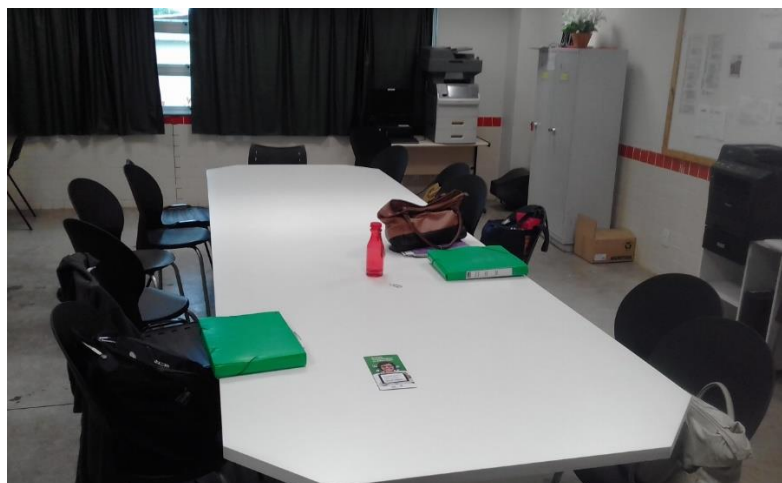


Figura 34: Sala de reuniões.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 35: Parte do pátio.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 36: Biblioteca.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 37: Laboratório de bioquímica.
Fonte: Registro do autor, 2016

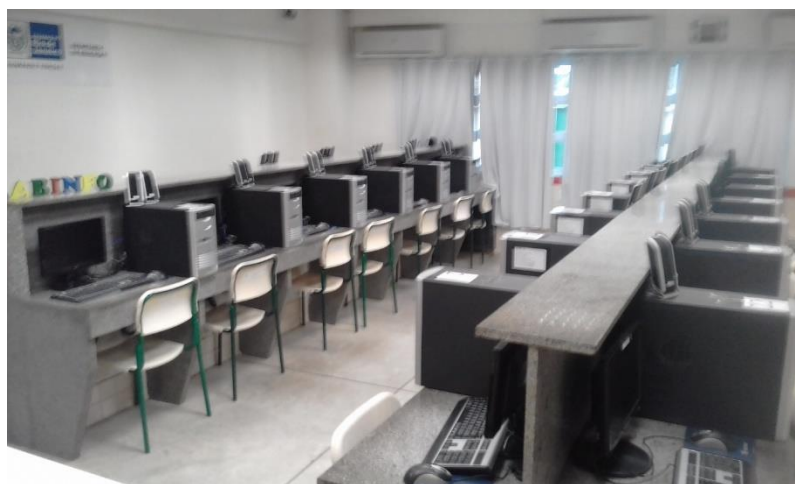


Figura 38: Laboratório de informática.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 39: Sala de artes.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 40: Porta do auditório.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 41: Piscina com borda equipada com tecnologia sustentável que aquece a água.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 42: Quadro poliesportiva coberta.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 43: Entrada da escola.
Fonte: Registro do autor, 2016.



Figura 44: Cineclube.
Fonte: Registro do autor, 2016.

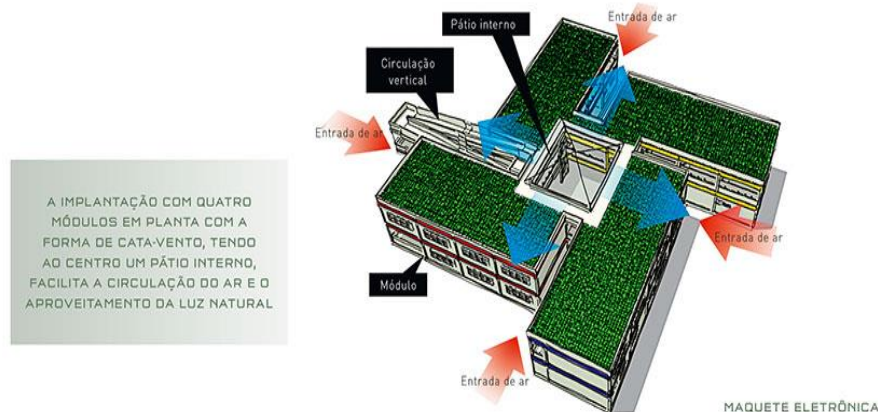


Figura 45: Maquete digital Escola Estadual Erich Walter Heine. Fonte: PAIVA, Cida. No Rio, a primeira escola com selo LEED. Finestra. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/finestra/tecnologia/ecoeficiencia---certificacao-escola-do-rio-de-janeiro-e-a-primeira-da-america-latina-a-receber-o-certificado-leed-schools>>. Acesso em: 25/04/2020.

A própria matéria d’O Globo, já citada aqui, evidencia o quanto a escola é uma ótima aquisição do Estado, mas absolutamente pontual. O colégio se apresenta como uma espécie de protótipo do novo desenvolvimentismo apresentado por Mercadante (2010), mas, evidentemente, se trata de um caso particular e isolado. Tem acesso à internet, quadra poliesportiva, laboratórios, boa estrutura, é integral, com ensino técnico, mas é uma, somente uma. E, vale ressaltar, apenas foi construída depois de sérios problemas socioambientais causados pela empresa, com a justiça a obrigando a desenvolver medidas compensatórias para atender as populações diretamente impactadas.

Além de tais questões, há ainda uma que é bastante problemática: nos primeiros anos de funcionamento da escola, a seleção dos(as) alunos(as) era feita através de uma prova, o que acabava sendo ruim, pois adolescentes de bairros mais distantes, não impactados diretamente pelas atividades da Companhia Siderúrgica do Atlântico, conseguiam matrícula, por fazerem uma boa prova, e adolescentes vizinhos ao megaempreendimento, que sofriam diariamente com os impactos da produção do aço, em Santa Cruz, ficavam de fora. O processo seletivo então foi

modificado, mas problemas como este continuaram acontecendo, como mostra a matéria d'O Globo³⁰:

Com tantos atrativos, o colégio acaba chamando a atenção de alunos que moram em outros bairros, fazendo com que a concorrência aluno/vaga aumente naquela unidade. O critério da idade é o que tem deixado alguns moradores da vizinhança de fora da seleção, de acordo com relatos. Alunos que têm 14 anos são priorizados para ingressar nas turmas do 1º ano do Ensino Médio, em detrimento dos que têm 15. Com isso, os adolescentes da região que estão nessa faixa acabam sendo alocados na segunda ou terceira opção.

— Na primeira fase, entraram todos que têm 14 anos. Meu filho tem 15 e ficou de fora. Eu moro na rua de trás da escola. Mas ele foi alocado em uma unidade que fica na Areia Branca, e vai precisar pegar dois ônibus e uma kombi para chegar. A gente sabe que é uma escola premiada, de referência, e por isso atrai outras pessoas. Mas é preciso repensar os critérios — afirma Ana Paula da Silva, de 46 anos, que chegou na fila às 20h de domingo e garantiu a 19ª posição na fila de espera do colégio.

Ainda segundo a mesma matéria, cerca de sessenta responsáveis passaram três dias aguardando na calçada do colégio estadual, em janeiro de 2019, para tentar garantir uma vaga para seus filhos. Num domingo, por volta das 14h, a fila foi iniciada e só se dissipou na manhã da quarta-feira seguinte, quando a direção do colégio disponibilizou uma lista de espera para vagas a serem preenchidas no caso de eventuais desistências dos alunos já matriculados. O Globo informou que por volta das 9h, ao menos trinta responsáveis ainda aguardavam atendimento. O relato do jornal salienta que para organizar a fila, os próprios pais criavam uma lista com os nomes de quem estava no local. Ainda assim, era preciso permanecer no lugar para não perder a posição. Dia e noite, os responsáveis se revezaram com parentes e amigos para conseguirem fazer as refeições e ir ao banheiro. A maioria das pessoas da fila moravam na vizinhança da escola e, apesar da proximidade, tiveram seus filhos alocados em escolas distantes pelo sistema de matrícula estadual, como mostra o veículo de imprensa ao destacar a fala Maurício Lins, de 55 anos, que mora numa rua ao lado do colégio e chegou na fila no domingo à noite:

A matrícula online alocou minha filha em uma escola no bairro Vilar Carioca, na Cesário de Melo. Ela, que tem 15 anos, vai precisar pegar dois ônibus e ainda andar um bocado para chegar na unidade. Eu, como pai, fico preocupado. Se ela estudasse no Erich Heine, poderia ir a pé.

³⁰ O GLOBO. Pais dormem na fila para tentar garantir vaga para filhos em colégio estadual premiado, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pais-dormem-na-fila-para-tentar-garantir-vaga-para-filhos-em-colegio-estadual-premiado-23413413>>. Acesso em: 25/04/2020



Figura 46: Pais se revezam em fila para conseguirem vaga no colégio. Fonte: O Globo, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pais-dormem-na-fila-para-tentar-garantir-vaga-para-filhos-em-colegio-estadual-premiado-23413413>>. Acesso em: 25/04/2020

Portanto, percebe-se claramente aqui que a escola em questão é uma exceção, um ponto fora da curva, dentro do sistema de ensino público do Rio de Janeiro e o projeto desenvolvimentista proposto por Mercadante (2010), pensando na tal sociedade do conhecimento, não conseguiu se instaurar em Santa Cruz, onde somente a característica dos novíssimos megaprojetos industriais se consolidaram de forma acachapante. A escola é fruto de uma política isolada, com origem em uma medida compensatória que a empresa foi obrigada a desenvolver devido suas más práticas ambientais. A população local, que deveria ter amplo acesso ao ensino de qualidade, precisa passar horas em filas exaustivas para garantir uma vaga num colégio específico. Este fato inclusive é uma clara evidência da baixa qualidade dos outros colégios da mesma região e até do Estado.

3.3. Da lama ao caos do pó prateado: Desenvolvimento Sustentável?

Mais uma das bases do novo desenvolvimentismo brasileiro que têm destaque na tese de Mercadante (2010) é a questão ambiental e a saída, segundo ele, inevitável, pelo desenvolvimento sustentável. Para o autor, o mundo vem vivendo uma crise ambiental sem precedentes, sendo consequência de um padrão de crescimento e consumo associado ao uso impróprio dos recursos naturais, que coloca em risco a própria existência da humanidade. Ao tratar desta crise ambiental, além de destacar que a mudança climática é o sintoma mais emblemático, o ex-senador diz que:

Há uma pluralidade de sinais dessa crise que se materializam em diversos problemas, tais como o desequilíbrio da produção de alimentos; a desertificação de vastas áreas; fortes alterações nos regimes pluviais; a extinção de importantes espécies da fauna selvagem e desestabilização de biomas; a proliferação de organismos transmissores de doenças e epidemias; e a crescente contaminação do solo e da água por agentes químicos. (MERCADANTE, 2010: pp.389-390)

Sobre a situação do mundo em relação ao problema climático, que acontece, essencialmente, em decorrência do aumento da concentração de gases de efeito-estufa na atmosfera, Mercadante (2010) salienta que é necessária uma transição rápida de uma economia baseada no carbono, para uma economia estruturada a partir de energias alternativas e limpas. No entanto, umas mais, outras menos, as economias de todo o globo são ainda dependentes do consumo de combustíveis fósseis e do crescimento baseado em carbono. O ex-senador mostra que, na década analisada, Petróleo e gás respondiam por cerca de 63% da matriz energética global e o carvão mineral era responsável por parcela importante da produção de energia no mundo. Não indo muito longe, sabe-se, como já se comentou aqui, que a CSA, em Santa Cruz, usa toneladas de carvão mineral na geração de energia elétrica, por exemplo.

Mercadante (2010) aponta que nos países da União Europeia estavam sendo feitos investimentos pesados para desenvolver tecnologias ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, abrindo caminhos para um novo modelo de desenvolvimento e que muito embora países como Brasil, Índia e África do Sul não sejam historicamente responsáveis pelo acúmulo de gases do chamado efeito-estufa, que foi causado, em mais de 70%, pelos países industrializados centrais, eles também podem contribuir para esses novos caminhos “ambientalmente sustentáveis”.

Torna-se oportuno apresentar uma suposta contradição: países centrais, que se colocam na vanguarda da defesa do meio ambiente global, muitos deles que fazem parte da União Europeia e buscam desenvolvimento sustentável em seus territórios, têm diversas empresas espalhadas pelo antigo terceiro mundo produzindo impactos ambientais desenfreadamente. É o caso da própria Companhia Siderúrgica do Atlântico, que, conforme já visto, originalmente pertencia à ThyssenKrupp AG, que é uma empresa cuja sede se localiza em Essen, na Alemanha e constitui-se num dos principais grupos industriais germânicos e tem histórico destaque na produção de aço, armas, munições e equipamentos desde o século XIX³¹. Nota-se que uma empresa alemã instalou uma siderurgia na borda metropolitana do Rio de Janeiro, com importante incentivo de todas as esferas do Estado brasileiro, no contexto supostamente marcado por novas práticas e por um novo desenvolvimentismo brasileiro.

Uma indústria de aço, como a atual Ternium Brasil, é grande consumidora de energia e recursos naturais e, por esse motivo, acaba sendo responsável por gerar impacto socioambiental nas localidades em que é instalada. Devido ao alto potencial de impacto sobre determinado território, nos dias atuais, no contexto do capitalismo contemporâneo, países com condições históricas mais favoráveis evitam hospedar complexos siderúrgicos com usinas integradas complexas como a Companhia Siderúrgica do Atlântico. Relatório do PACS com a Justiça Global (2017) apresenta dados e uma pequena reflexão interessante sobre o assunto, reforçando questões da divisão internacional do trabalho que inclusive já foram salientadas nesta dissertação:

Em 2015, os Brics forneceram 76% da produção mundial de aço bruto, enquanto os Estados Unidos, a Alemanha e os 27 países da União Europeia juntos produziram menos de 20%. Isso não significa dizer que essas nações não estejam tão inseridas na cadeia produtiva do aço quanto o Brasil (2,1%), a Rússia (4,4%), a Índia (5,5%), a China (49,6%) e a África do Sul (0,4%). Significa apenas que, no mundo siderúrgico, a especialização desses países é importar produtos intensivos em recursos naturais e fornecer produtos de maior valor agregado, perpetuando relações comerciais

³¹ Thyssenkrupp AG. Disponível em: <<https://www.thyssenkrupp-brazil.com/pt-br/empresa/thyssenkrupp-ag/>>. Acesso em 23/06/2020.

internacionais desiguais e importando junto com o aço bruto a vitalidade do solo, da água e do ar de nações como o Brasil e de localidades como a Baía de Sepetiba.

A CSA, só de 2010 a 2012, já havia sido multada, severamente, três vezes, por problemas ambientais originados em suas atividades em Santa Cruz³². Há uma grande contradição no compromisso do desenvolvimento sustentável entre países centrais – colocados como na vanguarda da sustentabilidade –, suas empresas e países periféricos como Brasil.

A Constituição brasileira de 1988 já havia assumido um compromisso com a tal da sustentabilidade ambiental, ao afirmar que *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações* (art. 225) e que o país reúne, embora limitado pela estrutura global desigual do capitalismo, condições favoráveis para se colocar nessa vanguarda da conciliação entre equilíbrio ambiental e ao que se chama de direito ao desenvolvimento. Para Mercadante (2010), durante os governos de Lula (2003-2010), o país encaminhou e cumpriu o papel que lhe cabia, na medida do possível, pela inevitável transição para a “economia verde”. O país, segundo ele, estava construindo condições para ampliar suas vantagens na economia mundial, se nos anos seguintes continuasse a incorporar a sustentabilidade ambiental como parte crucial da estratégia de consolidação do novo desenvolvimentismo brasileiro, inclusive citando as medidas de contenção ao desmatamento da Amazônia (p.399), um dos principais problemas brasileiros em relação às práticas sustentáveis.

Fato é que Mercadante (2010) advoga que, no período, o Brasil exerceu uma liderança na Agenda Sustentável, respondendo à crise ambiental crescente no mundo, através da geração de energias renováveis, relativamente limpas, da enorme biodiversidade, abundância de recursos naturais estratégicos, como água doce e, acima de tudo, corajosos compromissos de redução do desmatamento e das emissões dos gases do efeito-estufa assumidos publicamente no cenário internacional. Para o autor, transformações internas e externas, principalmente no combate às mudanças climáticas, aumentaram significativamente o papel brasileiro na inevitável transição global da “economia carbonizada” para a “economia verde e criativa”. Portanto, o novo desenvolvimentismo brasileiro seria mesmo marcado e construído por e com desenvolvimento sustentável, pois começou-se a plantar, segundo Mercadante (2010), as bases para a promoção da sustentabilidade ambiental e o desafio da constituição de uma nova economia verde no país.

A questão do desenvolvimento sustentável chama atenção e precisa de alguns apontamentos teóricos, apresentados, por exemplo, por Porto-Gonçalves (1992), no capítulo intitulado de Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável (p.9-76). No texto, o autor faz um rápido e rico debate sobre Geografia e Política na constituição do Mundo Moderno, trazendo uma discussão do paradigma do desenvolvimento como ideologia integrativa da modernidade, que sofreu um forte abalo com as mudanças ocorridas no mundo a partir dos anos de 1960, até chegar ao “desenvolvimento” acompanhado do “sustentável”. O novo termo ganhou força com o avanço do neoliberalismo e se consolidou justamente como uma nova ideologia/utopia portadora de um futuro. Leandro Dias de Oliveira (2019) aponta que este movimento nascente nos anos de 1960 imprimiu um caráter questionador do modo de vida, principalmente no que tange à aniquilação do que ele chama de meio ambiente, o que proporcionou um acoplamento

³² ESTADÃO. “Siderurgia leva multa de 10 mi por “chuva de prata”. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,siderurgica-leva-multa-de-r-10-mi-por-chuva-de-prata-imp-954557>>. Acesso em 23/06/2020.

de variadas problematizações e questões, indo de, por exemplo, uso de agrotóxicos, extinção das espécies, desmatamento, aquecimento global, até críticas ao sonho americano. Para Oliveira (2019), este movimento ecológico ambiental crescente trouxe consigo críticas à sociedade tecnológico-industrial, capitalistas e socialistas, fruto de agitações estudantis de 1968 nos EUA e na Europa, sendo um projeto utópico-ético de um movimento plural, multiclassista e, por isso, “difuso em suas ideias”.

Porto-Gonçalves (1992) salienta, entre outras questões, que a ideia de desenvolvimento sustentável, consolidada a partir de então, tenta recuperar o desenvolvimento como categoria capaz de integrar os desiguais e diferentes em torno de um futuro comum (PORTO-GONÇALVES, 1992, p. 43). Trata-se de uma ideologia extremamente potente (OLIVEIRA, 2019), afinal, ninguém é *a priori* contra o desenvolvimento, contra a construção de um modelo sustentável nem contra o meio ambiente! O movimento ambientalista se mostrou, então, extremamente hábil em manejar novas formas de se expressar politicamente, através dos meios de comunicação à distância do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). Falou em nome da humanidade e do planeta e contribuiu, como nenhum outro movimento, para a conformação de uma nova comunidade de destino, para uma nova territorialidade, não mais baseada simplesmente no Estado Nacional, mas no mundo da globalização contemporânea. Tornou-se um movimento unificador global.

No entanto, como mostra o Porto-Gonçalves (1992), e aí identifica-se algo de vital importância para caminhos deste trabalho, observou-se aproximações com setores empresariais que emergiam dessa revolução tecnológica como portadores de tecnologias não-poluente, de indústrias “limpas” e/ou que manipulam matérias primas e energia com responsabilidade ambiental, “pensando na atmosfera e no futuro da humanidade”. Pouco a pouco, a questão ambiental passou a ser referida, sobretudo ao que diz respeito à relação sociedade-natureza, graças, particularmente, à ênfase dada, na mídia, às questões relativas à destruição de espécies, à Camada de Ozônio, ao Efeito Estufa, em síntese a problemas que põe em risco a sobrevivência do planeta (PORTO-GONÇALVES, 1992, p. 61). A questão ambiental, de certa forma, voltou à antiga crença na capacidade redentora da técnica e da racionalidade. Deste modo, vislumbram-se gigantescos mercados para certos setores ambientais e abrem-se espaços para empresas altamente poluidoras desenvolverem projetos de preservação de florestas, apoiando entidades ambientalistas, incentivando educação ambiental nas escolas e se dizendo sustentável, como se verá aqui ser o caso da Ternium.

Oliveira (2019), apresentando formulações de Montibeller (1995), faz uma divisão histórica do ambientalismo na segunda metade do Século XX que é válida destacar aqui:

[1] na década de 50, emerge o ambientalismo dos cientistas, com a inclusão da temática ambiental em breves relatórios e documentos da UNESCO; [2] na década de 60, surge o ambientalismo das ONGs (e dos movimentos sociais), esta nova estruturação dotada de ideias prolixas e, em geral, bastante atuantes; [3] na década de 70, ocorre a institucionalização do ambientalismo, com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a gerência definitiva, por parte da ONU, das questões intrínsecas à problemática ambiental; [4] nos anos 80 têm-se a era do fortalecimento dos Partidos Verdes e constituição da Comissão Brundtland, que definirá a concepção de desenvolvimento sustentável como agenda do novo século; [5] por fim, na década de 90, as empresas passam a adotar o desenvolvimento sustentável em suas estruturas produtivas e mercadológicas, numa espécie de empreendedorismo verde. (OLIVEIRA, 2019: p.58-59)

Portanto, percebe-se que o destaque às questões ambientais no novo desenvolvimentismo de Mercadante (2010) não se deu por acaso. Qualquer projeto de país e ou sociedade que se coloque como novo, depois do auge das tensões e discussões ambientais que se construíram na segunda metade do século XX, precisa evidenciar tais preocupações, mesmo que, no fim, sejam apenas apêndices ou espaços para empresas desenvolverem projetos que melhorem suas imagens no mercado, como ocorrido a partir da década de 1990, sendo prática acoplada à ascensão neoliberal, mas que não apresentou se desfazer nas elucubrações do ex-senador do Partido dos Trabalhadores sobre o desenvolvimento sustentado como destaque e base do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Ao entrar no *site*³³ da Ternium atualmente, para se ter uma ideia, uma das primeiras percepções que se tem é sobre forte apelo à propaganda da empresa como sustentável. Inclusive, é disponibilizada uma aba que pode direcionar o visitante virtual diretamente à página sobre meio ambiente. Nesta página, há uma série de informações, documentos e certificados sobre sustentabilidade, acessáveis; além de outras abas específicas que abordam eficiência energética, controle e monitoramento, proteção climática, qualidade do ar e uso eficiente de recursos. Destaca-se a primeira aba, onde a empresa aponta um documento sobre Política Ambiental e de Energia em que declara suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global. Segundo as informações, a Ternium opera com base nos princípios de ecoeficiência e desenvolvimento sustentável, integra todas as atividades relacionadas, incluindo a comunidade e as gerações futuras. Esse documento, assinado pelo CEO da empresa em 2018, disponibilizado em PDF nesta mesma aba inicial sobre meio ambiente, informa, entre outros apontamentos, que “a empresa procura compartilhar esses princípios em toda a sua cadeia de valor e em todas as comunidades onde atua para promover: o cuidado com o meio ambiente, o uso e consumo eficiente de recursos energéticos e um diálogo aberto com as partes interessadas”.

³³ <<http://br.ternium.com>>.

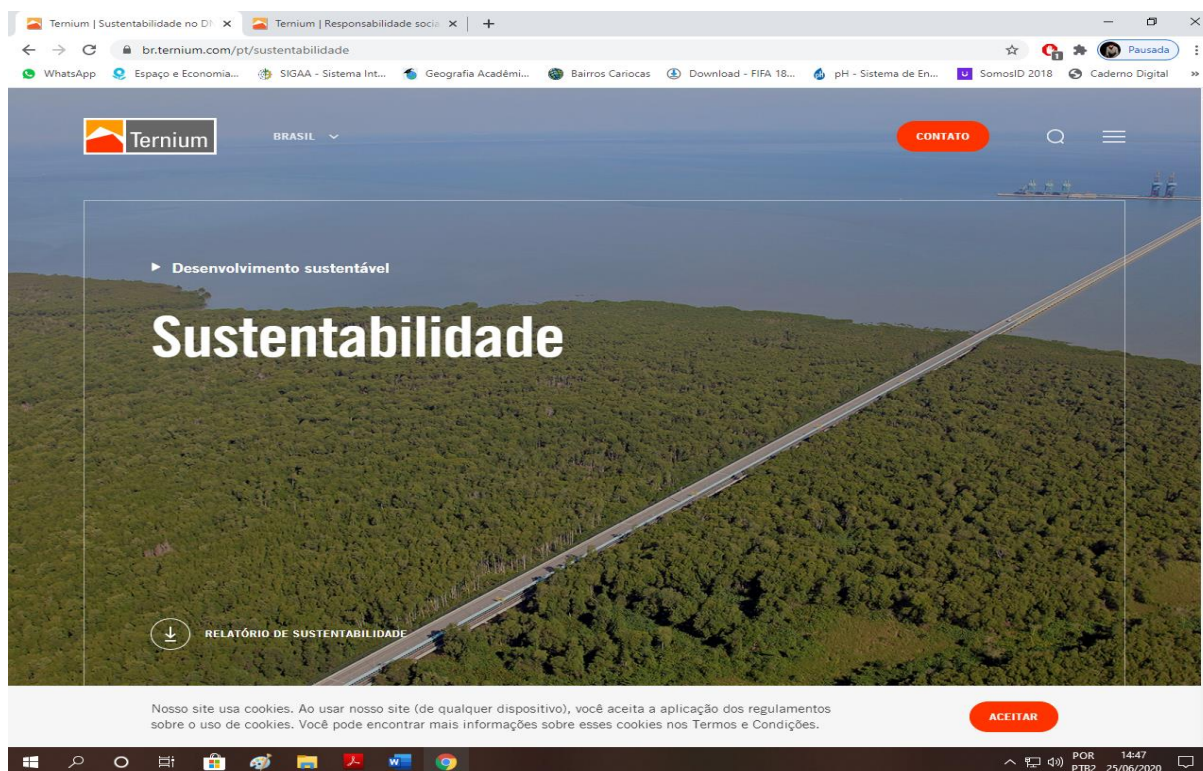


Figura 47: Print de site da Ternium.
Fonte: *Print-screen* do autor (2020), através do site <<http://br.ternium.com>>

Portanto, perceba que a empresa adota veementemente o discurso do desenvolvimento sustentável, como essência de sua prática cotidiana, assim como indicado por Porto-Gonçalves (1992, p.61), mas os moradores de Santa Cruz e a Baía de Sepetiba foram impactados por problemas ambientais acachapantes devido a atuação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, inclusive com irregularidades no próprio licenciamento ambiental, conforme aponta relatórios do PACS (2009; 2012; 2017). Houve ampliação da destruição do potencial turístico da região, impacto sobre as atividades de pesca, além dos já conhecidos crimes ambientais.

Os relatórios do PACS (2009; 2012; 2017) dão conta de mostrar que a empresa transformou canais que deságuam na Baía de Sepetiba em efluentes de dejetos oriundos do processo de dragagem, fazendo metais pesados, antes assentados no fundo do oceânico, voltarem para a água. Sem contar os problemas decorrentes da chuva de prata e a contaminação do ar quando começaram as atividades de transformação de ferro em aço bruto e depois em placas de aço.

A presença da CSA em Santa Cruz, desde o início, foi marcada por conflitos socioambientais, num embate de modelos de vida, com formas de apropriação do território diferentes, com distintos grupos técnicos (SANTOS, 1996), mostrando que o desenvolvimento sustentável e a conexão com a comunidade não passam de um termo bonito e/ou um sonho ainda distante. Segundo PACS e Justiça Global (2017), de um lado se tem a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que contou com o apoio e vantagens do Estado brasileiro para operar por seis anos em zona residencial sem as devidas licenças exigidas pela legislação. Na outra extremidade, estão os moradores do entorno da avenida João XXIII, em Santa Cruz, e os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba. Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018), na mesma matéria publicada no *Le Monde Diplomatique* Brasil anteriormente citada, apontam que 308 ações tramitavam, em 2018, na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra a

siderúrgica, sendo a grande maioria por danos morais e materiais decorrentes da emissão de particulado, do alagamento de casas por conta da cheia do Canal do São Fernando e impacto da linha férrea, que transporta o minério, na estrutura das casas.

O procedimento de licenciamento ambiental referente à usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico teve seu início em 2005 (E-07/200.751/2005) e o do terminal portuário e da realização de dragagem na Baía de Sepetiba em 2006 (E-07/202.952/2006) e os problemas da CSA, no que tange as questões socioambientais, começaram ainda neste processo. Essa fragmentação, em dois processos separados, um para a usina e outro para o terminal junto do processo de dragagem, para o PACS e a Justiça Ambiental (2017), já era uma complicação notável. Os processos administrativos fragmentados foram solicitados, perante o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, pela própria empresa. No entanto, segundo Guimarães (2011), no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da siderúrgica consta que os processos foram ainda mais fragmentados, com a solicitação de desmembramentos partindo do próprio órgão ambiental, embora não haja evidência documental sobre essa questão.

Segundo Guimarães (2011), a empresa conseguiu as Licenças Prévias FE011377 e FE011378 em julho de 2006, ambas, inicialmente, com validade até julho de 2008. A primeira, autorizando a CSA a desenvolver projetos para realização de dragagem, aterro hidráulico e implantação do Terminal Portuário; a segunda, para desenvolver os projetos para implantação da usina siderúrgica de produção de placas de aço, contando também com unidade de fabricação de cimento e oxigênio e com uma usina termelétrica. Não havia, porém, nos estudos apresentados para o licenciamento, uma análise conjunta e integrada dos impactos do Complexo Siderúrgico. Portanto, uma problemática e tanto na própria concepção do projeto e em suas respectivas consequências ambientais decorrentes da instalação e operação do mesmo. Guimarães (2011) destaca, em sua dissertação, que a fragmentação do processo dificultou e impossibilitou análises conjuntas e integradas de aspectos sociais, da dimensão dos impactos socioeconômicos, com previsão incompleta dos impactos na população gerados pela operação ou por possíveis acidentes, além de apresentar deficiência na previsão daqueles impactos gerados à atividade pesqueira.

Neste mesmo período, foi concedido a primeira Licença para Instalação do empreendimento (LI FE011733), concedida em tempo recorde de apenas dois meses, segundo relatório (PACS; JUSTIÇA AMBIENTAL, 2017). Após o prazo inicial para implantação do complexo na primeira Licença de Instalação terminar, se mostrou necessário emitir uma nova licença (LI IN 000771), cujo prazo, também de três anos, encerrou-se em setembro de 2012, chegando no tempo máximo de seis anos, que é o limite para essa fase de licenciamento ambiental (PACS; JUSTIÇA AMBIENTAL, 2017).

Em 2010, a então TKCSA solicitou ao INEA a liberação para procedimentos pré-operacionais em um dos seus altos fornos, tendo a autorização concedida. Logo no início das atividades, verificou-se o primeiro caso da famosa chuva de prata. À essa altura, diversos problemas já apareciam, tal qual, por exemplo, alterações na qualidade do ar, restrições de mobilidade no território e impossibilidade de realização de atividades tradicionais como a pesca. O próprio fato de acontecer a chuva de prata, que não havia sido prevista pelos relatórios da empresa, evidencia que o processo de licenciamento não transcorreu da forma que deveria, apresentando falhas graves.

A chuva de prata era consequência de uma emissão descontrolada de partículas no ar. O termo consiste em uma chuva de pó brilhoso emitido em decorrência da produção de aço (MOURA; RODRIGUES, 2018). Esse pó tomou o ar e invadiu as casas das pessoas. Segundo relatório,

na ocasião da primeira chuva de prata, o ferro-gusa produzido na fase de pré-operação do Alto-Forno #1 foi vertido nos poços de emergência, instalados em área aberta e sem controle, resultando na emissão de material particulado. Diversos relatos de moradores/as, inclusive colhidos pelo Inea, apontam que a emissão vinha ocorrendo diariamente, causando não apenas incômodos, mas também efeitos negativos sobre sua saúde, em especial, no que se refere a problemas respiratórios, oftalmológicos e dermatológicos. Em alguns casos, problemas de saúde anteriores foram acentuados significativamente a partir do início da operação do referido alto-forno em virtude do contato com a poeira emitida pela planta industrial. Em decorrência da mencionada emissão irregular, em novembro de 2010, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ofereceu denúncia (0019916-33.2010.8.19.0206) em face da TKCSA, seu representante legal e gestor técnico, pela prática do crime de poluição previsto no art. 54 da lei n. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2018, p.64)

No entanto, contrariando o posicionamento técnico do INEA naquele momento, o então governador Sérgio Cabral, que havia estado presente na inauguração das atividades da Companhia, como se mostrou no segundo capítulo, autorizou o início da operação do outro alto-forno, sob a justificativa de que o erro que causou os problemas da primeira chuva de prata já havia sido resolvido. Porém, as chuvas de prata persistiram, mostrando a impossibilidade da concessão de uma Licença de Operação para a CSA naquele momento, mesmo com a vontade política do Governador e seus aliados. Iniciou-se, então, processo de negociação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre o poder público estadual e a empresa. Assim, em março de 2012, foi assinada a primeira versão do acordo que perdurou, em suas múltiplas versões e adaptações, até 2016.

Analisando este processo, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul e a Justiça Global, no relatório (2017) aqui já apresentado, dizem que

é possível sustentar que a celebração do TAC teria tido a equivocada e ilegal pretensão de operar como instrumento substitutivo à obrigação de se submeter a um regular procedimento de licenciamento ambiental. Tanto o é que, em 2016, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou Ação Civil Pública (0243788- 19.2016.8.19.0001) se posicionando contrariamente à emissão de Licença de Operação para a TKCSA, sob o principal fundamento de que seriam necessários outros estudos técnicos mais detalhados a fim de apurar se as medidas empregadas foram suficientes para atender à legislação em vigor. (p.48-49)

No entanto, apesar de todos esses problemas no processo de licenciamento, o INEA, baseado na Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, decidiu emitir a Licença de Operação para o complexo siderúrgico. PACS e Justiça Ambiental (2017, p.49) salientam, entretanto, que “algumas obrigações que constavam do TAC acabaram sendo reinscridas nas condicionantes da licença emitida, como, por exemplo, a análise de risco ecológico, a necessidade de regularizar a captação de água e o lançamento de efluentes”, embora outras, como das obrigações relacionadas às questões de saúde, se perderam. Moura e Rodrigues (2018), baseadas em dados da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, apontaram a Companhia Siderúrgica do Atlântico como a responsável por elevar em 76% as emissões de

CO₂ na cidade do Rio de Janeiro. Baseadas num monitoramento feito em 2017 pelo projeto Vigilância Popular em Saúde, realizado em parceria com a Fiocruz, o Instituto PACS e a Rede Justiça nos Trilhos, as autoras apontam, ainda, que a concentração de poluição provocada pela siderúrgica ultrapassa as médias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para qualidade do ar, com o agravamento de doenças de pele, respiratórias e oftalmológicas a partir da chegada da empresa, embora a Secretaria Municipal de Saúde tenha concluído que não é possível estabelecer uma ligação direta entre a chegada da empresa e o aumento dos casos de enfermidades na população.

Entre vários estudos e relatórios, em 2011, Marcelo Firpo de Souza Porto, Marco Antonio Carneiro Menezes, Alexandre Pessoa Dias, André Campos Búrigo, todos pesquisadores da Fiocruz, da Escola Nacional de Saúde Pública e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, fizeram uma avaliação preliminar dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da CSA. Nesta avaliação de nove anos atrás, os pesquisadores destacaram que

todos os problemas relatados pela população local e as atividades desenvolvidas pelos técnicos da Fiocruz apontam para a gravidade dos problemas atuais e futuros, seja em função da poluição atmosférica, seja dos eventos agudos já ocorridos ou que poderão vir a ocorrer, ou ainda pela exposição aos outros riscos ambientais associados à presença da siderúrgica, em particular junto aos moradores de áreas próximas, aos agricultores locais e pescadores que sobrevivem da pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Por exemplo, a avaliação da poeira coletada por um morador da região em sua residência em setembro de 2010 e analisada pelo CESTE/ENSP/Fiocruz, é compatível com referências técnicas sobre as principais substâncias tóxicas presentes em emissões atmosféricas oriundas do processo siderúrgico, fato agravado nos dois eventos ocorridos em agosto/setembro e dezembro de 2010 na empresa. Além da presença de ferro, vários outros elementos químicos compõem o material particulado em questão, como cálcio, manganês, silício, enxofre, alumínio, magnésio, estanho, titânio, zinco e cádmio, dentre outras. É importante ressaltar que a suposta alegação da presença exclusiva de pó de grafite nos eventos em questão não se sustenta pela presença de outros componentes químicos. Além disso, a presença de particulados, inclusive de grafite, principalmente em função da concentração de particulados de menor granulometria (PM₁₀ ou PM_{2,5}), pode provocar vários problemas respiratórios, ou agravar os pré-existentes, principalmente nas populações mais vulneráveis, como crianças e idosos. Diversos estudos epidemiológicos nacionais e internacionais revelaram forte associação entre a exposição ambiental por material particulado e os índices de mortalidade infantil, casos de asma, bronquite crônica, infecções do trato respiratório, doenças do coração, derrames e câncer, dentre outras enfermidades. Os problemas podem ser ainda mais agravados quando da presença de outros poluentes na fuligem espalhada, pois o particulado mais fino poderá carrear, além de metais, substâncias orgânicas prejudiciais como hidrocarbonetos poliaromáticos, que afetam os diferentes sistemas do corpo humano. (BÚRIGO; DIAS; MENEZES; PORTO, 2011, p. 12)

No relatório do PACS e da Justiça Global (2017), está disponível o seguinte quadro, apresentado aqui como figura 48, que mostra os principais problemas da chuva de prata e suas consequências para a saúde da população:

Chuva de prata e problemas de saúde

Foram três os momentos críticos de episódios da chuva de prata. O primeiro aconteceu logo depois de a usina começou a produzir. Em agosto de 2010, moradoras e moradores dos arredores da avenida João XXIII foram surpreendidas/os pela precipitação de material particulado brilhoso sobre ruas e casas. No mês seguinte, uma missão formada pela Flocruz e instituições aliadas atestou queixas de dermatites, irritação de mucosas e problemas respiratórios diversos.

Já em dezembro do mesmo ano, o MPRJ apresentou denúncia à TKCSA por crimes ambientais, anexado a ela estavam alguns agravos à saúde levantados pelo órgão junto a moradoras e moradores: dermatites, irritação de mucosas e problemas respiratórios diversos. No natal do mesmo ano, mais um episódio crítico de chuva de prata ocorreu. Nesse contexto, moradoras e moradores foram atendidas/os na Flocruz e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Em outubro de 2012, houve mais um episódio de material particulado. Os três momentos resultaram em multas ao empreendimento, mas nenhum deles levou à indenização das pessoas atingidas. Antes o contrário, o discurso das pessoas que se queixaram foi desacreditado sistematicamente tanto pela empresa quanto pela Secretaria Estadual de Saúde (SEA), a qual chegou a realizar um grupo de estudo para averiguar as denúncias da comunidade vizinha à usina, confirmou as queixas mas suavizou a relação entre elas e os episódios da chuva de prata.

As principais queixas de saúde feitas de maneira recorrente pela população atingida pela chuva de prata a diversos atores do Estado e da sociedade civil organizada foram dermatites, irritação de mucosas e problemas respiratórios diversos

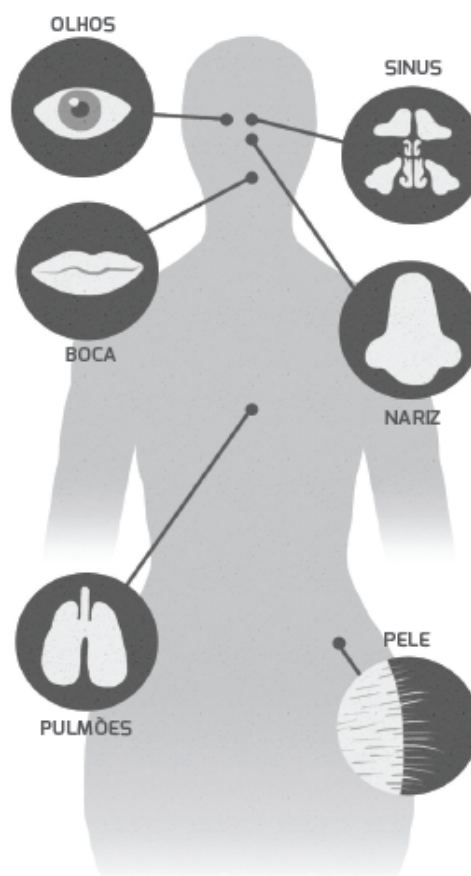


Figura 48: Chuva de Prata e problemas de saúde.
Fonte: PACS & Justiça Global, 2017.

Conforme evidencia matéria do site G1³⁴, devido a emissão desse “pó prata”, em agosto de 2010, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA multou a Companhia Siderúrgica do Atlântico em R\$ 1,8 milhão e em janeiro de 2011, a empresa voltou a ser multada também pelo pó de prata. Desta vez, o valor ficou em R\$ 2,8 milhões. Na época, a CSA também foi obrigada a pagar uma compensação indenizatória de R\$ 14 milhões, para ser aplicados em obras e assim evitar a poluição. Segundo a mesma matéria, em novembro de 2012 a empresa voltou a ser multada. Nessa terceira vez, precisando desembolsar R\$ 10,5 milhões, após o mesmo pó

³⁴ G1. *Após chuva de prata no Rio, CSA é multada em 10,5 milhões*. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/apos-chuva-de-prata-no-rio-csa-sera-multada-em-r-105-milhoes.html>>. Acesso em 26/06/2020.

prateado expelido pela própria fábrica cair sobre casas em Santa Cruz. No entanto, mesmo com a imposição de multas, condução de diversas medidas compensatórias de cunho coletivo, seguimento de ações penais, e celebração de termos de ajustamento de conduta, após o início das atividades nos dois altos-fornos, em nenhum outro momento a operação da siderúrgica foi paralisada por violações à legislação. Um fato importante a ser observado é que de 2012 até 2016, quando definitivamente foi emitida a Licença de Operação (IN036830) favorecendo a CSA, a empresa operou sem qualquer licença ambiental, tendo como único amparo legal os termos aditados de ajustamento de conduta que prolongou sua pré-operação enquanto medidas de controle, mitigação e compensação foram sendo implementadas (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p.68), como a própria construção do Colégio Erich Walter Heine, comentada na sessão anterior.

Vale ressaltar ainda que mesmo após a implementação dessas medidas compensatórias, para mitigar os impactos, moradores e moradoras do entorno do complexo siderúrgico continuaram sofrendo desdobramentos negativos do processo produtivo, principalmente no tange à poluição do ar em Santa Cruz, como afirma Margarete Reis, moradora do bairro, à matéria do *Le Monde Diplomatique* Brasil: “É um pó que, até hoje, em 2018, afeta as nossas vidas, as nossas casas, os animais e o meio ambiente. São coisas que vemos, sentimos e que fazem mal à nossa saúde diariamente” (MOURA; RODRIGUES, 2018). Segundo a mesma publicação, Margarete é uma das autoras daquelas 308 ações individuais que tramitavam na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra a CSA.



Figura 49: Na casa de Caram Nicolau Jorge, em Santa Cruz, fuligem se espalhou pela piscina. Fonte: Márcia Foletto – O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/casas-de-santa-cruz-sao-atingidas-por-fuligem-moradores-acusam-csa-de-poluicao-2905241>>. Acesso em 26/06/2020



Figura 50: Pó prateado é mostrado por morador de Santa Cruz.
Fonte: PACS. Disponível em: < <http://pacs.org.br/>>. Acesso em 26/06/2020.

Todos esses impactos, denúncias, imbróglis e disputas são consequências de um embate entre lógicas econômicas completamente diferentes, com base técnica e escalas geográfica distintas, assim como do caso do cerceamento à pesca comentada no capítulo anterior, no qual viu-se que desde as primeiras obras de dragagem, era possível perceber percas para a pesca artesanal, tradição antiga da região. O que Milton Santos (1996) chama de tensão entre ações hegemônicas e ações não hegemônicas, acontece no caso, por exemplo, da construção de uma barragem no canal de São Francisco que inviabilizou a pesca. Como contraproposta da empresa, neste caso isolado, foi instalada uma espécie de guincho para fazer o traslado das embarcações no trecho da barragem. Sendo assim, se o pescador quisesse ultrapassar a barragem, precisaria interagir com representantes da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz – AEDIN, na qual a CSA é um dos principais membros, que, por sua vez, passou a controlar o fluxo de embarcações na região (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017), o que é uma abrupta imposição e não deixa de cercear a prática do pescado local.

Ressalta-se que uma publicação³⁵ encontrada no site do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, informa que a AEDIN, em acordo na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2017, garantiu o pagamento de R\$10 mil a cada um dos 102 pescadores artesanais de Santa Cruz atingidos pela construção da barragem. PACS ainda salienta que a associação havia contratado uma empresa de consultoria ambiental e identificou 57 pescadores afetados com a barragem, mas a Defensoria, reunindo provas, conseguiu que as empresas reconhecessem pelo menos 102 pescadores atingidos pela barragem. Em decisão de dezembro de 2016, da 15ª Vara da Fazenda Pública, a justiça já havia determinado pagamento de pensão aos pescadores no valor de um salário mínimo mensal e a realização de perícia na

³⁵ PACS. Empresas assinam acordo de reparação com pescadores: dívida social e ambiental persiste em Santa Cruz. 2017. Disponível em: <<http://pacs.org.br/2017/09/06/empresas-assinam-acordo-de-reparacao-com-pescadores-divida-social-e-ambiental-persiste-em-santa-cruz/>>. Acesso em 26/06/2020.

obra da soleira submersa construída no Canal, para averiguar os danos produzidos a partir da instalação da barragem.

Na mesma publicação do PACS, há um relato do pescador Jaci Nascimento sobre a indenização de 10 mil reais. Para ele, não cobre os prejuízos causado por mais de dois anos convivendo com a barragem e por danos a veículos e objetos de pesca. “*Se considerar só o tempo que eu fiquei parado, não cobre. Vamos receber, mas não estamos satisfeitos com essa migalha*”, ressalta o pescador local em entrevista para matéria do PACS. Ainda segundo Jaci, os níveis atuais de poluição em Santa Cruz têm afastado os peixes: “*A poluição que cai traz um cheiro de enxofre queimado e o peixe adulto não entra em água poluída*”, explica. Fato é que era a primeira vez que as empresas de Santa Cruz foram responsabilizadas por algum impacto ambiental que afeta a vida das pessoas, disse o PACS no texto.



Figura 51: Pescador próximo à CSA, em Santa Cruz, após anúncio de indenizações. Fonte: PACS. Disponível em: < <http://pacs.org.br/2017/09/06/empresas-assinam-acordo-de-reparacao-com-pescadores-divida-social-e-ambiental-persiste-em-santa-cruz/>>. Acesso em 26/06/2020.

Conforme já relatado, a CSA foi adquirida pela Ternium, por €1,56 bilhões, aproximadamente R\$5 bilhões, que equivale a apenas um terço de seu custo. Fundada em 1961, a Ternium é uma empresa familiar controlada pelo empresário argentino Paolo Rocca, detentor de 70% das ações. Quintella e Strautman (2017)³⁶ apontam que apesar de sua origem argentina, a empresa possui sede tributária e comercial em Luxemburgo. Segundo os mesmos autores, em 2016, a Ternium obteve um lucro de US\$ 707 milhões, aumentando em quase 11 vezes os US\$ 60 milhões obtidos em 2015. É uma das principais produtoras de aço da América Latina,

³⁶ QUINTELA, Sandra; STRAUTMAN, Gabriel. A Ternium vai pagar a dívida financeira e social da CSA? . PACS, 2017. Disponível em: < <http://pacs.org.br/2017/08/25/a-ternium-vai-pagar-a-divida-financieira-e-social-da-csa/>>. Acesso em 26/06/2020.

atuando no México, Argentina, Colômbia e Guatemala. Nesses países, inclusive, acumula uma série de conflitos socioambientais.

Desde que efetuou a compra e assumiu a Companhia Siderúrgica do Atlântico, com todo seu potencial produtivo, mas também com toda a imagem negativa que foi sendo construída desde o início das obras, a Ternium intensificou investimentos em propagandas para tentar desvencilhar o complexo siderúrgico-portuário dos danos causados para a região e sua população. Numa prática de *marketing* muito semelhante ao que a Thyssen Krupp já vinha adotando, a Ternium anuncia programas de responsabilidade social, com aulas de balé, curso pré-vestibular, escolinha de futebol, entre outras atividades voltadas para crianças e adolescentes. Além disso, um pequeno jornal impresso, chamado *Alô, Comunidade*, é amplamente distribuído em casas de todo o bairro Santa Cruz. Os financiamentos de reformas em hospital, posto de saúde e construção do Colégio Erich são exaustivamente propagandeados pela companhia, não como medidas compensatórias pelos grandes danos causados pela siderurgia, mas como se a empresa fizesse tais investimentos pelo bem da população, única e exclusivamente. Inclusive, PACS e Justiça Global (2017) observam que nos discursos das relações públicas da empresa, desde a época da Thyssen Krupp, é recorrente o argumento de que a companhia faz mais pelo bairro que as diversas esferas do Estado brasileiro.

Percebe-se, portanto, um esforço da Ternium Brasil em criar uma nova imagem da Companhia, responsável social e ambientalmente. No site da empresa, que é um portal de comunicação oficial, no *link* sobre desenvolvimento sustentável já apresentado aqui, há informações e propagandas específicas, com abas sobre sustentabilidade, meio ambiente, desenvolvimento social, eficiência energética, entre outros. Ad figuras 52,53, 54 e 55, que são *prints* destas abas, permitem observar isto.



Figura 52: Aba “Sustentabilidade”, no site da Ternium.

Fonte: *Print-screen* do autor (2020), através do link <<https://br.ternium.com/>>



Figura 53: Aba “Desenvolvimento Social”, no site da Ternium.
 Fonte: *Print-screen* do autor (2020), através do link <<https://br.ternium.com/>>



Figura 54: Aba “Meio Ambiente”, no site da Ternium.
 Fonte: *Print-screen* do autor (2020), através do link <<https://br.ternium.com/>>



Figura 55: Aba “Eficiência Energética”, no site da Ternium.

Fonte: *Print-screen* do autor (2020), através do link <<https://br.ternium.com/>>

Na aba sobre desenvolvimento social, a empresa destaca que, para ela, o crescimento da indústria deve ser sempre acompanhado pelo desenvolvimento da comunidade e por isso desenvolvem trabalhos de responsabilidade socioambiental baseado em três pilares que contribuem para a sintonia dessa evolução: comprometimento com os vizinhos, transformação social e econômica da região onde atuam e cuidado e respeito com o meio ambiente. Na aba sobre sustentabilidade, enfatiza que a proteção ambiental é um valor primordial para a Companhia. Na parte de meio ambiente, fala em sustentabilidade como DNA da Ternium e na Eficiência Energética usa o termo “menor impacto ambiental”.

Colocar o discurso sustentável e a prática real da empresa em confronto, evoca duas questões que são caras a esta pesquisa: a empresa se colocando como promotora do bem estar da população, com a racionalidade técnica em que ela pertence sendo a redentora e dando fim aos problemas sociais cotidianos em que o bairro é exposto há décadas; a própria questão do desenvolvimento sustentável usado pelas empresas para se autopromoverem, sem, necessariamente, um real compromisso com a fundação de um novo sistema econômico hegemônico que interaja positivamente e respeitosamente com o meio ambiente, com as populações e com o futuro da humanidade, respeitando práticas tradicionais nos territórios.

Conforme dito anteriormente, para Milton Santos (1996), a racionalidade técnica usada num discurso de redenção, de vital importância para efetuar atividades industriais em locais variados, se torna presente em todos os lugares onde a modernidade se instala com todo seu aparato técnico. E aí lembra-se dos discursos durante a inauguração da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz – de todas as esferas do Estado brasileiro e dos empresários envolvidos, e dos próprios discursos encontrados atualmente no site da empresa. A chegada do conglomerado siderúrgico foi e é legitimada através de falas que evocavam desenvolvimento econômico, social, sustentável, renda, emprego, entre outras benéficas sociais aos moradores de Santa Cruz. Como se a empresa implantasse um paraíso no meio do deserto, através da

imposição técnico-científico-informacional. Sobre a questão da sustentabilidade ambiental, lembrando do que foi abordado por Porto-Gonçalves (1992) e Oliveira (2019), o que se vê são empresas altamente poluidoras desenvolverem projetos de preservação de florestas, apoiando entidades ambientalistas, incentivando educação ambiental nas escolas e se dizendo sustentáveis, com um discurso bonito, mas tudo não passando de puro marketing, para se colocar melhor no mercado, porque, na prática, conflitos com populações locais e impactos ambientais fazem parte do cotidiano. O caso da Ternium evidencia tal percepção.

3.4. Pilares crivados pelo lucro a qualquer custo

Ao fazer este mergulho nos acontecimentos que marcaram a instalação e o licenciamento da empresa neste cenário de novo desenvolvimentismo brasileiro, vislumbrou-se problemas socioambientais acarretados pela presença do megaempreendimento siderúrgico no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, mais especificamente no eixo Santa Cruz-Itaguaí. Foi possível pensar e perceber a mudança da vida local e algumas consequências para o bairro-região com a atuação territorial da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

No que tange às características de fortalecimento do sistema de participação popular e a consolidação de uma democracia cada vez mais forte, viu-se que os responsáveis pelo empreendimento impuseram, através de poderes e interesses estritamente econômicos, seu projeto, em detrimento de grupos contrários à sua presença. Foi possível perceber um Estado desfigurado, colonizado por interesses privados e incapaz de promover políticas públicas eficientes para todos. Não houve, no caso da chegada da CSA em Santa Cruz, um rompimento com o círculo vicioso de privatização do Estado – como identificara Mercadante (2010) ser um pilar importante da construção de um outro país a partir do seu novo desenvolvimentismo. Os modos de vidas e interesses dos moradores locais foram crivados por grandes empresas internacionais e nacionais, longe de trâmites realmente democráticos, em decisões tomadas por relações quase que exclusivas entre grupos de empresários e representantes estatais pouco preocupados com o bem-estar da população mais vulnerável e impactadas pela atuação siderúrgica.

No debate sobre a “sociedade do conhecimento” e sua materialidade em Santa Cruz, além de apontar outra percepção do termo, salientou-se que a empresa, como medida compensatória por seus danos ambientais, foi obrigada a construir e manter uma escola que ganhou o selo de “colégio sustentável”, mas que é uma exceção, um ponto fora da curva, dentro do sistema de ensino público do Rio de Janeiro. A escola é fruto de uma política isolada e a população local, que deveria ter amplo acesso a ensino de qualidade, precisa passar horas em filas exaustivas para garantir uma vaga. A realidade do sistema educacional no bairro e em todo o Rio de Janeiro, principalmente na Zona Oeste da cidade, é precário e não apresentou melhoras significativas durante o período do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Com as reflexões sobre a questão ambiental envolvida, através do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras, da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável e as práticas da empresa, percebeu-se incongruências no modelo de desenvolvimento adotado. A partir da contribuição de Oliveira (2020), salienta-se ainda que a instalação de uma siderurgia integrada, como a CSA em Santa Cruz, *é algo impensável nos centros do mundo, mas totalmente plausível nas periferias*, inclusive na borda metropolitana fluminense, como se viu aqui. Os problemas ambientais em áreas como o eixo Santa Cruz-Itaguaí, que foram transformadas em verdadeiras

zonas de sacrifício (OLIVEIRA, 2020) ao longo de décadas de crescente industrialização, foram impulsionados mesmo sob o prisma das preocupações ambientais do novo desenvolvimentismo brasileiro.

As contradições que emergiram no processo de instalação e de atuação da CSA, expostas neste capítulo, conversam com a percepção que este modelo de desenvolvimento vetorizado no crescimento econômico e no fortalecimento de empresas como a Ternium está em constante conflito com populações locais e seus modos de vida, bem distantes do processo democrático de maior participação popular, do bem estar social-econômico, do melhoramento de índices educacionais e do equilíbrio com o ambiente natural. Estes, que são pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontado por Mercadante (2010), apareceram no projeto mais como álibi que como realidade, para maioria da população impactada pela atuação da empresa e por todo este megaprojeto. Foram pilares importantes crivados, colocados de lado, pela busca desenfreada do lucro, da empresa, e do crescimento econômico, sendo estes os objetivos a serem alcançados pelos responsáveis por este conglomerado siderúrgico-portuário instalado no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.

CONCLUSÕES

Estes capítulos foram propostos na tentativa de compreender a atuação da Companhia Siderúrgica do Atlântico e suas implicações em Santa Cruz. Tal exercício profundamente geográfico foi metodologicamente pensado e estruturado a partir da interpretação do novo desenvolvimentismo brasileiro, apontado por Mercadante (2010), como uma proposição de nova esperança na construção do desenvolvimento no espaço estudado. Essa forma conciliatória de promoção de um novo modelo de desenvolvimento criando esperanças de melhorias sociais a partir do apoio governamental a grandes investimentos industriais privados foi, decerto, o cerne de nossa investigação.

O primeiro capítulo se voltou em analisar a consolidação de Santa Cruz em meio técnico e seu processo de industrialização; o segundo em desvendar o processo de chegada da siderúrgica em Santa Cruz e a consolidação do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense; o último em compreender os impactos sociais e ambientais causados pela Ternium CSA, analisando contradições e limites nas políticas do novo desenvolvimentismo.

Santa Cruz, viu-se, é um bairro carioca, localizado numa região estratégica, banhado pela Baía de Sepetiba, que esteve sempre ligado às questões nacionais, desde o início da colonização. Os jesuítas fizeram da região uma fazenda importante durante o Brasil Colônia e para que suas atividades econômicas – mesmo que com trabalhos rudimentares –, fossem vantajosas, foram necessárias grandes obras na região, porque havia um enorme volume de enchentes que atrapalhava no êxito de atividades ligadas à agropecuária. No período de administração dos padres da Companhia de Jesus, se fez um esboço de presença técnica, com ritmos e regras dos seres humanos se sobrepondo à natureza e suas leis.

A primeira grande transformação depois da saída dos jesuítas, que proporcionou mudanças acentuadas na configuração espacial na antiga Fazenda Santa Cruz, foi acontecer somente na segunda metade do Século XIX. O evento que caracterizou essa transformação foi a construção da estrada de ferro, que passou a ligar Santa Cruz ao hoje centro da cidade do Rio de Janeiro, marcando o início da mecanização do espaço na região, com a grande máquina a vapor comprimindo o espaço-tempo. Percebeu-se o início de uma transição de técnicas rudimentares por técnicas mecanizadas. Era a emergência de uma nova relação com o território.

No entanto, mudanças acentuadas foram acontecer, novamente, somente a partir de Vargas, com o início de políticas desenvolvimentistas no cenário nacional, quando houve obras de saneamento e instalação da base do gigantesco dirigível com rota entre Berlim e Rio de Janeiro. Havia uma emergente mecanização do espaço no Brasil e a introdução de objetos e sistemas que provocaram mudanças inclusive no cotidiano da população, não somente no universo produtivo. Com o hangar, energia elétrica, toda uma estrutura de saneamento, estrada de ferro e diversos aparatos técnicos incorporados em Santa Cruz no final do século XIX e na metade do XX, que favoreceram algumas atividades econômicas, além de planejamento da ocupação humana se tornando comum, o território do bairro se converteu num campo de ações embutidas de racionalidade e artificialidade, que aconteciam naquele contexto nacional de políticas desenvolvimentistas emergentes.

O primeiro capítulo, entre outras questões, destaca, usando Furtado (2000), que o progresso técnico viabiliza a acumulação capitalista e, portanto, por trás destes, enfileiram-se complexas modificações sociais, numa sociedade fortemente inigualitária, cuja a lógica deve-se tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento. Mostrou-se que este conceito é utilizado em dois sentidos diferentes: o da acumulação capitalista acoplado

ao progresso das técnicas, em que se eleva a produtividade do conjunto da força de trabalho; e o com o grau de satisfação das necessidades humanas, no qual se considera alimentação, vestuário, habitação e expectativa de vida de uma população. No entanto, a concepção de desenvolvimento não é alheia à estrutura social, o que aponta que a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação não são concebíveis sem uma adequação ideológica (FURTADO, 2000).

O desenvolvimento, entretanto, que se tornou ideologia dominante no Brasil, assumiu a caracterização clássica de uma utopia, um consenso universal a ser alcançado, que está no horizonte, gozando, no futuro, do mais elevado grau de felicidade. Ele precisa de planejamento e muita ação, o que não vai acontecer sozinho. Só através da racionalidade do espaço, com o Estado, isto poderia ser completamente alcançado. Esta percepção dominou o país no Século XX e Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950, lançou o programa que visava alavancar o país “50 anos em 5 anos de mandato”, transformando o Brasil, com o desenvolvimentismo sendo o pilar do projeto.

As políticas desenvolvimentistas, no entanto, não se limitaram ao período marcado por Getúlio e Juscelino (FONSECA, 2004). Mesmo com o rompimento político de 1964 elas continuaram sendo os pilares dos governos brasileiros no decorrer das primeiras décadas da segunda metade do século XX, graças a existência, na época, de um ciclo econômico expansivo internacional. A instalação e consolidação do Distrito Industrial de Santa Cruz se deu sob esse avanço do desenvolvimentismo dos governos militares e superposição da dinâmica globalizadora sentida progressivamente a partir dos anos de 1970. Havia um cenário de mudanças internas no Brasil engendradas por transformações na organização do trabalho advindas desde o desenvolvimentismo nacional do Vargas, que continuavam a todo vapor.

Em 1967 o governo do estado da Guanabara decidiu implantar o distrito industrial em Santa Cruz e por mais que o território tenha passado por variadas transformações desde os tempos dos Padres da Companhia de Jesus, para que o Distrito Industrial entrasse em funcionamento pleno, necessitou-se da implantação de uma ainda mais significativa infraestrutura, porque, hegemonicamente, a região até então tinha uso agrícola.

Já na década de 1970, para atender esse complexo industrial que nascia na região de Santa Cruz, iniciou-se também as obras de criação do Porto de Sepetiba, que era outra faceta desses investimentos em infraestrutura, se tornando uma importante prótese no território, para as dinâmicas da acumulação de capital. A Baía de Sepetiba se consolidou como um elo do território local com um mercado crescentemente globalizado. Neste cenário, a década de 1970 foi caracterizada por uma expansão industrial em toda a região, tendo como epicentro geográfico o eixo Santa Cruz – Itaguaí, onde se localizou a zona industrial e o porto. Porto este que não foi pensado pelo poder público para o território local, mas sim como elemento prático de um projeto pensado nacionalmente, com o objetivo de expandir competências do Brasil num cenário de globalização ascendente.

Notou-se que o território de Santa Cruz, ao longo do século XX, foi sendo preparado para fazer parte de uma lógica de produção que se consolidou com a implantação do distrito industrial e a criação do porto na Baía de Sepetiba. O bairro está localizado numa região altamente estratégica, que, por tal, passou a fazer parte de uma rede econômica com divisões territoriais e fluxos globais intensos. A década de 1970 foi um período de ajustes espaciais e temporais no capitalismo, com expansão de um mercado que, neste período técnico-científico-informacional, tornou-se progressivamente global. Santa Cruz, se inserindo nestas lógicas, ganhou novos conteúdos, devido a seus novos ritmos de produção, circulação de pessoas, produtos e riquezas, que só foram possíveis através dessas redes técnicas embutidas no

território. O desenvolvimentismo iniciado em Vargas trouxe para Santa Cruz, no decorrer das décadas, até o final do Século XX, uma racionalidade que proporcionou ao território uma funcionalidade, com presença de infraestrutura que representou uma fluidez neste contexto da globalização intensificada com as políticas neoliberais dos anos de 1990.

Já no início do Século XXI, num cenário político-econômico-social nacional marcado por características do novo desenvolvimentismo brasileiro, sob idealização e prática dos governos do Partido dos Trabalhadores, segundo os mesmos, com singularidades e peculiaridades históricas, o Estado brasileiro e empresas nacionais e internacionais construíram um polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos neste eixo Santa Cruz – Itaguaí, doravante, no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, com a Companhia Siderúrgica do Atlântico sendo um dos investimentos mais importantes do projeto.

Neste contexto interno brasileiro, caracterizado por este novo desenvolvimentismo se colocando a romper gradualmente com o neoliberalismo dos anos de 1990, coube ao Estado financiar diretamente, via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conceder isenções fiscais e oferecer infraestrutura necessária, como energia elétrica subsidiada, abertura de estrada e construção de portos, favorecendo o empresariado e os fluxos globais. O BNDES, portanto, ganhou destaque neste modelo de desenvolvimento, passando a atuar como a principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil. No caso da Ternium – CSA, Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018) informaram que quando somados o financiamento do banco com os valores relativos a todas as isenções fiscais, de todas as esferas do Estado brasileiro, totalizaram cerca de R\$5 bilhões de recursos públicos investidos na siderúrgica.

Em 2010 a siderurgia foi inaugurada numa cerimônia com presenças ilustres do CEO da ThyssenKrupp, do presidente da República, do governador do Rio de Janeiro, do prefeito do Rio de Janeiro, do presidente da Vale, entre outros membros do executivo e do legislativo nacional, estadual e municipal. As falas das autoridades, mesmo que indiretamente, evocaram a percepção de que os limites fronteiriços das nações não interrompem o fluxo de grandes quantidades de capital e que Estados e companhias atuam de maneira conjunta e incisiva na busca por oportunidades de investimento, no contexto do que Santos (1996) chama de *guerra dos lugares*.

O conglomerado industrial-siderúrgico-portuário instalado em Santa Cruz possui usina siderúrgica integrada; usina termoeletrica e um porto, com dois terminas (PACS, 2012). Esses objetos instalados no território, pela CSA, fazem parte de um grupo de objetos criados com a intenção mercadológica, impulsionados por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado à mais-valia mundial. A CSA instalou equipamentos nas calhas dos rios, para aumentar a circulação de grandes embarcações, mas os trabalhadores que atuavam com pesca artesanal na Baía de Sepetiba tiveram suas atividades impedidas ou dificultadas. Emergia ali um conflito que envolveu diferentes sistemas técnicos e diferentes relações com os rios e com a baía. O relatório do PACS (2012) apontou que os terminais portuários e a grande movimentação em torno deles criaram zonas de exclusão de pesca, com o terminal avançando 4 km mar adentro, impedindo que os mastros dos barcos dos pescadores passem por debaixo da ponte.

A presença de portos e as redes ferroviárias trazem um embate de lógicas econômicas distintas, baseadas em sistemas técnicos distintos, com as atividades siderúrgicas impondo normas às atividades pesqueiras, antes característica tradicional da região da Baía de Sepetiba. Ações racionais, movida por atores hegemônicos globais e por uma racionalidade técnica, produzem um cotidiano mecanizado e espantam as variadas formas de espontaneidade

presentes nos territórios. Os interesses de firmas que atuam globalmente, aliás, às vezes ficam camuflados por propagandas que destacam uma mentirosa preocupação com o bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades. Na cerimônia de inauguração da CSA, em Santa Cruz, essa percepção ficou evidente: as atividades da siderúrgica foram legitimadas por discursos dos empresários e dos representantes do Estado brasileiro que destacavam um futuro de desenvolvimento econômico, social, sustentável, renda, emprego, entre outras benéficas sociais que trariam um oásis a um lugar sem vida, desprovido da funcionalidade prática do mundo organizado a partir da tecnociência.

Ao final do segundo capítulo, portanto, fica claro que se tratava de uma siderúrgica com altíssimo potencial produtivo no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, que é uma região estratégica de um país que estava apostando, no momento da implantação da companhia, num novo desenvolvimentismo caracterizado, pelos seus idealizadores, por ruptura paradigmática com a agenda neoliberal, fortes investimentos sociais, fortalecimento do estado democrático de direito, inserção internacional soberana, advento da descoberta das reservas do pré-sal, amplo investimento em educação e ciência e liderança no desenvolvimento sustentável. Era, no entanto, um modelo desenvolvimentista que, embora preocupado com questões sociais, carregava contradições e paradigmas do capitalismo contemporâneo.

A partir de interpretação de indicadores, da reflexão sobre a questão ambiental, do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras e da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável, tornou-se possível pensar a mudança da vida local e as consequências da atuação territorial da CSA. Assim, o terceiro capítulo contribuiu para a compreensão das contradições que emergiram mesmo ainda no processo de instalação da CSA no bairro e a atuação dos movimentos sociais contrários ao grande empreendimento, averiguando se pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontados por Mercadante (2010) e destacados aqui, como democracia, sociedade do conhecimento e desenvolvimento sustentável, estiveram presentes de fato neste processo ou se somente os pesados investimentos no modelo industrial-portuário, e toda sua infraestrutura necessária, fizeram parte do projeto real.

No subcapítulo que trata do suposto fortalecimento do estado democrático de direito, constatou-se que a chegada da CSA, entendida aqui como símbolo de um período marcado por retomada de investimento do Estado e de grandes empresas no território nacional, com obras monumentais, mostrou que o tal aperfeiçoamento das instituições democráticas, apontado por Mercadante (2010) como elemento chave da construção de um novo desenvolvimentismo, não se concretizou no projeto que se deu no eixo Santa Cruz-Itaguaí. Os responsáveis pelo empreendimento fizeram o projeto andar, a partir de seus poderes e interesses voltados para o lucro, em detrimento dos movimentos sociais locais-regionais, pescadores e grupos contrários à presença do megaempreendimento siderúrgico-portuário.

No bairro em que vive quase 6% da população carioca, com uma parcela significativa ligada às atividades do setor de serviços urbanos, além da pesca, da agricultura e da criação de animais, os modos de vidas e os interesses locais foram crivados pelo empresariado internacional e nacional, com pouco espaço para trâmites realmente democráticos, em decisões tomadas por relações entre grupos de empresários e representantes do Estado, nas suas diferentes alçadas, sendo contrário ao que Mercadante (2010) apontava ser imprescindível para consolidação do novo desenvolvimentismo brasileiro. Tudo ocorreu sob um Estado “privatizado” e fragilizado em sua função republicana de promover a representação dos interesses da sociedade e a cidadania plena de toda a população. Como salientou Mercadante (2010), um Estado colonizado por interesses privados é incapaz de promover políticas públicas

eficientes, o que, por sua vez, reforça o caráter de fragilização frente às forças do “mercado”, que no caso foi identificado na forma de uma empresa siderúrgica com atuação global.

Em seguida, percebeu-se que a discussão sobre a sociedade do conhecimento, que é um conceito com algumas nuances, para tratar de maiores investimentos em educação, ciência e tecnologia, por Mercadante (2010), era contraditório em si, mas que, em qualquer projeto de país que se pretenda desenvolvimentista, torna-se impossível que não se projete uma reestruturação das bases educacionais, no intuito de colocar o país em condições de competir internacionalmente com as potências globais, usando educação, ciência e tecnologia como aliados indispensáveis. Em outras palavras, não haveria novo desenvolvimentismo brasileiro sem educação de qualidade e investimento em ciência e tecnologia avançada para superar o quadro dicotômico de desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Para o autor, a necessária universalização da educação de qualidade, com a tecnologia sendo aliada, poderia ampliar consideravelmente as oportunidades nos setores excluídos historicamente do processo e, dessa forma, intensificar e ampliar as mecânicas distributivas do novo desenvolvimentismo no Brasil. No entanto, em Santa Cruz, o que se percebeu foi uma contradição: o bairro que recebia pesados investimentos em infraestrutura para atender às demandas de grandes empresas, como a própria Companhia Siderúrgica do Atlântico, vindas no contexto do novo desenvolvimentismo, possuía índices de analfabetismo elevados e evasões escolares altíssimas, num sistema educacional precário.

A produção anual da planta siderúrgica da CSA, em 2014, chegava a 4,1 milhões de toneladas de placas de aço, que significaram aproximadamente 62% da produção nacional deste produto siderúrgico naquele ano. Uma produção de tal magnitude, ligada ao comércio global, acontecia, por exemplo, no mesmo território onde uma parcela significativa da população acima de 15 anos era analfabeta. Estas informações trouxeram à tona que em Santa Cruz, o novo desenvolvimentismo se deu sob os investimentos do BNDES e isenções fiscais para a instalação de megaprojetos industriais e que a universalização do ensino de qualidade, apontada por Mercadante (2010), era só mais uma parte da nova era desenvolvimentista que estava muito distante de se confirmar no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.

As ações da Companhia Siderúrgica do Atlântico, aliás, geraram conflitos socioambientais, fazendo com que a empresa tenha sido obrigada, como medida compensatória pelos seus danos ambientais, a construir uma escola de excelência no bairro Santa Cruz. A partir somente desta obrigação, foi construída a primeira escola sustentável da América Latina, o Colégio Estadual Erich Walter Heine, com a inauguração ocorrendo em 2011, numa parceria com o estado e a cidade do Rio de Janeiro. Como visto, a escola é excelente, mas ponto fora da curva no meio do caos que é o sistema público de educação no Rio de Janeiro. O colégio se apresenta como uma espécie de protótipo do novo desenvolvimentismo apresentado por Mercadante (2010), no entanto se trata de um caso isolado e foi construída apenas depois de sérios problemas socioambientais causados pela empresa, com a justiça a obrigando a desenvolver medidas compensatórias para atender as populações impactadas. A necessária universalização da educação de qualidade, com a tecnologia sendo aliada, não conseguiu se instaurar em Santa Cruz em sua amplitude, onde se percebeu megaprojetos industriais se consolidando de forma acachapante.

No que tange às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável, um fato fica evidente: vive-se numa crise ambiental sem precedentes e grupos políticos e empresas tentam lucrar ainda mais fazendo uso de um certo marketing verde. Cria-se espaços para empresas altamente poluidoras desenvolverem preservação de florestas, apoiando entidades ambientalistas, incentivando educação ambiental nas escolas e se dizendo sustentável. No

entanto, qualquer projeto de país e ou sociedade que se coloque como novo, depois do auge das tensões e discussões ambientais que se construíram na segunda metade do século XX, precisa evidenciar tais preocupações ambientais, mesmo que, no fim, sejam álbis ou campos para empresas melhorarem suas imagens no mercado.

Com o novo desenvolvimentismo brasileiro e a Ternium não foi diferente. Um projeto de país desenvolvido no Brasil no início do Século XXI se apresentou com tais ambições de proteção ambiental, mas na prática foi escada e investimento para empresas como a Companhia Siderúrgica do Atlântico produzir diversos problemas socioambientais e no final fazer propaganda de sustentabilidade, mesmo com denúncias de violação, problemas com irregularidades no licenciamento, poluição do ar e das águas e conflitos com moradores locais. A presença da CSA em Santa Cruz é marcada por conflitos socioambientais, num embate de modelos de vida, com formas de apropriação do território diferentes, com distintos grupos técnicos (SANTOS, 1996), mostrando que o desenvolvimento sustentável e a conexão com a comunidade não passam de propaganda. As 308 ações que tramitavam, em 2018, na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra a siderúrgica, sendo a grande maioria por danos morais e materiais decorrentes da emissão do pó prateado, do alagamento de casas por conta da cheia do Canal do São Fernando e impacto da linha férrea que transporta o minério na estrutura das casas, evidenciam que o contraste e os conflitos saltam aos olhos.

Como bem destacou Oliveira (2020), o avanço de práticas ditas sustentáveis no universo produtivo não impediu que áreas como a borda metropolitana do Rio de Janeiro se transformassem em áreas de ampla contaminação ambiental e impacto sob os modos de vidas locais. A poluição da Ternium CSA e os impactos na costa de um complexo portuário de grande porte, consolidaram tanto a Baía quanto a Baixada de Sepetiba em verdadeiros paraísos de poluição, zona de sacrifício e área de injustiças ambientais. Todos os impactos, denúncias, imbróglis e disputas são frutos de um embate entre lógicas com base técnica e escalas geográfica distintas, assim como do caso do cerceamento à pesca, no qual viu-se que desde as primeiras obras de dragagem, era possível perceber perdas para a pesca artesanal. O que Milton Santos (1996) chama de tensão entre ações hegemônicas e ações não hegemônicas acontece amplamente na Baía de Sepetiba, justamente porque os projetos pensados para a região não foram idealizados por moradores locais, que usam o território tradicionalmente há décadas, mas por empresários e políticos em escalas nacionais e globais.

Chagas (2020), ao fazer, por exemplo, uma análise sobre Itaguaí como um polo metropolitano de desenvolvimento produtivo-logístico, salienta que interesses estratégicos do Estado geraram consequências e marcas no território, tendo em vista as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais produzidas no âmbito de todos esses investimentos pesados do Estado no eixo Santa Cruz-Itaguaí. Para o autor, essas configurações recentes – que percebemos aqui estarem atreladas ao novo desenvolvimentismo brasileiro apontado por Mercadante (2010), refletiram mais um retrato de como a ocupação de áreas como as bordas metropolitanas do Rio de Janeiro, em todo Brasil, foram submetidas a um plano de desenvolvimento esquematizado por políticas pensadas a nível nacional, aqui percebidas, inclusive, sob interesses e vantagens de atores globais que mantiveram um crescimento econômico exponencial.

Tais considerações alcançadas nos leva a perceber que experiências como a da Ternium CSA em Santa Cruz, uma das consequências de fortes investimentos do Estado, no contexto desenvolvimentista recente, apostando no crescimento a qualquer custo, ampliou o fortalecimento de empresas internacionais em detrimento do bem estar da população e da harmonia com culturas tradicionais e suas relações com a natureza. Dessa forma, vem à luz as

contribuições de Santos (1996) sobre o que ele chama de *território nacional da economia internacional*.

Com vastos investimentos do empresariado nacional, internacional e estatal, implementou-se redes técnicas nos territórios do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, que os conectaram ainda mais com estruturas, práticas e funcionamentos globais de geração de lucro/acumulação. Neste contexto, nada foi levado em conta, nem pilares importantes de um projeto nacional de desenvolvimento baseado na melhoria das condições de vida da população, *exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrassem os elementos capazes de permiti-lo* (SANTOS, 1996). Criva-se pilares, mas as atividades de empresas como a Ternium, que continuam em atividade, são garantidas, mesmo sob contradições, denúncias, poluição, doenças, ataques e ampliação de conflitos com pescadores, moradores e modos de vidas locais.

Assim, essa análise da atuação da Companhia Siderúrgica do Atlântico na região de Santa Cruz, no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, revela um pouco das contradições do novo desenvolvimentismo brasileiro, ao prometerem desenvolvimento social, econômico, educacional, avanços na democracia, preocupações socioambientais, inclusive com presença do presidente da República símbolo do projeto nacional neodesenvolvimentista presente na inauguração das atividades da empresa, com um discurso inflamado e otimista; e entregarem conflitos entre os empresários e os moradores, violações no tramete do licenciamento ambiental, complicações de saúde, alagamentos de casas, perseguições e poluição atmosférica, além de um sistema educacional excludente e tantos outros problemas vividos na borda metropolitana do Rio de Janeiro advindos das atividades industriais impulsionadas durante a ascensão de práticas do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Ressalta-se, entretanto, que não se está colocando em julgamento os governos Lula-Dima (2003-2016) e tão pouco o plano de ação do Partido dos Trabalhadores. O esforço foi de analisar, a partir de elementos e conceitos da Geografia, os movimentos territoriais do capitalismo contemporâneo nas periferias de um país periférico como o Brasil. A análise do novo desenvolvimentismo representou, acima de tudo, a oportunidade de avaliar o próprio conceito de desenvolvimento que, mesmo sob o signo de governos progressistas, permaneceu aprisionado aos interesses do capital. A instalação da Ternium permitiu estudar, analisar, interpretar, em última instância, o próprio capitalismo brasileiro e suas nuances e inserções na economia mundializada. O novo desenvolvimentismo remete a um período, recente, de esperança, num país acostumado a um desenvolvimento profundamente excludente. A Ternium, com todos os seus problemas e contradições desde o processo de licenciamento, representou, aos olhos de seus idealizadores privados e estatais, esperança e alento para áreas extremamente empobrecidas historicamente. Não se trata de colocar em xeque os avanços do modelo de desenvolvimento empreendido no país neste período, mas revelar as contradições das relações entre capital e sociedade, grande empresa e meio ambiente, crescimento econômico e bem estar da população, ações de atores hegemônicos globais e atores locais.

Mesmo governos progressistas, com claros avanços no campo social, como o caso dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), não foram capazes de romper com os fortes elos de um desenvolvimento profundamente segregador e baseado, no último tacho, em crescimento econômico. Portanto, não cabe aqui fazer julgamento de políticas governamentais específicas, mas apontar contradições e limites do modelo “empresa-esperança”, da “indústria redentora”, contribuindo, ao nosso olhar, para colocar em questão a avaliação positiva e automática que se tem em relação às fábricas, geralmente vistas, por suas ações calcadas na racionalidade técnico-científica, altíssima produtividade e circulação de mercadorias, como precursoras da felicidade e do bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEDIN. Associados. **Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz, 2018.** Disponível em: <http://www.aedin.com.br/portal/associados/>. Acesso em dezembro de 2018.

ARAÚJO, Eduardo Mantoan; FERREIRA, Sarah; IKEDA JÚNIOR; Riyuzo; PAULA, Thássia Andryna Silva de; VILLELA; Lamounier Erthal. **Análise socioeconômica dos impactos dos megaempreendimentos nos municípios de Seropédica-RJ e Itaguaí-RJ sob a ótica do GPI e Controle Social.** Seropédica: CSDT, vol. 3, n. 3, 2018.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.** Rio De Janeiro, 1958.

BOTELHO, Maurílio Lima. **Teoria da Crise em David Harvey: observações sobre Os Limites do Capital.** Rio de Janeiro: Revista Continentes (UFRRJ), ano 3, n.4, 2014, p. 66-111.

BÚRGIO, André Campos; DIAS, Alexandre Pessoa; MENEZES, Marco Antonio Carneiro; PORTO; Marcelo Firpo de Souza. **Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA.** FIOCRUZ, 2011.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca.** 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo, Editora Boitempo, 2016.

DUARTE, Newton. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação [online], n.18, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 2. ed. 5. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 325p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil.** São Paulo: Pesquisa & Debate, v. 15, n. 2(26), 2004, p.225-256.

FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: Fazenda jesuítica, real, imperial.** Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora, 1985. 287p.

FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: Fazenda jesuítica, real, imperial.** - Vol. 2. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora, 1987. 363p.

FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: Fazenda jesuítica, real, imperial.** - Vol. 3. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora, 1987. 645p.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GERMANO, André. **A metodologia de Milton Santos no estudo da geografia urbana: a periferia carioca como exemplo.** Rio de Janeiro: Khóra, Revista transdisciplinar, vol 4, n 5,

2017. Disponível em: <<http://www.site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/view/106>>. Acesso em abril de 2018.

GERMANO, André. **A produção do espaço e os meios técnicos: o exemplo dos objetos técnicos em Santa Cruz, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Khóra, Revista transdisciplinar, vol 3, n 4, 2016. Disponível em: <<http://www.site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/view/86>>. Acesso em abril de 2018.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. **Porto de Itaguaí: Indutor de um polo logístico-produtivo**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [Online], n 19, 2020.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. **O licenciamento ambiental prévio e a localização de grandes empreendimentos: o caso da TKCSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ**. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói:EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008 [2005].

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2008 [1989].

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Malha municipal do Brasil**. Portal de dados geográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22/03/2016

IPP. **Base cartográfica do Rio de Janeiro**. Portal de dados geográficos. Disponível em: <<http://www.ipp.rio.rj.gov.br>>. Acesso em 22/03/2016

IPP. **Índice de Desenvolvimento Social – IDS (2010)**. Aplicativo Bairros Cariocas. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145838ca64191be66f3e3#>>. Acesso em 18/05/2018.

RABELO, Ricardo Fonseca. **Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil**. Belo Horizonte: E & G Economia e Gestão, v. 3, n. 5, 2003, p. 44-55.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1970].

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

_____. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LENCIONI, Sandra. **Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo**. In: PEREIRA, Paulo César Xavier; Hidalgo, Rodrigo. *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina*. Santiago: PUC-Chile, 2008, p. 41-54.

_____. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões**. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: e-metropolis, n. 22, 2015, p. 6-15.

MANSUR, André Luis. **O Velho Oeste Carioca**. Rio de Janeiro, Ibis Libris, 2009.

MANSUR, André Luis. **O Velho Oeste Carioca**. - Vol. 2. Rio de Janeiro, Ibis Libris, 2011.

MERCADANTE, Aluizio. **As bases do Novo Desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabelle. **A realidade por trás da Ternium Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>>. Acesso em: 25/06/2020

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento do; VILLELA, Lamounier Erthal. **Itaguaí, crescimento ou desenvolvimento? Os megaempreendimentos e as mudanças e impactos sócio-espaciais**. Revista Ensaios, vol.7, 2014.

OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno O. **Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas**. Medellín, Colômbia: Semestre Económico, v. 12, n.24 [Edición Especial], 2009, p.127-143.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A emersão da região logísticoindustrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [online], n. 7, 2015.

_____. **Desenvolvimento ilimitado? A questão ambiental contemporânea sob a ótica da geografia econômica**. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias De; TUNES, Regina Helena; PESSANHA, Roberto Moraes OrgS. Espaço e economia: geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 219-244.

_____. **Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [Online], n 19, 2020.

_____. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; ROCHA, André Santos de. **“Neodesenvolvimentismo” e reestruturação produtiva**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014, p. 126 – 142.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PACS, 2ª edição, 2009.

_____. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PACS, 3ª edição, 2012.

PACS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA**. Rio de Janeiro, PACS e Justiça Global, 2017.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PERDIGÃO, Isis Alves do Sacramento. **Os investimentos financeiros na região da Baía de Sepetiba e as articulações com o desenvolvimento territorial: uma breve nota.** Belo Horizonte: XVI ENANPUR, st 1, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** São Paulo: Serv. Soc. Soc., n.112, 2012, p. 729-753.

PINTO, Janaína Bezerra. **O papel da Responsabilidade Social Empresarial em cenários de conflitos ambientais siderúrgicos – O caso da TKCSA na periferia carioca de Santa Cruz.** IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, RS, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável.** Revista Terra Livre. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, nº11-12, p.9-76, 1992.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção** – 4. ed. 8. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996]. 384p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017 [2000].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 18ª ed. São Paulo: Record, 2014 [2001].

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **De sertão à zona industrial.** Revista Ágora, Vitória, n. 17, p. 13-31, 2013.

SITES CONSULTADOS

<https://www.arcoweb.com.br>

<http://culturaaeronautica.blogspot.com.br>

<https://www.bbc.com/portuguese>

<https://www.bndes.gov.br>

<https://diariodorio.com>

<https://diplomatie.org.br>

<https://www.dw.com>

<https://www.em.com.br>

<http://www.ensp.fiocruz.br>

<http://www.estacoesferroviarias.com.br>

<https://www.estadao.com.br>

<https://exame.abril.com.br>

<https://www.facebook.com/fragmentosdorioantigo>

<http://www.fgv.br/cpdoc>

<https://www.folha.uol.com.br>

<http://g1.globo.com>

<http://mapa.an.gov.br>

<http://www.novomilenio.inf.br>

<https://oglobo.globo.com>

<http://pacs.org.br>

<http://www.rio.rj.gov.br>

<https://rioonwatch.org.br>

<http://br.ternium.com>

<https://www.thyssenkrupp-brazil.com>

<https://tnpetroleo.com.br>

<https://www.youtube.com/watch?v=bUiBC8c1h4M> [Canal TKCSA]